



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 032 – SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2002 – BRASÍLIA-DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i></p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> 2º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> 3º <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> 4º <i>Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> Vago⁽⁷⁾ <i>Jefferson Pères – Bloco Oposição – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> Vago Vago <i>Eduardo Siqueira Campos</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> Vago</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL – 17</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Agripino Maia</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> Vago <i>Maria do Carmo Alves</i> Vago</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Vago <i>Romero Jucá</i> Vago⁽⁷⁾ <i>Freitas Neto</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDI/PPS) – 14</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i> <i>Sebastião Rocha</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Ademir Anárade</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 21.03.2002

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 34ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE ABRIL DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2002 (nº 4.493/2001, na Casa de origem), que estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, atendidas em Serviços de Saúde públicos ou privados. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais. 03749

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2002 (nº 6.059/2002, na Casa de origem), que acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal. À Comissão de Educação. 03755

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 101, de 2002 (nº 214/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2002. À Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência. 03760

Recebimento da Mensagem nº 102, de 2002 (nº 215/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. (Anexada ao processado da Mensagem nº 90, de 2002). À Comissão de Assuntos Econômicos. 03779

Recebimento da Mensagem nº 104, de 2002 (nº 218/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até

US\$90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA. À Comissão de Assuntos Econômicos. 03790

Recebimento da Mensagem nº 105, de 2002 (nº 220/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$68,000,000.00 (sessenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação do Programa de Saúde da Família no Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 03790

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR *ADEMIR ANDRADE*, como Líder – Apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis, no sentido de que seja solucionada a questão de ocupação urbana na cidade de Ananindeua, no Estado do Pará, que envolve 2.500 famílias de trabalhadores. 03790

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Empenho de S. Exª pela criação do Projeto de Assentamento Martim-Pescador, no Estado de Rondônia, recentemente instituído por meio da Portaria do Incra nº 8/2002, datada de 28 de março último. 03794

SENADOR *FERNANDO RIBEIRO* – Solicitação de apoio à proposta de emenda à Constituição da autoria de S. Exª e dos Senadores Luiz Otávio e Ademir Andrade, lida ontem em Plenário, que visa corrigir injustiça fiscal que atinge os estados superavitários no conjunto das exporta-

ções do País, decorrente da inexistência de tributação para exportações no âmbito estadual.....	03799	excluído dispositivo que contraria a Constituição Federal.....	03831
SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Omissão dos países ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, diante do conflito no Oriente Médio...	03801	1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Influência do déficit público e do descontrole na emissão de moeda para a crise argentina.....	03805	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Reflexão sobre a política de cotas para negros nas universidades brasileiras.	03831
1.2.4 – Leitura de requerimentos		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Homenagem póstuma ao ex-Senador Josaphat Marinho, falecido no último dia 30 de março.	03833
Nº 143, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.	03807	SENADOR CARLOS BEZERRA – Importância do cumprimento da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código do Consumidor.	03835
Nº 144, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão.	03807	SENADOR ROMERO JUCÁ – Contribuição para o ensino brasileiro do Fundo de Fortalecimento das Escolas (Fundescola), do Ministério da Educação, desenvolvido com o apoio do Banco Mundial.	03836
1.2.5 – Comunicação da Presidência		SENADOR SÉRGIO MACHADO – Comentários às ações afirmativas destinadas à eliminação da discriminação racial.	03837
Presença em Plenário do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Lafer, convocado nos termos dos Requerimentos nºs 53, 54 e 137, de 2002, de autoria dos Senadores Paulo Hartung, Romero Jucá, Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, para prestar esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico, seus efeitos na economia brasileira tanto no mercado interno quanto no comércio exterior, e as medidas que serão adotadas pelo Governo brasileiro, e a posição que o Governo brasileiro adotará frente ao agravamento da situação entre palestinos e israelenses no Oriente Médio.....	03808	1.2.11 – Comunicação da Presidência	
1.2.6 – Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Lafer		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 9, com Ordem do Dia anteriormente designada.	03839
1.2.7 – Fase de interpelações		1.3 – ENCERRAMENTO	
Senador Paulo Hartung	03818	2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RAMEZ TEBET, EM 4-4-2002	
Senador Fernando Bezerra	03821	3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Senador Eduardo Suplicy	03822	Nº 31, de 2002.	03843
Senador Pedro Simon	03825	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Senador Artur da Távola	03827	Nºs 379 a 381, de 2002.	03844
Senador Tião Viana	03829	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA	
1.2.8 – Fala da Presidência (Senador Ramez Tebet)		6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
1.2.9 – Comunicação da Presidência		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Referente à elaboração da redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 2002, da qual foi		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 34ª Sessão Deliberativa Ordinária em 4 de abril de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares,
Mozarildo Cavalcanti, Lúdio Coelho, Moreira Mendes

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares – Ari Stadler – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Fernando Bezerra – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Gerson Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Serra – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moreira Mendes, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS

RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2002

(Nº 4.493/2001, na Casa de origem)

Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, atendidas em Serviços de Saúde públicos ou privados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui objeto de Notificação Compulsória, em todo o território nacional, a Violência Contra a Mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

§ 1º Para os efeitos desta lei deve-se entender por Violência Contra a Mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

§ 2º Entender-se-á que Violência Contra a Mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

I – tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus tratos e abuso sexual;

II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e

III – seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

§ 3º Para efeito da definição serão observados também as Convenções e Acordos Internacionais assinados pelo Brasil, que disponham sobre prevenção, punição e erradicação da Violência Contra a Mulher.

Art. 2º A autoridade sanitária proporcionará as facilidades ao processo de notificação compulsória, para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 3º A notificação compulsória dos casos de violência de que trata esta lei tem caráter sigiloso, obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido.

Parágrafo único. A identificação da vítima de violência referidas neste artigo, fora do âmbito dos serviços de saúde, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à víti-

ma, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável.

Art. 4º As pessoas físicas e as entidades, públicas ou privadas, abrangidas ficam sujeitas às obrigações previstas nesta lei.

Art. 5º A inobservância das obrigações estabelecidas na presente lei constitui infração da legislação referente à saúde pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 6º Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista nesta lei o disposto na Lei nº 6.259, de outubro de 1975.

Art. 7º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Saúde, expedirá a regulamentação desta lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor em cento e vinte dias, após a sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.493, DE 2001

Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher atendida em Serviços de Urgência e Emergência e a criação da Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher no Ministério da Saúde e nas Secretarias Estaduais de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam criados o procedimento de Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, atendidas em serviços de urgência e emergência e a Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher no Ministério da Saúde e nas Secretarias Estaduais de Saúde.

Art. 2º. Os serviços de saúde, públicos e privados, que prestam atendimento de urgência e emergência, serão obrigados a notificar, em formulário oficial, todos os casos atendidos e diagnosticados de violência contra a mulher, tipificados como violência física, sexual ou doméstica.

§1º. Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I. Violência física como agressão física-sofrida fora do âmbito doméstico;
- II. Violência sexual como estupro ou abuso sexual, em âmbito doméstico ou público;

III. Violência doméstica como agressão praticada por um familiar contra o outro, ou por pessoas que habitam o mesmo teto ainda que não exista relação de parentesco.

Art. 3º. Os serviços de saúde devem obedecer à classificação desta Lei para tipificar a violência contra a mulher, desde o formulário (ficha ou prontuário) do primeiro atendimento, conforme disposto no artigo 2º.

§ 1º. No formulário do primeiro atendimento no "Motivo de Atendimento" o item "violência" deverá permanecer e será preenchido nos casos de violência física, devendo ser acrescentados nos formulários os itens "violência sexual" e "violência doméstica".

§ 2º. Caso no formulário de primeiro atendimento o "Motivo de Atendimento" não seja violência e não tendo sido feito o diagnóstico de violência, qualquer profissional de saúde que detecte que a mulher atendida sofreu violência, deverá comunicar o fato ao profissional responsável pela condução do caso, solicitar a correção do "Motivo de Atendimento" no prontuário e o preenchimento da Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher.

Art. 4º. Os dados de preenchimento na Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher são:

- Gabinete da Deputada Federal SOCORRO GOMES
- I. dados de identificação pessoal, como nome, idade, cor, profissão e endereço;
- II. motivo de atendimento;
- III. diagnóstico;
- IV. descrição detalhada dos sintomas e das lesões;
- V. conduta, incluindo tratamento ministrado e encaminhamentos realizados.

Parágrafo único. A Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher deverá ser preenchida em duas vias, uma ficará em um arquivo especial de violência contra a mulher da instituição de saúde que prestou o atendimento e a outra será entregue à mulher por ocasião da alta.

Art. 5º. A disponibilização de dados do Arquivo de Violência Contra a Mulher, de cada serviço de saúde e o das divisões de epidemiologia das secretarias de saúde, assim como do Ministério da Saúde, deverão obedecer rigorosamente à confidencialidade dos dados. Portanto só será disponibilizado para:

- I. A pessoa que sofreu a violência, devidamente identificada, mediante solicitação pessoal e por escrito;
- II. autoridades policiais e judiciárias, mediante solicitação oficial;
- III. pesquisadores (as) que pretendem realizar investigações cujo Protocolo de Pesquisa esteja devidamente autorizado por um Comitê de Ética em Pesquisa, conforme disposto nas Normas de Ética em Pesquisas vigentes no Brasil (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde), mediante solicitação por escrito e um documento no qual conste que sob nenhuma hipótese serão divulgados dados que permitam a identificação da pessoa violentada.

Art. 6º. A instituição de saúde deverá encaminhar bimestralmente, em um prazo de até 08 (oito) dias úteis findo o bimestre, à divisão de epidemiologia de sua jurisdição de saúde boletim contendo:

- I. O número de casos atendidos de violência contra a mulher;
- II. o tipo de violência atendida.

§ 1o. As Secretarias Estaduais de Saúde deverão encaminhar trimestralmente ao setor competente do Ministério da Saúde o boletim contendo:

- I. O número de casos atendidos de violência contra a mulher;
- II. o tipo de violência atendida.

§ 2o. Serão excluídos dos dados nome da pessoa atendida, o endereço ou qualquer outro dado que possibilite sua identificação. Os demais dados da Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher deverão constar do boletim, inclusive o estado, o município e o bairro onde a vítima reside.

Art. 7º. A divisões de epidemiologia das secretarias estaduais de saúde divulgarão semestralmente as estatísticas relativas ao semestre anterior.

Art. 8o. O Ministério da Saúde divulgará anualmente estatísticas relativas ao ano anterior.

Art. 9º. O não cumprimento do disposto na presente Lei, pelos serviços de saúde, implica em sanções de caráter educativo e pecuniário, conforme o que se segue:

- I. no primeiro descumprimento desta Lei, os serviços de saúde, público e privados, receberão advertência confidencial e deverão comprovar em um prazo de até 30 (trinta) dias após a advertência a realização de habilitação de seus recursos humanos em violência de gênero e saúde;
- II. no caso de reincidência ou não cumprimento do prazo, os serviços de saúde serão penalizados com multa diária de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. O valor da multa será corrigido anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Art. 10º. Fica criada no âmbito do Ministério da Saúde a Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher objetivando acompanhar a implantação e implementação da presente Lei. A referida comissão reger-se-á por regulamento interno a ser elaborados por seus primeiros integrantes, cuja a composição deverá conter entre 10 (dez) e 15 (quinze) membros, com mandato de 04 (quatro) ano.

Parágrafo único. A Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher do Ministério da Saúde deve conter, obrigatoriamente:

- I. representante do Programa de Saúde da Mulher;
- II. representante do Programa de Saúde da Família;
- III. representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;

- IV. representante do Conselho Nacional de Saúde;
- V. representante da Articulação de Mulheres Brasileiras;
- VI. representante da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos;
- VII. representante da União Brasileira de Mulheres;
- VIII. até 8 (oito) especialistas/pessoas de notório saber na área de violência de gênero e saúde, indicadas pelo Ministério da Saúde

§ 1º. A coordenação da Comissão será eleita por seus integrantes. Qualquer membro da Comissão é elegível para o cargo de coordenação, incluindo a coordenação geral.

§ 2º. As representações constantes nesta Lei para a Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher serão indicadas pelos respectivos setores.

§ 3º. Caberá ao Ministério da Saúde prover as condições sociais e materiais, incluindo local adequado de funcionamento e recursos humanos, necessários ao desempenho das funções da Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher.

Art. 11º. Ficam criadas no âmbito da secretarias estaduais de saúde as Comissões de Monitoramento da Violência Contra a Mulher objetivando acompanhar a implantação e implementação da presente Lei. As referidas comissões reger-se-ão por regulamento interno a ser elaborado por seus primeiros integrantes, cuja a composição deverá conter entre 10 (dez) e 20 (vinte) membros, com mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único. As Comissões de Monitoramento da Violência Contra a Mulher devem conter, obrigatoriamente,

I. pelo menos um(a) representante da Divisão de Epidemiologia da Secretaria Estadual de Saúde;

II. representante do Conselho Estadual de Saúde;

III. representante dos serviços públicos de saúde;

IV. representante dos serviços privados de saúde;

V. representante de delegacia especializada em crimes contra a mulher

VI. representante da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa;

VII. pelo menos quatro representantes do movimento de mulheres.

§ 1º. As coordenações das Comissões serão eleitas por seus integrantes. Qualquer membro da Comissão é elegível para os cargos de coordenação, incluindo a coordenação geral.

§ 2º. As representações constantes nesta Lei para a Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher serão indicadas pelos respectivos setores.

§ 3º. Caberá às Secretarias Estaduais de Saúde prover as condições sociais e materiais, incluindo local adequado de funcionamento e recursos humanos, necessários ao desempenho das funções das Comissões de Monitoramento da Violência Contra a Mulher.

Art. 12º. As instituições envolvidas terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar a essa Lei.

Art. 13º. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Números de pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apontam que 23% das brasileiras são sujeitas à agressões de maridos, pais, irmãos e filhos dentro dos próprios lares. Violência que muitas vezes fica abafada entre quatro paredes. Nesse item, são comuns os casos de estupro doméstico.

O presente Projeto de Lei é inspirado na luta árdua que o movimento de mulheres vem empreendendo há anos no combate à violência contra a mulher. Atende a reivindicação do movimento acerca da necessidade do serviço de saúde assumir também como sua responsabilidade a atenção à mulher em situação de violência, por esta ser uma temática da Saúde Pública. Mesmo porque, conforme o documento "Violência contra la

mujer: carga de salud oculta" (Lori Heise, Jacqueline Pintanguy e Adrienne Germain, 1994), "o sistema de saúde ocupa um lugar estratégico para identificação, acolhimento e apoio às vítimas de violência. Das instituições públicas, as das áreas de saúde, são as que, provavelmente, interagirão com todas as mulheres, obrigatoriamente em algum momento das suas vidas, através da busca de recursos para si (planejamento familiar, pré-natal, parto, etc.) ou para seus filhos e outros familiares."

Mulheres violentadas freqüentam com assiduidade os serviços de saúde. Em geral, apresentam "queixas vagas" e muitas vezes os exames não apontam resultados alterados. O uso de um plano de ação e protocolos específicos para este atendimento, assim como investimentos na capacitação de profissionais de saúde são fundamentais para favorecer a confiança das mulheres e, em consequência, tornar visível as dimensões reais do problema e criar condições para seu enfrentamento. No Brasil, já existem diversas iniciativas nesse sentido. (Fonte: Dossiê Violência Contra a Mulher, Rede Saúde).

Conforme a UBM (União Brasileira de Mulheres), no documento "A Violência atinge a Mulher do Berço ao Túmulo", de 1970 para cá a violência contra a mulher no Brasil tem sido abordada na área da segurança, da justiça, da legislação e como um problema de saúde pública. A mobilização das negras contra a discriminação racial e de gênero incorporou à discriminação racial a violência doméstica e sexual. Com a luta foram conquistadas políticas públicas importantes, a exemplo das Delegacias da Mulheres, Casas Abrigos e Centros de Apoio às Mulheres, porém os citados

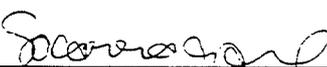
equipamentos ainda são insuficientes numérica e qualitativamente para atender condignamente às necessidades das mulheres em situação de violência.

É dever do Estado e da Sociedade Civil delinear estratégias para terminar com essa violência. E ao setor de saúde cabe acolher as vítimas, e não virar as costas para ela, buscando minimizar sua dor e evitar outros agravos.

No final da década de 1990 temos observado um grande avanço teórico com repercussões sociais e políticas que aumenta a compreensão de que a violência doméstica, em suas várias faces, é também um problema de saúde pública pela magnitude de sua incidência, assim como pelos seus efeitos deletérios sobre a saúde e a vida nas demais faixas etárias.

Pelo exposto, não há mais dúvida, de qualquer natureza, sobre a necessidade emergencial da adoção de um Plano de Ação e de Protocolos específicos na área de saúde para este atendimento, assim como é imprescindível investimentos na capacitação (habilitação e reciclagem) de profissionais de saúde, em todos os níveis, para atender e acolher às mulheres de forma humanizada, primando pelo respeito aos direitos humanos, e como decorrência dar visibilidade ao problema e criar condições para enfrentá-lo.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2001.


 Deputada **SOCORRO GOMES**
 PCdoB - PA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
 Nº 9, DE 2002**

(Nº 6.059/2002, na Casa de Origem)

Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a

Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 23.

I –

.....

h) um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.059 DE 2002

Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei n.º 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 23 da Lei n.º 8.977, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 23.....

I -

h) um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal,
para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços
essenciais à Justiça;

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O poder Executivo e o Poder Legislativo contam com estruturas para divulgação de suas atividades pela televisão, meio de comunicação de maior alcance no Brasil de hoje. Radiobrás, TV Senado e a TV Câmara cumprem a função de informar a população sobre a atuação desses poderes. Nos Estados e Municípios, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais começam a se organizar para utilizar canais colocados a sua disposição pela legislação.

Da mesma forma, propõe-se a destinação de um canal para documentação dos trabalhos do Poder Judiciário e das funções definidas pela Constituição Federal como essenciais à Justiça. O objetivo do canal é oferecer aos cidadãos a oportunidade de aumentar o conhecimento sobre o modo de operar da Justiça no Brasil, democratizando a informação hoje restrita a meios de alcance mais limitado, como *sites* na Internet.

Levar ao público o trabalho da Justiça é cumprir a Constituição Federal. O inciso IX do artigo 93 preceitua que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, excetuados poucos casos cobertos por segredo de justiça. Destaque-se que o princípio constitucional da publicidade dos atos processuais visa garantir que se esgotem os meios e os recursos para viabilizar o exercício do direito de defesa pelos cidadãos. Nesse sentido, a TV levará aos cidadãos informações sobre como chegar até o Poder Judiciário e ter seus direitos nele defendidos, contribuindo para ampliar o acesso das pessoas comuns à Justiça, ao permitir que acompanhem, *pari passu*, o dia-a-dia do Judiciário.

O recurso à linguagem audiovisual potencializará o trabalho atualmente desenvolvido pelos diversos órgãos da Justiça no sentido de aproximá-los dos cidadãos e, assim, ampliar tanto a familiaridade com a Justiça, como a confiança de sua eficácia. "Não há dúvidas: quanto maior for o grau de confiabilidade dos cidadãos no Judiciário, mais respeitadas serão as normas e princípios que asseguram a convivência social pacífica", assinalou o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mello, em artigo sobre a publicidade das decisões judiciais, publicado no jornal *Gazeta Mercantil*, em 3 de julho de 2001.

Desde os primórdios da imprensa, as atividades do Poder Judiciário são alvo do interesse público. Coleções populares francesas sobre julgamentos faziam sucesso no século XVIII, demonstrando o interesse do povo pela justiça. Por volta de 1830, época do surgimento da imprensa de massa, circulavam jornais judiciários destinados ao grande público, como a *Gazette des tribunaux*, o *Courrier des tribunaux* e o *Journal des concierges*, na França. Na atualidade, a imprensa comercial tem mostrado interesse em divulgar atos do Poder Judiciário. Levantamentos nos jornais e telejornais diários, tanto no Brasil como na França, revelam grande número de matérias relacionadas à Justiça. Nos Estados Unidos, um canal privado de TV a cabo, a *Court TV*, dedica-se exclusivamente à cobertura do Poder Judiciário.

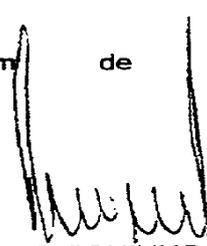
Entretanto, o ritmo e o formato dos veículos comerciais contemporâneos imprime ao noticiário um tratamento extremamente condensado nas decisões, que pouco esclarece sobre o funcionamento da Justiça, chegando mesmo, em diversos momentos, a confundir a população. A lógica do jornalismo, fixada no presente, se caracteriza pela urgência em noticiar e pelo rápido

esquecimento dos assuntos. Assim, o público é informado de decisões, provisórias ou definitivas, mas dificilmente lhe é explicado o andamento dos processos na Justiça. Frequentemente, esse descompasso entre o tempo do noticiário e o tempo da Justiça contribui para que prevaleçam o sentimento de impunidade e uma certa desqualificação do Poder Judiciário e funções correlatas.

No mundo contemporâneo, em especial no Brasil, a televisão é a principal fonte de informações da maioria da população, conforme demonstram diversos estudos. O canal de televisão reservado ao Supremo Tribunal Federal permitirá retratar os trabalhos da Justiça com maior precisão e extensão. Com esse objetivo, a programação, veiculada de modo centralizado a partir de Brasília, será produzida de maneira descentralizada, retratando a realidade dos diversos órgãos do Poder Judiciário e das funções definidas pela Constituição como essenciais à Justiça, nos diferentes ramos, instâncias e jurisdições. Acrescente-se que o canal poderá ser utilizado com finalidade didática para, por exemplo, treinar os envolvidos na realização de trabalhos da Justiça Eleitoral, e o conjunto dos cidadãos, para o exercício do direito do voto.

Para tornar-se "mais célere, acessível, presente e democrática", na síntese do Ministro Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, a Justiça deve fazer uso dos meios de comunicação, em obediência à Carta Magna. "Vivemos um tempo em que a instantaneidade das comunicações já não permite a existência de torres de marfim. Não há espaço para instituições fechadas, impermeáveis à opinião pública, sobretudo no âmbito do Estado", observou o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Paulo Costa Leite, em seu discurso de posse. "Além de buscar a modernização do processo, temos de encontrar soluções capazes de levar a Justiça, cada vez mais, para perto da sociedade, (...) Precisamos ser mais ativos e criativos dentro da meta de aproximar a Justiça do povo", acrescentou.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2002


Deputado CHIQUINHO FEITOSA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995.**

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TV A CABO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO V
DA OPERAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 23. A operadora de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações:

I - CANAIS BÁSICOS DE UTILIZAÇÃO GRATUITA:

a) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;

b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

e) um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;

f) um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço;

g) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;

II - CANAIS DESTINADOS À PRESTAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO;

III - CANAIS DESTINADOS À PRESTAÇÃO PERMANENTE DE SERVIÇO.

§ 1º A programação dos canais previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso I deste artigo poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidir a Mesa do Congresso Nacional.

§ 2º Nos períodos em que a programação dos canais previstos no inciso I deste artigo não estiver ativa, poderão ser programadas utilizações livres por entidades sem fins lucrativos e não governamentais localizadas nos municípios da área de prestação do serviço.

§ 3º As condições de recepção e distribuição dos sinais dos canais básicos, previstos no inciso I deste artigo, serão regulamentadas pelo Poder Executivo.

§ 4º As geradoras locais de TV poderão, eventualmente, restringir a distribuição dos seus sinais, prevista na alínea "a" do inciso I deste artigo, mediante notificação judicial, desde que ocorra justificado motivo e enquanto persistir a causa.

§ 5º Simultaneamente à restrição do parágrafo anterior, a geradora local deverá informar ao Poder Executivo as razões da restrição, para as providências de direito, cabendo apresentação de recurso pela operadora.

§ 6º O Poder Executivo estabelecerá normas sobre a utilização dos canais previstos nos incisos II e III deste artigo, sendo que:

I - serão garantidos dois canais para as funções previstas no inciso II;

II - trinta por cento dos canais tecnicamente disponíveis serão utilizados para as funções previstas no inciso III, com programação de pessoas jurídicas não afiliadas ou não coligadas à operadora de TV a Cabo.

§ 7º Os preços e as condições de remuneração das operadoras, referentes aos serviços previstos nos incisos II e III, deverão ser compatíveis com as práticas usuais de mercado e com os custos de operação, de modo a atender as finalidades a que se destinam.

§ 8º A operadora de TV a Cabo não terá responsabilidade alguma sobre o conteúdo da programação veiculada nos canais referidos nos incisos I, II e III deste artigo, nem estará obrigada a fornecer infra-estrutura para a produção dos programas.

§ 9º O Poder Executivo normatizará os critérios técnicos e as condições de uso nos canais previstos nas alíneas "a" a "g" deste artigo.

Art. 24. Excluídos os canais referidos nos incisos I, II e III do artigo anterior os demais canais serão programados livremente pela operadora de TV a Cabo.

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 101, de 2002 (nº 214/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2002.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento."

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 101, DE 2002

(Nº 214/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, com vistas ao enca-

minhamento à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa do Congresso Nacional, envio a Vossa Excelência a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2002.

Brasília, 2 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

AVISO Nº 164/MF

Brasília, 28 de março de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Pedro Pullen Parente
Ministro de Estado Chefe da
Casa Civil da Presidência da República

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência a anexa Programação Monetária para o 2º trimestre de 2002, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 27 de março de 2002, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

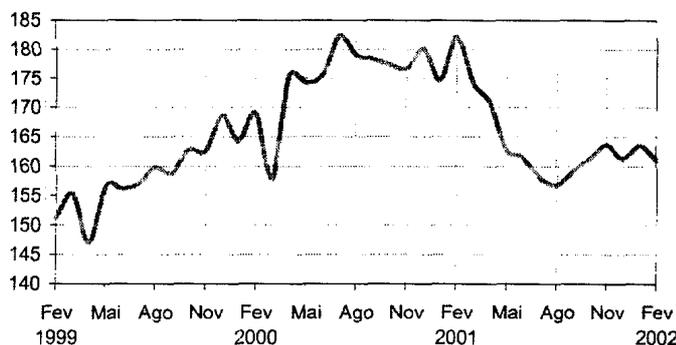
Atenciosamente, – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda.

Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano 2002

A. A economia no primeiro trimestre de 2002

1. O índice de faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo apresentou declínio de 1,48% em fevereiro deste ano ante o mês anterior, de acordo com estatísticas divulgadas pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), considerada série ajustada sazonalmente pelo Depec. Em 12 meses, finalizados em fevereiro de 2002, o índice registrou declínio de 7,57%.

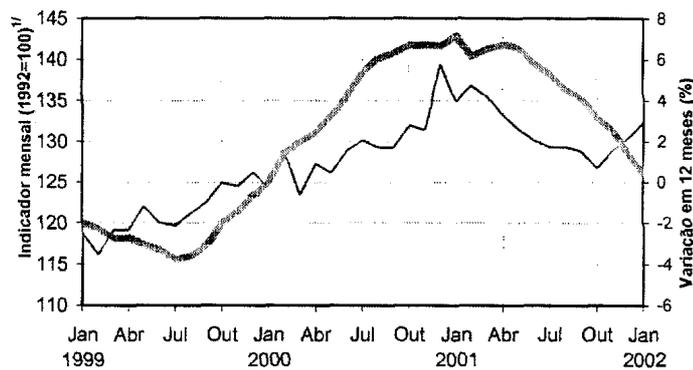
Faturamento real do comércio varejista (SP)^{1/}



Fonte: FCESP
1/ Dados com ajuste sazonal.

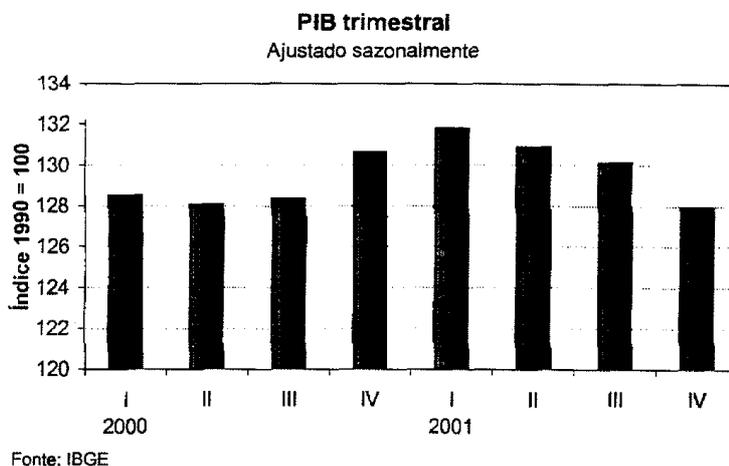
2. A produção industrial registrou incremento de 1,54% em janeiro de 2002 ante o mês anterior, na série dessazonalizada pelo Depec, enquanto declinou 1,29% em janeiro do corrente ano comparativamente a igual mês do ano precedente. O crescimento acumulado em 12 meses alcançou 0,45%. Por categoria de uso, os setores de bens de capital, de bens intermediários e de bens de consumo registraram variações positivas em janeiro de 2002 ante dezembro de 2001, de 1,08%, 3,5% e 0,93%, na ordem. O sub-grupo bens de consumo não-duráveis e semiduráveis cresceu 1,27%, enquanto o de consumo durável registrou variação negativa de 2,12%, na série dessazonalizada pelo Depec.

Produção industrial

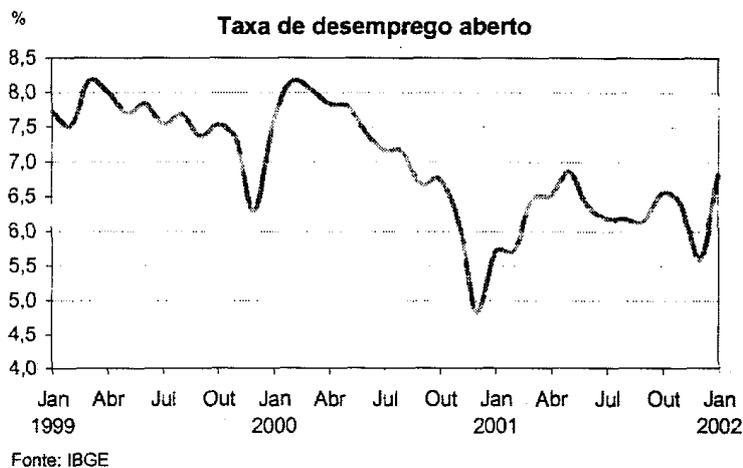


Fonte: IBGE
1/ Dados com ajuste sazonal.

3. O Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, apresentou declínio de 1,67% no quarto trimestre de 2001, ante o trimestre anterior, após ajuste sazonal, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A agropecuária registrou crescimento de 3,21%, seguindo-se contribuições negativas da indústria, -1,58%, e do setor serviços, -0,16%. O PIB apresentou decréscimo de 0,69% no quarto trimestre de 2001, na comparação com igual trimestre do ano anterior. A agropecuária e o setor de serviços apresentaram elevações no trimestre, 9,93% e 1,75%, respectivamente, enquanto a indústria registrou contração de 5,48%. No acumulado ao longo do ano, o PIB a preços de mercado cresceu 1,51% no quarto trimestre de 2001.



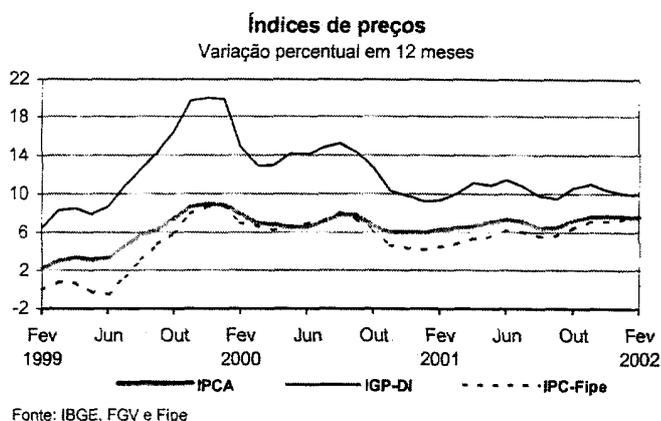
4. A taxa de desemprego aberto, mensurada pelo IBGE, situou-se em 6,83% em janeiro deste ano, ante 5,6% no mês anterior. A variação da taxa explica-se, principalmente, pelo crescimento de 23,2% no total de pessoas desocupadas. A População Economicamente Ativa (PEA) expandiu 0,91% no período.



5. Os índices de preços ao consumidor vêm apresentando comportamen-

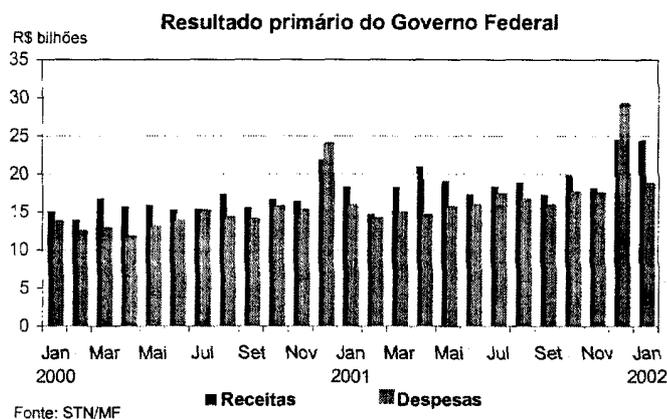
to declinante ao longo dos últimos três meses. A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, declinou de 0,52%, em janeiro de 2002, para 0,36%, no mês seguinte, tendo sido pressionada favoravelmente pela redução nos preços de alimentação e bebidas, vestuário e gasolina. Nos últimos 12 meses, até fevereiro de 2002, o índice

apresentou variação positiva de 7,51%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aferido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe), que havia expandido 0,25% em dezembro de 2001 e 0,57% em janeiro de 2002, registrou desaceleração no mês seguinte, quando apresentou taxa de variação de 0,26%. Os itens habitação, despesas pessoais e educação foram os responsáveis pelo comportamento do IPC-Fipe em fevereiro de 2002. O Índice Geral de Preços (IGP-DI), medido pela Fundação Getulio Vargas, tem demonstrado variação estável nos últimos três meses, registrando crescimento de 0,18% em dezembro de 2001, 0,19% no mês seguinte e 0,18% em fevereiro deste ano.

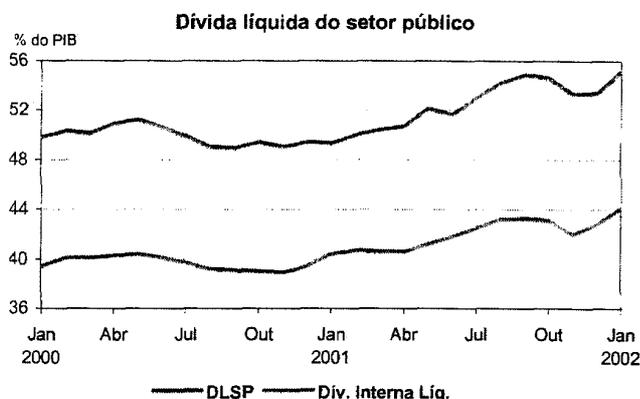


6. Em 2001, o resultado primário do Governo Federal registrou superávit

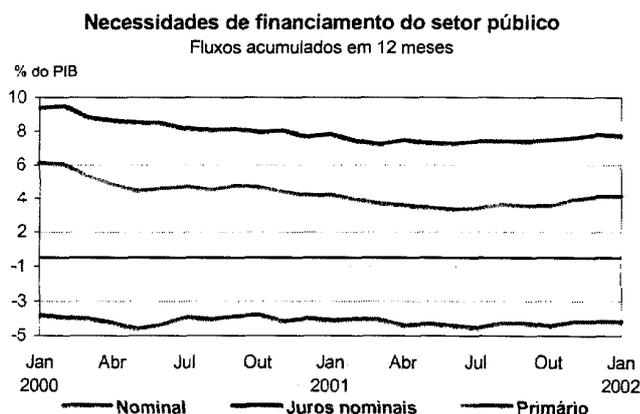
de R\$23,1 bilhões, comparativamente a R\$21,6 bilhões em 2000, ambos equivalentes a 1,9% do PIB, em cada ano. A receita total, R\$272,3 bilhões, foi 15,1% superior à obtida em 2000. As despesas totais alcançaram R\$203,2 bilhões, o que representou aumento de 16,3% na mesma base de comparação. As transferências a estados e municípios somaram R\$46 bilhões. Em janeiro de 2002, o superávit primário atingiu R\$5,8 bilhões, após déficit de R\$4,4 bilhões em dezembro de 2001.



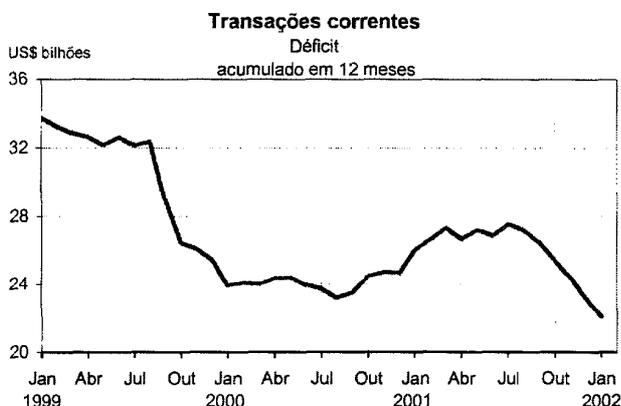
7. A dívida líquida do setor público, em janeiro de 2002, totalizou R\$685,3 bilhões, equivalentes a 55,2% do PIB, comparativamente a 49,3% do PIB em janeiro de 2001. A dívida interna líquida situou-se em R\$547,4 bilhões, 44,1% do PIB, para os quais o governo federal contribuiu com 21,2% do PIB, os governos estaduais com 15,6% do PIB, os governos municipais com 2% do PIB, o Banco Central com 4,5% do PIB e as empresas estatais com 0,9% do PIB. A dívida externa líquida situou-se em R\$137,9 bilhões, 11,1% do PIB.



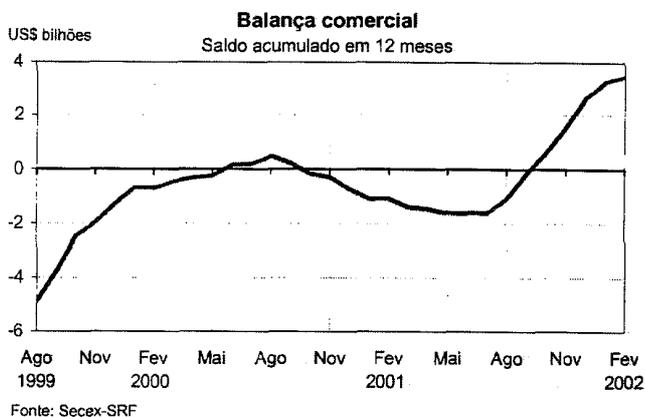
8. As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) acumuladas em 12 meses alcançaram R\$42,7 bilhões em janeiro de 2002, correspondentes a 3,6% do PIB, comparativamente a R\$40,6 bilhões, 3,7% do PIB, em janeiro de 2001. O resultado acumulado até janeiro de 2002 refletiu os déficits de R\$20,2 bilhões do governo central e de R\$25,2 bilhões dos governos estaduais e municipais e o superávit das empresas estatais, R\$2,7 bilhões.



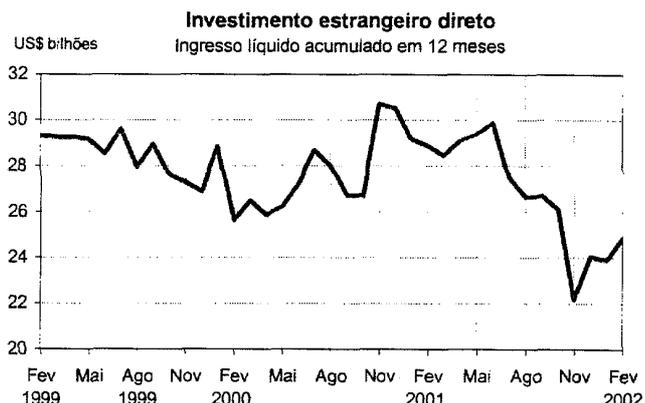
9. Desde agosto de 2001, o déficit em transações correntes acumulado em doze meses apresenta tendência de diminuição. Dessa forma, no quarto trimestre, as transações correntes com o exterior implicaram saídas líquidas de US\$5,8 bilhões, 18% inferiores às de igual trimestre de 2000. Em janeiro de 2002, o déficit em transações correntes somou US\$1,14 bilhão, comparativamente a US\$2,59 bilhões em janeiro de 2001.



10. O saldo do comércio exterior foi positivo em US\$435 milhões no primeiro bimestre de 2002, comparativamente a déficit de US\$401 milhões em igual período do ano passado. Tal resultado decorreu de redução de importações mais que proporcional à das exportações. No bimestre janeiro-fevereiro de 2002, as exportações alcançaram US\$7,63 bilhões e as importações US\$7,2 bilhões, comparativamente a US\$8,62 e US\$9,03 bilhões, respectivamente, em igual período de 2001.



11. No quarto trimestre, o investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil apresentou tendência de crescimento. O ingresso líquido de IED no quarto trimestre de 2001 alcançou US\$6,9 bilhões, 50% maior que em igual período do ano anterior. Já no primeiro bimestre de 2002, o IED atingiu US\$3,39 bilhões, 16% menor que o verificado em igual período de 2001, constituindo-se, entretanto, em fluxo adequado ao financiamento do resultado em transações correntes.



12. As reservas internacionais alcançaram US\$35,88 bilhões ao final de fevereiro de 2002, apresentando estabilidade em relação aos níveis de final de 2001 e mesmo mês de 2001, quando haviam atingido US\$35,41 bilhões.



B. Política monetária no quarto trimestre de 2001

13. A base monetária restrita, segundo o conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$52,8 bilhões em dezembro, situando-se, a exemplo dos demais agregados, no intervalo previsto pela Programação Monetária para o quarto trimestre. Esse resultado refletiu expansão de 15,9% no mês e de 14,1% em 12 meses. Quanto aos seus componentes, as reservas bancárias totalizaram R\$17 bilhões, o que representou crescimento mensal de 8,7% e, em 12 meses, de 9,6%. O papel moeda emitido somou R\$35,9 bilhões, expandindo-se 19,7% e 16,4%, na mesma ordem.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2001^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	70,9-83,2	9,5	78,9	12,1
Base restrita ^{3/}	46,9-55,1	10,2	52,8	14,1
Base ampliada ^{4/}	610,0-716,1	23,1	646,7	20,0
M4 ^{4/}	703,7-826,1	17,3	758,6	16,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

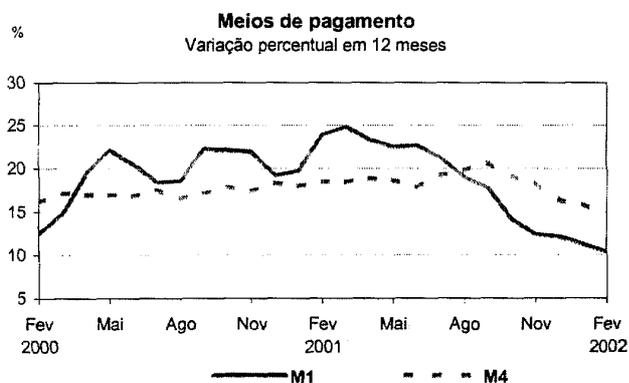
2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

14. A base monetária ampliada totalizou R\$646,7 bilhões em dezembro de 2001. O agregado apresentou crescimento de 0,52% no mês. Dentre seus componentes, o saldo em final de período da base restrita e dos depósitos compulsórios em espécie remunerados atingiu R\$53,3 bilhões e R\$17,6 bilhões, respectivamente, expandindo-se 15,2% e 4%. O saldo dos títulos públicos federais totalizou R\$575,6 bilhões, contraindo-se 0,8%. No ano, a variação do agregado alcançou 20%.

15. A média dos saldos diários dos meios de pagamento (M1) acumulou R\$78,9 bilhões em dezembro, o que representou crescimentos de 15% e de 12,1%, respectivamente, no mês e em 12 meses. Os depósitos à vista totalizaram R\$48,3 bilhões em dezembro, expandindo-se 11,9% no mês e 10,4% em 12 meses, enquanto o saldo médio do papel-moeda em poder do público atingiu R\$30,6 bilhões, elevando-se 20,4% e 14,8%, nas mesmas bases de comparação.



16. O M4, agregado monetário mais amplo da economia, registrou, ao final do ano, saldo de R\$758,6 bilhões, expandindo-se 0,1% no mês e 16,3% em 12 meses.

17. No quarto trimestre de 2001, as operações com títulos públicos federais foram expansionistas em R\$11 bilhões. No mercado primário, ocorreu resgate líquido do Banco Central de R\$14 bilhões e colocação do Tesouro Nacional de R\$8,8 bilhões. As operações com títulos da dívida pública no mercado secundário determinaram resultado expansionista de R\$6,1 bilhões.

18. No último trimestre do ano, o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (Copom), a exemplo do que ocorreu no terceiro trimestre, manteve a meta para a taxa básica de juros em 19% a.a. Essa decisão esteve vinculada às turbulências externas e à constatação de que as expectativas de preços indicavam que a política monetária mostrava-se adequada ao cumprimento da meta inflacionária para o ano de 2002.

C. Política monetária no bimestre janeiro-fevereiro de 2001

19. No mês de fevereiro, de acordo com o conceito de média dos saldos diários, a base monetária restrita atingiu R\$50,1 bilhões, redução de 4,3% no mês e expansão de 13% no saldo acumulado em 12 meses. Dentre seus componentes, o papel-moeda emitido alcançou R\$33,3 bilhões, representando contração mensal de 4% e expansão, em doze meses, de 16,5%, enquanto as reservas bancárias, R\$16,8 bilhões, apresentaram-se contracionistas em 4,9% no mês e expansionistas em 6,6%, no período de doze meses.

20. A base monetária ampliada, em fevereiro, acumulou R\$661,9 bilhões, com retração de 0,2% no mês e expansão de 18,9% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2002 e ocorridos no período janeiro/fevereiro^{1/}

Discriminação	Previsto 1º trimestre		Evolução no período janeiro/fevereiro	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	67,0-78,6	9,1	74,4	10,3
Base restrita ^{3/}	45,1-53,0	13,3	50,1	13,0
Base ampliada ^{4/}	625,0-733,7	20,2	661,9	18,9
M4 ^{4/}	728,0-854,6	17,3	763,4	14,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

21. Em fevereiro, os meios de pagamento (M1) situaram-se em R\$74,4 bilhões, medidos de acordo com a média dos saldos diários, apresentando variações percentuais de -3,8% no mês e de 10,3% nos últimos 12 meses. Os depósitos à vista registraram R\$46,5 bilhões, representando variação mensal de -3%, e anual de 4,7%. O papel-moeda em poder do público atingiu R\$27,9 bilhões, com contração de 5% no mês e crescimento de 13,2% em 12 meses.

22. O saldo do M4 atingiu R\$763,4 bilhões, representando expansões de 0,2% no mês e de 14,6% em 12 meses.

23. As operações de gerenciamento da dívida pública realizadas no primeiro bimestre deste ano determinaram resultado líquido contracionista de R\$3,2 bilhões. No mercado primário, o comportamento contracionista do Tesouro Nacional atingiu R\$1,2 bilhão. Os resgates líquidos do Banco Central atingiram R\$6,7 bilhões. No mercado secundário de títulos públicos federais também foram registradas colocações líquidas, R\$9,3 bilhões.

24. Em 20 de março, o Copom reduziu a meta para a taxa básica de juros em 25 pontos-base, fixando-a em 18,50% a.a. Esta decisão, que representou o segundo corte consecutivo na taxa, no trimestre, evidencia a melhora nos cenários econômicos externo e interno.

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
4.3.1999	-	45,00
-	24.3.1999	42,00
-	5.4.1999	39,50
14.4.1999	-	34,00
-	28.4.1999	32,00
-	7.5.1999	29,50
-	12.5.1999	27,50
19.5.1999	-	23,50
-	8.6.1999	22,00
23.6.1999	-	21,00
28.7.1999	-	19,50
1.9.1999	-	19,50
22.9.1999	-	19,00
6.10.1999	-	19,00
10.11.1999	-	19,00
15.12.1999	-	19,00
19.1.2000	-	19,00
16.2.2000	-	19,00
22.3.2000	-	19,00
-	29.3.2000	18,50
19.4.2000	-	18,50
24.5.2000	-	18,50
20.6.2000	-	17,50
-	10.7.2000	17,00
19.7.2000	-	16,50
23.8.2000	-	16,50
20.9.2000	-	16,50
18.10.2000	-	16,50
22.11.2000	-	16,50
20.12.2000	-	15,75
17.1.2001	-	15,25
14.2.2001	-	15,25
21.3.2001	-	15,75
18.4.2001	-	16,25
23.5.2001	-	16,75
20.6.2001	-	18,25
18.7.2001	-	19,00
22.8.2001	-	19,00
19.9.2001	-	19,00
17.10.2001	-	19,00
21.11.2001	-	19,00
19.12.2001	-	19,00
23.1.2002	-	19,00
20.2.2002	-	18,75
20.3.2002	-	18,50

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o segundo trimestre e para o ano 2002

25. Os indicadores de atividade referentes ao final de 2001 e início de 2002 delinearam cenário de recuperação lenta da demanda por consumo. Nesse sentido, destacaram-se como fatores positivos a melhora das expectativas dos consumidores, a redução da taxa de juros, bem como o comportamento favorável do mercado de trabalho. Por outro lado, limitaram a expansão do consumo a inadimplência e as indicações de contração dos rendimentos e salários médios reais, mesmo que setorialmente ainda sejam registrados ganhos, como na indústria de transformação. Registre-se, ainda, que a capacidade de comprometimento da renda futura é reduzida pela cautela dos consumidores e também pela atitude mais conservadora das instituições financeiras, dada a elevação dos índices de inadimplência.

26. Quanto ao comportamento dos investimentos, os indicadores setoriais registraram desaceleração nos últimos meses de 2001. Esse movimento foi detectado na produção de bens de capital e de insumos da construção. A produção de equipamentos, mesmo registrando quedas nos últimos meses, se caracterizou por expansão generalizada da capacidade produtiva dos diversos setores, movimento registrado pelo segundo ano consecutivo.

27. Dados referentes à produção industrial evidenciaram movimento de recuperação do setor a partir de novembro, respaldado pelos resultados de pesquisas que apontaram elevação da confiança dos empresários e predominância de expectativas otimistas para o médio prazo. A mudança de cenário traduziu, dentre outros fatores, o fim dos efeitos restritivos da crise de energia sobre a produção da indústria.

28. Cabe ressaltar que as primeiras estimativas para a safra de grãos de 2002 apontam queda de 1%. Entretanto, para produtos importantes na composição dos índices de preços ao consumidor, como arroz e feijão, espera-se elevação da produção, o que poderá favorecer, ao longo do ano, redução dos preços desses bens, depois de alta acentuada em 2001. Em contrapartida, a redução prevista para a primeira safra de milho poderá elevar os preços do produto e, em consequência, também os preços da pecuária.

29. De forma geral, verificou-se, portanto, comportamento da oferta compatível com a evolução da demanda. Mesmo na presença de circunstâncias que favoreçam a expansão da demanda por produtos da indústria, a capacidade de reposição do setor será facilitada pela existência de ociosidade das instalações.

30. O comportamento do emprego formal apurado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) continua apresentando trajetória positiva. Mesmo a redução de postos de trabalho inerente à sazonalidade de dezembro, ocorreu com intensidade menor do que em anos anteriores. Em janeiro, o indicador mostrou

crescimento, acompanhando recuperação gradual da maior parte dos indicadores do nível de atividade. A evolução da taxa de desemprego, apesar do crescimento em janeiro, não se contrapõe ao comportamento do emprego formal, na medida em que tem aumentado o número de ocupações, embora em intensidade inferior à expansão da população economicamente ativa.

31. A evolução dos salários e rendimentos, por outro lado, mostra perda do poder aquisitivo, exceção feita aos registros de pesquisas que consideram a indústria de transformação. Dessa forma, o aumento do número de empregados tem sido acompanhado apenas por elevação nominal da massa de rendimentos, não exercendo pressões de demanda.

32. Assinale-se, no entanto, que a queda da produtividade, combinada com crescimento do custo unitário do trabalho (CUT) real e redução menos acentuada do CUT nominal, evidencia a menor capacidade de absorção pelo fator trabalho de impactos sobre os custos advindos de fatores tais como depreciação cambial e reajustes de preços administrados.

33. Embora o desempenho da economia mundial em 2001 tenha sido moderado, é importante salientar que, a despeito das adversidades, não se observou queda na atividade econômica na intensidade inicialmente preconizada, principalmente após os atentados terroristas aos Estados Unidos. No entanto, o clima recessivo mundial traduziu-se em desaceleração do comércio internacional, redução do fluxo de investimentos para os países emergentes e aumento das incertezas, com desdobramentos sobre a evolução da demanda agregada global.

34. Todavia, a reação coordenada das principais economias mundiais, em termos de políticas monetária e fiscal expansionistas, já mostra seus efeitos nos primeiros meses de 2002, sugerindo a reversão, em período mais curto, do processo recessivo mundial. Dado o elevado grau de interdependência econômica e financeira existente entre os países, espera-se que os resultados favoráveis que começam a surgir nas principais economias tenham impactos positivos nos demais países.

35. A recuperação econômica mundial, que se anunciava limitada e cujos impactos só seriam sentidos a partir do segundo ou terceiro trimestres, pode ser mais célere e forte se persistirem os bons resultados apresentados até agora. Nesse sentido, o crescimento de 1,4% do PIB dos Estados Unidos no quarto trimestre de 2001 mostrou-se favorável e, considerando a manutenção de política monetária cautelosa e de expansionismo fiscal sem estímulos inflacionários, sugere crescimento anual relevante, melhorando as perspectivas relacionadas à liquidez mundial e ao desempenho dos mercados internacionais de capitais.

36. A volta do crescimento econômico mundial depende da recuperação

econômica em diversos países, que poderá ficar comprometida por eventos adversos como aumentos dos preços do petróleo. Nesse sentido, o preço do barril tipo Brent já atinge patamares superiores a US\$22 por barril, por conta de cortes na produção, e sua escalada poderá ter continuidade caso se agravem os conflitos no Oriente Médio e aumente a demanda decorrente da retomada da atividade econômica mundial.

37. A balança comercial brasileira, apesar da redução das exportações nos dois primeiros meses do ano, continua superavitária, reflexo do declínio mais intenso observado nas importações. A retração da economia mundial tem impactado desfavoravelmente as vendas externas do país, movimento acentuado pelas dificuldades econômicas enfrentadas pela Argentina. Existem sinais importantes, entretanto, que sugerem a diversificação de mercados para os produtos brasileiros, elemento que contribuirá para a atenuação de impactos associados a crises isoladas de parceiros comerciais, assim como para a manutenção de patamar adequado das exportações durante o processo de recuperação da economia mundial, especialmente da economia dos Estados Unidos, principal parceiro comercial do Brasil. Esses são fatores que dinamizarão as exportações ao longo do ano.

38. Além da perspectiva mais dinâmica para as exportações em 2002, os resultados comerciais deverão evidenciar importações declinantes, em sintonia com o patamar mais elevado de taxa de câmbio. Adicionalmente, a depreciação da taxa de câmbio constitui-se em elemento incisivo à substituição de importações, o que deverá conter, principalmente, as compras externas de bens de consumo e de bens intermediários, mesmo em períodos em que o nível de atividades esteja elevado.

39. A captação de recursos tem sido suficiente para financiar os pagamentos externos, o que resulta em baixa volatilidade da taxa de câmbio.

40. O reajuste previsto para os combustíveis, a vigorar a partir de 16 de março, sobrepondo-se ao já efetivado no segundo dia desse mesmo mês, deverá resultar em interrupção temporária do processo de desaceleração das taxas de inflação. Assim, os efeitos desfavoráveis desse aumento irão contrapor-se ao esgotamento de pressões presentes no início do ano, associadas aos itens escolas e alimentos in natura, e ao arrefecimento dos preços dos produtos agrícolas, que têm refletido condições meteorológicas favoráveis para o período.

41. A despeito desse fato, ressalte-se que a perspectiva delineada para a evolução dos preços é bastante favorável, tendo em vista os seguintes fatores: primeiro, a ausência de pressões significativas advindas da taxa de câmbio; segundo, a ociosidade da capacidade instalada no setor fabril que, apesar da recuperação do nível de atividade, situa-se em patamar significativamente inferior ao de igual período de 2001; e, adicionalmente, a perspectiva de ganhos de produtividade em todos os setores da economia, como consequência do aumento dos investimentos em 2001 e 2002.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano 2002

42. A programação dos agregados monetários para o segundo trimestre de 2002 é consistente com o atual regime de política monetária, baseado em metas para a inflação, bem como com o comportamento esperado para a renda nacional, as taxas de juros, as operações de crédito e demais indicadores pertinentes.

Quadro 3. Programação monetária para 2002^{1/}

Discriminação	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	66,8-78,5	8,3	82,3-96,6	13,3
Base restrita ^{3/}	45,4-53,3	12,2	55,4-65,0	14,0
Base ampliada ^{4/}	640,6-752,0	17,3	690,9-811,1	16,1
M4 ^{4/}	720,7-846,0	13,0	779,2-914,7	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

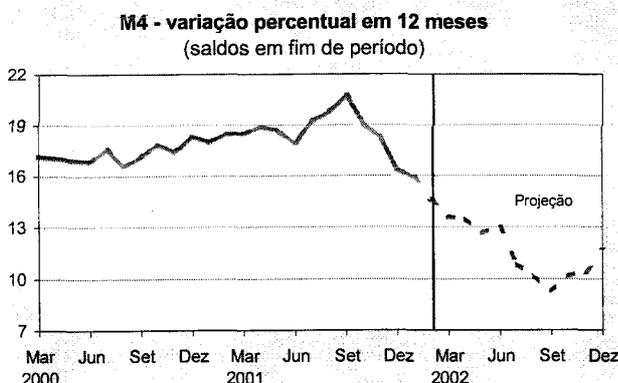
2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

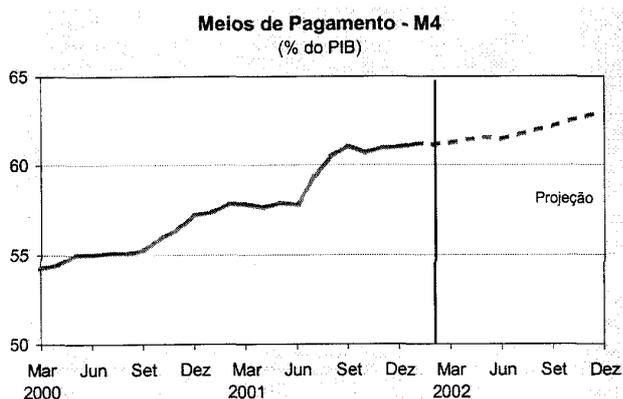
4/ Saldos em fim de período.

43. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos de correção de erros para a demanda por papel-moeda e para a demanda por depósitos à vista, com cenários compatíveis com as metas para a inflação, inclusive com o desvio dentro de seu intervalo para o ano, a fim de acomodar o realinhamento de preços em curso. Considerou-se também o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic, os prováveis impactos das operações de crédito e componentes de tendência e de sazonalidade característicos daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 8,3%, em junho, e em 13,3%, em dezembro de 2002.

47. Para os meios de pagamento ampliados, as projeções de seu conceito mais abrangente consideram cenário para a capitalização de seus componentes e para os fatores condicionantes de seu crescimento primário, correspondentes às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 13%, em junho, e a 11,6%, em dezembro de 2002.



48. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo de 2002, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



49. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre janeiro/fevereiro de 2002, bem como os valores previstos para o segundo trimestre e para o ano 2002.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2002		2002 ^{2/}			
	Janeiro-Fevereiro		Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	74,4	10,3	72,6	8,3	89,4	13,3
Base restrita ^{4/}	50,1	13,0	49,3	12,2	60,2	14,0
Base ampliada ^{5/}	661,9	18,9	696,3	17,3	751,0	16,1
M4 ^{5/}	763,4	14,6	783,3	13,0	846,9	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

50. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2002		2002			
	Janeiro/Fevereiro		Segundo Trimestre		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,487	-2,4	1,473	-3,5	1,485	-0,5
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,361	-1,9	0,362	-1,4	0,348	-1,1
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,375	2,5	0,387	6,3	0,390	0,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,153	-3,6	1,125	-3,7	1,128	-3,8

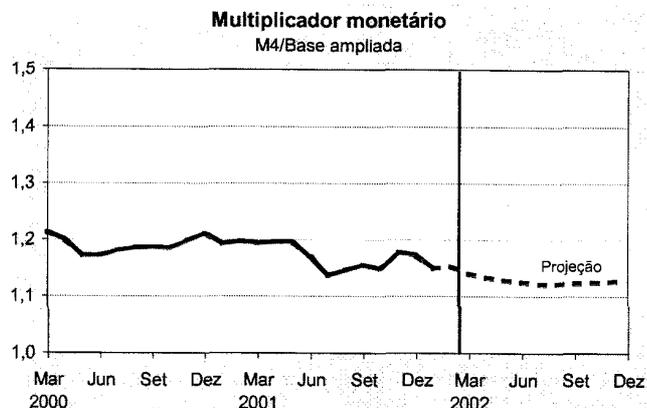
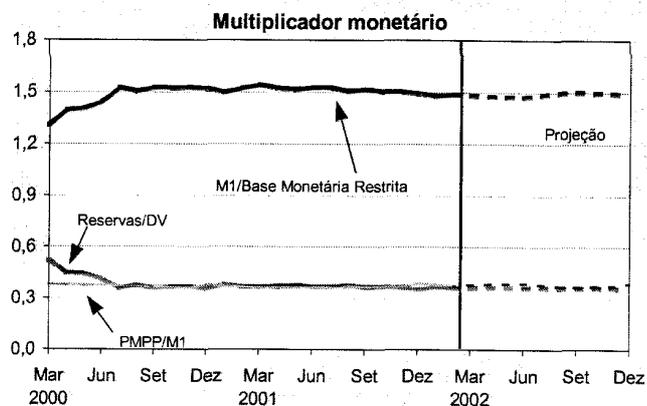
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

51. O multiplicador da base monetária restrita não deverá apresentar tendência pronunciada, em qualquer direção, ao longo de 2002, enquanto para o da base monetária ampliada projeta-se moderada redução, principalmente em decorrência de emissões especiais programadas para o ano.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2001^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	70,9-83,2	9,5	78,9	12,1
Base restrita ^{3/}	46,9-55,1	10,2	52,8	14,1
Base ampliada ^{4/}	610,0-716,1	23,1	646,7	20,0
M4 ^{4/}	703,7-826,1	17,3	758,6	16,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldo em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2002 e ocorridos no período janeiro/fevereiro^{1/}

Discriminação	Previsto 1º trimestre		Evolução no período janeiro/fevereiro	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	67,0-78,6	9,1	74,4	10,3
Base restrita ^{3/}	45,1-53,0	13,3	50,1	13,0
Base ampliada ^{4/}	625,0-733,7	20,2	661,9	18,9
M4 ^{4/}	728,0-854,6	17,3	763,4	14,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldo em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para 2002^{1/}

Discriminação	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
	M1 ^{3/}	66,8-78,5	8,3	82,3-96,6
Base restrita ^{3/}	45,4-53,3	12,2	55,4-65,0	14,0
Base ampliada ^{4/}	640,6-752,0	17,3	690,9-811,1	16,1
M4 ^{4/}	720,7-846,0	13,0	779,2-914,7	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2002		2002 ^{2/}			
	Janeiro-Fevereiro		Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	74,4	10,3	72,6	8,3	89,4	13,3
Base restrita ^{4/}	50,1	13,0	49,3	12,2	60,2	14,0
Base ampliada ^{5/}	661,9	18,9	696,3	17,3	751,0	16,1
M4 ^{5/}	763,4	14,6	783,3	13,0	846,9	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2002		2002			
	Janeiro/Fevereiro		Segundo Trimestre		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,487	-2,4	1,473	-3,5	1,485	-0,5
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,361	-1,9	0,362	-1,4	0,348	-1,1
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,375	2,5	0,387	6,3	0,390	0,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,153	-3,6	1,125	-3,7	1,128	-3,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 102, de 2002 (nº 215/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 90, de 2002, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 102, DE 2002
(Nº 215/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossa Excelência o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de fevereiro de 2002, as razões delas

determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Brasília, 2 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MF 61 EM EMISSÃO REAL FEV 2002

Brasília, 28 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 29-6-95, o anexo demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de fevereiro de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, para que seja o referido demonstrativo enviado também aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional.

Respeitosamente, – **Pedro Sampaio Malam**,
Ministro de Estado da Fazenda.

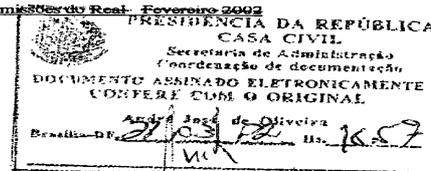
Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real - Fevereiro 2002

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária, refletindo a sazonalidade do período, somou R\$50,1 bilhões em fevereiro, registrando queda de 4,3% no mês e expansão de 13% no acumulado em doze meses. Por componentes, o saldo do papel-moeda emitido reduziu-se 4% no mês e o de reservas bancárias, 4,9%.



Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2002 ¹⁾ (Voto CMN nº 138/2001)	63,00
B - Emissão monetária realizada ²⁾	50,06
b.1 - Uso - saldos ³⁾	50,06
b.1.1 - Papel-moeda emitido	33,26
b.1.2 - Reservas bancárias	16,80
b.2 - Fontes	50,06
b.2.1 - Saldos em 31.1.2002	49,72
b.2.1.1 - Papel-moeda emitido	32,99
b.2.1.2 - Reservas bancárias	17,33
b.2.2 - Fluxo em Janeiro/2002 ³⁾	0,33
b.2.2.1 - Operações com o Tesouro Nacional	-1,27
b.2.2.2 - Operações com títulos públicos federais	1,56
b.2.2.3 - Operações com o setor externo	-0,01
b.2.2.4 - Operações com o sistema financeiro	0,05
C - Saldo de emissão (A - B)	2,94
D - Reservas internacionais disponíveis	64,30
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	53,00
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	31,30

1) Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2) Média dos saldos nos dias úteis.
3) Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Consideradas as posições de final de período, o saldo da base monetária situou-se em R\$47,9 bilhões, reduzindo-se 3,7% no mês e mantendo-se estável em doze meses. O saldo do papel-

moeda emitido atingiu R\$32,1 bilhões, e o das reservas bancárias, R\$15,8 bilhões, correspondendo a decréscimos mensais de 0,9% e 8,9%, respectivamente.

Base monetária e componentes Média dos saídos nos dias úteis										
Período	Papel moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual		
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses	
2000	Jan	26 403	-3,3	16,6	19 350	6,9	14,6	45 753	0,8	17,0
	Fev	24 285	-8,0	8,7	17 913	-7,4	6,8	42 197	-7,8	7,7
	Mar	23 640	-2,7	11,4	17 286	-3,6	5,3	40 906	-3,1	6,7
	Abr	23 576	-0,3	15,9	14 974	-13,3	-7,1	38 549	-5,8	5,7
	Mai	23 612	0,3	17,1	14 948	-0,2	-3,1	36 486	-5,2	6,3
	Jun	23 690	1,6	16,5	14 034	-6,1	-12,8	37 824	-1,4	3,8
	Jul	24 317	1,8	14,9	12 324	-6,6	-28,3	37 141	2,1	-4,8
	Ago	24 290	-0,1	15,6	13 564	5,8	-24,8	37 865	1,9	-3,1
	Set	24 804	2,1	17,0	13 296	-2,3	-26,2	36 000	0,5	-2,6
	Out	25 242	1,8	17,9	14 057	6,0	-9,9	39 299	3,3	8,2
	Nov	25 584	1,4	17,4	14 411	2,5	-10,8	40 006	1,8	6,4
	Dez	30 848	20,4	12,8	15 469	7,3	-14,4	45 304	13,7	2,0
2001	Jan	29 650	-3,1	13,1	16 609	7,2	-14,2	46 459	0,3	1,8
	Fev	28 548	-4,4	17,6	16 753	-5,2	-12,1	44 300	-4,6	5,0
	Mar	27 646	-3,2	16,9	15 660	-6,6	-9,3	43 308	-2,2	5,9
	Abr	27 704	0,2	17,5	16 840	1,2	5,8	45 543	0,5	13,0
	Mai	27 748	0,2	18,0	15 888	-5,3	6,3	43 836	-3,9	13,6
	Jun	28 284	1,9	16,4	15 652	-1,5	11,5	42 936	-0,7	16,9
	Jul	28 671	2,1	18,7	16 133	3,1	25,8	45 004	2,4	21,2
	Ago	28 842	0,6	18,7	16 169	0,2	19,2	45 040	0,0	18,0
	Set	29 272	1,5	18,0	15 860	-1,9	19,8	45 133	0,3	16,8
	Out	28 688	-1,7	17,3	16 832	6,2	12,8	45 430	0,7	16,6
	Nov	29 963	4,5	17,1	15 624	-7,2	-4,4	45 587	0,3	14,0
	Dez	35 871	19,7	16,4	16 976	8,7	-9,6	52 645	15,8	14,1
2002	Jan	34 832	3,9	16,0	17 686	4,1	6,4	52 296	-1,0	12,6
	Fev	33 256	-4,0	16,5	16 800	-4,9	6,6	50 054	-4,3	12,8

* Dados preliminares

Relativamente às fontes de emissão monetária, tendo como referência os fluxos mensais acumulados em fevereiro, as operações do Tesouro Nacional foram o fator condicionante da base monetária de maior relevância no mês, com impacto contracionista de R\$2,3 bilhões.

As operações com títulos públicos federais no mês, incluindo a atuação do Banco Central com o objetivo de ajustar a liquidez do mercado monetário, foram expansionistas em R\$446 milhões. No mercado primário, ocorreram resgates líquidos de R\$5,7 bilhões de títulos do Banco Central e colocações líquidas de R\$667 milhões de títulos do Tesouro Nacional. No mercado secundário, as operações geraram impacto contracionista de R\$4,7 bilhões, enquanto, no extramercado, as compras líquidas somaram R\$112 milhões.

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro 2002

Fatores condicionantes da base monetária					
Fluxos acumulados no mês					
Período	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Variação da base monetária
2000					
Jan	2.243	-11.253	2.387	69	-6.554
Fev	-1.383	1.378	69	-27	28
Mar	-3.288	483	36	-60	-2.827
Abr	-3.704	2.159	-15	185	-1.373
Mai	-2.014	-50	-1	220	-1.844
Jun	-2.146	-1.739	12	187	-3.595
Jul	1.229	3.052	-3	-182	4.196
Ago	-6.710	6.598	19	-226	-2.870
Set	-2.744	1.145	-5	4	-1.601
Out	714	-89	5	495	1.114
Nov	-6.842	8.101	3.636	-195	2.000
Dec	-90	6.092	1.942	-107	8.958
2001					
Jan	4.582	-11.412	1.961	-452	-6.322
Fev	3.091	8.639	2	-23	5.527
Mar	-2.641	-3.192	-668	-17	-6.522
Abr	5.374	6.282	11	-1.377	-457
Mai	4.520	6.300	-654	-345	642
Jun	-329	4.305	-3.150	-305	521
Jul	2.029	423	-2.370	-462	-380
Ago	-6.008	10.210	-2.886	-782	1.036
Set	2.038	8.763	-3.130	-894	2.843
Out	461	395	-2.599	-286	-1.407
Nov	-2.973	9.016	-2.657	-327	3.159
Dez	6.398	1.837	-2.232	-680	7.022
2002					
Jan	772	-3.646	1	-685	-3.558
Fev*	-2.271	446	-8	-1	-1.832

1/ Não inclui operações com títulos.
* Dados preliminares.

II – A base monetária ampliada

O saldo da base monetária ampliada atingiu R\$661,8 bilhões em fevereiro, representando decréscimo de 0,2% no mês e expansão de 18,9% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais em mercado manteve-se constante, atingindo R\$ 596,1 bilhões, sendo que o montante de títulos de emissão do Tesouro Nacional elevou-se 1,4%, enquanto o do Banco Central reduziu-se 3,6%. Esse comportamento derivou, principalmente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado e das operações do Tesouro Nacional.

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro 2002

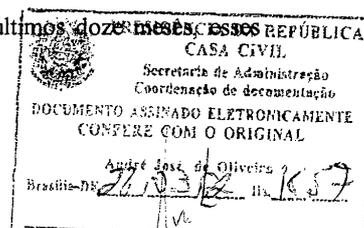
Base monetária ampliada
Saldos em final de período

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais						Total	Variação percentual			
		Remunerações ^{1/}	Não remunerados	Títulos do BCB			Títulos do Tesouro Nacional ^{4/}				Total	Mês	12 meses	
				Posição de carteira ^{2/}	Financiamento ^{3/}	Total	Posição de carteira	Financiamento	Total					
2000	Jan	41.852	15.022	154	62.893	0	62.893	333.384	6.427	339.811	402.819	459.858	2,9	10
	Fev	41.920	15.031	136	62.825	0	62.825	342.409	3.777	346.186	409.011	456.006	1,4	10
	Mar	39.094	14.985	274	63.070	0	63.070	352.076	0	352.076	415.149	460.490	0,7	21
	Abr	37.721	14.850	202	66.472	-538	65.934	360.473	-2.721	357.752	423.690	470.458	1,5	22
	Mai	36.976	14.732	178	66.884	0	66.884	373.142	2.991	376.133	444.767	490.893	4,0	25
	Jun	32.316	14.877	109	69.610	0	69.610	380.652	4.285	384.937	464.947	501.906	3,0	25
	Jul	36.452	15.334	206	70.144	0	70.144	384.840	2.675	387.515	457.450	509.253	1,5	25
	Ago	36.122	15.362	156	71.590	0	71.590	385.011	3.484	388.495	466.065	514.725	1,1	24
	Ser	37.521	15.326	136	73.488	-841	72.647	394.316	-1.012	393.304	468.275	521.286	1,0	20
	Out	36.636	14.837	137	77.296	0	77.296	397.758	3.790	401.548	478.944	532.454	2,1	20
	Nov	40.791	14.554	127	82.943	0	82.943	392.746	3.626	396.372	479.115	534.527	0,4	21
	Dez	47.934	14.748	154	85.880	-1.766	84.114	394.413	-2.222	392.191	478.106	538.603	0,8	20
2001	Jan	42.364	15.098	123	86.486	0	86.486	405.396	-663	404.733	483.318	550.901	2,3	19
	Fev	47.891	15.026	131	94.994	0	94.994	398.989	3.061	402.050	493.764	606.602	1,1	10
	Mar	41.368	15.031	128	103.355	-1.322	102.033	402.761	3.651	406.412	506.746	665.272	1,5	20
	Abr	40.911	14.946	117	111.629	-1.744	109.885	405.810	-2.806	403.004	512.089	664.065	0,5	19
	Mai	41.455	15.023	161	124.296	-7.095	122.200	394.786	2.592	397.378	519.576	674.215	1,4	18
	Jun	41.974	15.351	185	129.890	-3.816	126.074	418.044	-4.622	413.422	536.305	693.815	2,1	19
	Jul	41.594	15.736	209	137.250	-884	136.366	431.025	5.627	436.652	573.026	630.585	6,2	23
	Ago	42.829	15.034	184	145.480	-886	144.594	433.405	1.237	434.642	578.233	638.087	1,2	24
	Ser	45.482	16.296	222	157.724	-5.280	152.444	443.520	-12.161	431.359	634.233	646.223	1,3	24
	Out	43.076	16.566	209	155.517	-6.216	149.301	456.895	-11.727	445.168	694.286	694.116	1,0	22
	Nov	46.234	16.914	152	139.383	-7.653	131.730	453.405	-15.109	448.296	580.026	642.526	-1,8	20
	Dez	53.256	17.585	235	126.055	-4.011	122.044	463.180	-14.828	448.352	576.596	646.672	0,0	20
2002	Jan	46.722	17.764	170	127.834	-3.840	123.994	477.889	-6.196	471.693	595.483	663.142	2,8	20
	Fev	47.891	17.729	174	119.299	-1.415	117.884	482.261	-4.060	478.201	596.085	661.579	-0,2	16

1/ Referem-se a saldos corrigidos de algumas operações de instituições financeiras (Depósitos a prazo, Depósitos oficiais, e Depósitos de poupança).
2/ Exclui LBCE.
3/ Posições de financiamento dos títulos, tomador/doador, under-oid (+), over-oid (-) e posições de custódia sob a Res. 2308, de 26.8.96.
4/ Títulos avaliados pela curva de rendimento do papel (critério valor presente da STNAIF).
5/ Dados preliminares.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento (M1), considerado o critério de média dos saldos diários, alcançaram R\$74,4 bilhões ao final de fevereiro, com redução de 3,8% no mês e crescimento de 10,3% no período de doze meses. O papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista registraram quedas de 5% e de 3% no mês. Considerando-se o período dos últimos doze meses, esses componentes evoluíram 13,2% e 8,7%, respectivamente.



Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
		R\$ milhões							
2000 Jan	22 951	-2,6	18,2	25 141	-0,9	23,9	58 092	-1,6	21,1
Fev	21 129	-7,9	8,5	33 329	-5,2	15,3	54 456	-6,3	12,6
Mar	20 432	-3,3	10,3	33 039	-0,9	17,8	58 465	-1,3	14,5
Abr	20 323	-0,5	18,2	33 436	1,2	22,3	53 759	0,6	19,5
Mai	20 283	-0,2	16,4	33 735	0,9	25,9	54 016	0,5	22,1
Jun	20 605	1,6	15,4	34 066	1,0	23,9	54 593	1,3	20,6
Jul	21 002	1,9	13,7	35 623	4,5	21,4	59 825	3,5	18,4
Ago	21 000	0,0	14,4	35 986	1,0	21,2	66 996	9,6	16,6
Ser	21 376	1,8	15,4	36 741	2,2	24,9	68 117	2,0	22,2
Out	21 726	1,6	15,8	36 145	3,6	25,3	69 871	3,0	22,1
Nov	21 637	1,0	16,4	39 116	2,5	25,2	61 063	2,9	21,9
Dez	26 678	21,6	13,2	43 697	11,7	23,2	70 375	15,3	19,2
2001 Jan	25 852	-3,1	12,5	43 717	0,0	24,4	69 559	-1,1	19,8
Fev	24 689	-4,5	16,6	42 777	-2,1	28,3	67 455	-3,0	23,9
Mar	25 808	-3,2	17,0	42 826	0,1	29,7	68 737	-1,1	24,8
Abr	23 903	0,0	17,6	42 296	-1,0	26,6	66 298	-0,7	23,5
Mai	23 962	0,3	18,2	42 185	-0,5	25,0	66 167	-0,2	22,8
Jun	24 457	1,6	18,5	42 633	1,1	25,1	67 070	1,4	22,6
Jul	24 933	2,0	18,7	43 738	2,6	22,8	66 672	2,4	21,3
Ago	24 795	-0,6	18,1	42 997	-1,7	19,6	67 792	-1,3	19,0
Ser*	25 021	0,9	17,1	43 384	0,9	18,1	68 405	0,9	17,7
Out*	25 276	1,0	16,3	43 065	-0,7	12,9	68 344	-0,1	14,2
Nov*	25 443	0,7	16,0	43 130	0,1	10,3	68 572	0,3	12,5
Dez*	30 636	20,4	14,8	46 285	11,9	10,4	78 891	15,0	12,1
2002 Jan*	29 424	-4,0	13,8	47 955	-0,6	9,7	77 380	-1,9	11,2
Fev*	27 945	-5,0	13,2	46 493	-3,0	8,7	74 436	-3,8	10,3

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se constante, registrando o valor de 1,49.

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro 2002

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário ^{1/} Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DI}$	$R_2 = \frac{RB}{DI}$		$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2000	Jan	0,40	0,60	0,10	0,55	1,27
	Fev	0,39	0,61	0,09	0,54	1,29
	Mar	0,38	0,62	0,10	0,52	1,31
	Abr	0,38	0,62	0,10	0,45	1,39
	Mai	0,38	0,62	0,10	0,44	1,40
	Jun	0,38	0,62	0,10	0,41	1,44
	Jul	0,37	0,63	0,09	0,36	1,52
	Ago	0,37	0,63	0,09	0,38	1,50
	Set	0,37	0,63	0,09	0,36	1,53
	Out	0,36	0,64	0,09	0,27	1,52
	Nov	0,36	0,64	0,09	0,27	1,53
	Dez	0,38	0,62	0,09	0,26	1,52
2001	Jan	0,37	0,63	0,09	0,38	1,50
	Fev	0,37	0,63	0,09	0,37	1,51
	Mar	0,36	0,64	0,09	0,37	1,51
	Abr	0,38	0,64	0,09	0,37	1,52
	Mai	0,38	0,64	0,09	0,38	1,52
	Jun	0,36	0,64	0,09	0,37	1,53
	Jul	0,36	0,64	0,09	0,37	1,53
	Ago	0,37	0,63	0,09	0,26	1,51
	Set	0,37	0,63	0,10	0,27	1,52
	Out	0,37	0,63	0,10	0,27	1,50
	Nov	0,37	0,63	0,10	0,26	1,50
	Dez	0,38	0,61	0,11	0,26	1,48
2002	Jan	0,38	0,62	0,11	0,27	1,48
	Fev	0,38	0,62	0,11	0,26	1,48

1/ Onde -
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encabe em moeda corrente
CX - Encasas de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

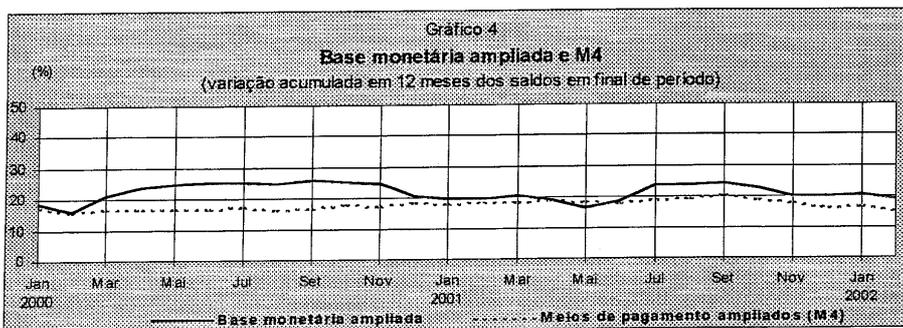
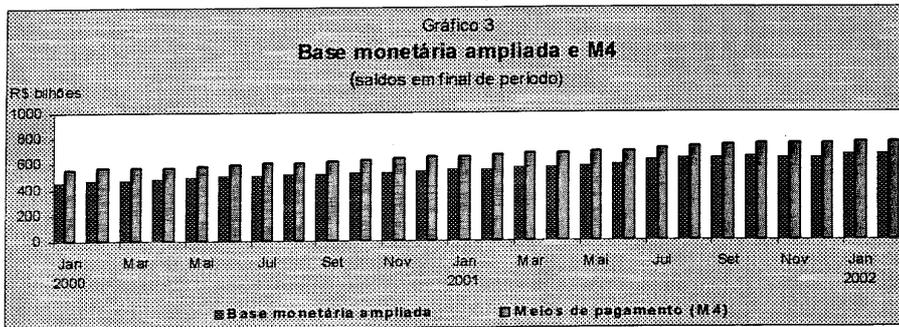
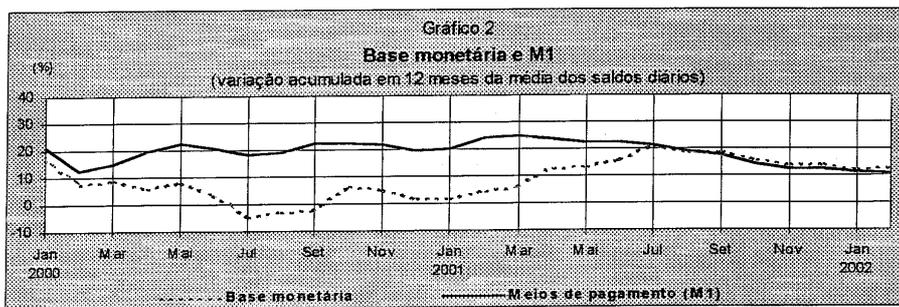
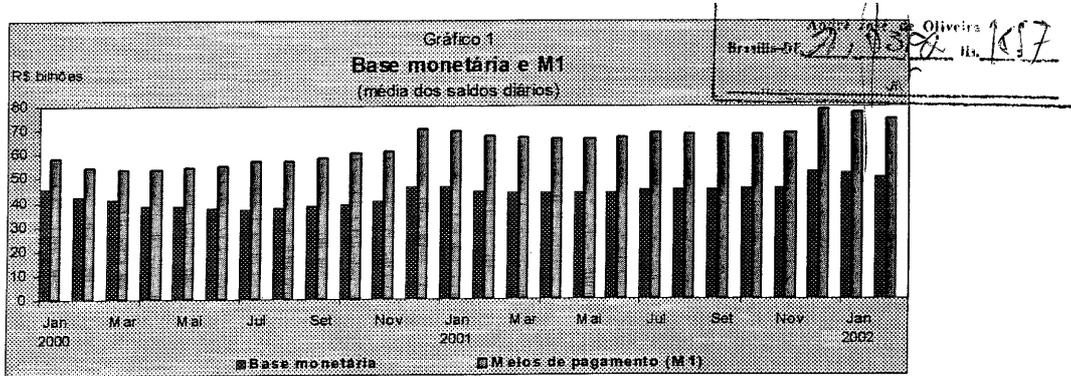
Quanto aos meios de pagamento ampliados, o conceito M2 apresentou elevação de 0,6%, em torno do seu crescimento autônomo. O M3 expandiu-se 0,5%, abaixo da capitalização de seus componentes. O agregado mais amplo, M4, elevou-se 0,1%, alcançando R\$761,3 bilhões, representando contração primária no mês. Esse resultado pode ser atribuído, principalmente, ao comportamento da carteira de crédito do sistema financeiro, que elevou-se 0,3%, e ao impacto do resultado primário do Tesouro Nacional.

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro 2002

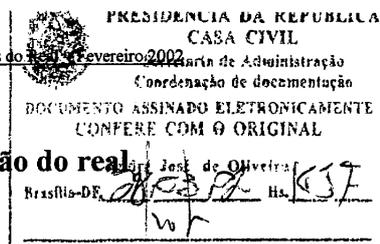
Meios de pagamento ampliados												R\$ milhões	
Saldos em final de período													
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Cotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações com cartas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Gênc)	Títulos estaduais e municipais	M4	Variação percentual		
											No mês	Em 12 meses	
2000 Jan	56 633	112 586	100 615	269 834	195 641	10 314	475 790	80 026	1 340	557 156	1,1	17,4	
Fev	54 038	111 880	96 578	261 494	205 634	15 510	485 836	75 354	1 267	562 459	1,0	16,2	
Mar	53 255	111 305	96 867	261 427	213 917	13 435	468 779	79 176	1 472	569 428	1,2	17,1	
Abr	53 689	110 836	95 169	259 783	218 320	14 508	492 621	77 636	1 633	571 991	0,4	17,0	
Mai	52 976	110 442	96 432	259 890	222 633	17 791	500 274	79 131	1 301	580 706	1,4	16,9	
Jun	54 697	111 045	94 355	260 097	231 477	26 756	521 331	65 526	1 312	588 166	1,3	16,8	
Jul	57 078	111 007	94 585	262 670	234 374	26 667	523 731	76 690	819	601 236	2,2	17,6	
Ago	56 628	110 716	95 765	264 099	237 608	24 706	528 772	82 319	1 348	610 496	1,5	16,5	
Sep	59 451	109 494	95 813	264 759	243 353	24 038	532 190	84 749	1 715	618 613	1,3	17,1	
Out	60 166	108 732	96 783	265 691	250 190	24 221	540 162	88 843	1 793	630 723	2,0	17,8	
Nov	63 053	109 260	99 305	271 618	253 425	23 674	546 717	89 808	1 824	640 450	1,5	17,4	
Dez	74 352	111 936	97 496	283 785	263 832	18 961	566 577	93 624	1 992	662 963	1,8	18,3	
2001 Jan	66 549	112 272	97 676	278 488	265 805	20 812	562 915	97 662	1 901	667 368	0,8	18,0	
Fev	68 310	112 832	98 621	279 783	269 485	20 964	570 211	94 331	1 810	686 453	1,4	18,5	
Mar	66 033	112 399	99 947	278 378	273 123	19 647	571 148	101 850	1 905	674 703	1,2	18,5	
Abr	65 812	112 749	101 038	279 899	273 639	20 240	573 778	105 902	1 886	679 546	0,7	18,6	
Mai	65 462	113 692	104 126	283 478	278 283	20 152	581 884	105 174	2 169	689 220	1,4	18,7	
Jun	68 996	114 874	107 789	289 059	275 266	26 612	590 939	100 150	2 332	693 420	0,6	17,8	
Jul	67 329	115 509	107 626	290 466	282 032	28 521	601 009	113 526	2 376	718 912	3,4	18,2	
Ago	67 572	116 061	111 967	296 619	287 257	24 162	607 028	121 631	2 372	731 031	2,0	18,8	
Sep*	68 486	116 738	111 351	296 675	291 071	22 582	610 227	133 913	2 467	746 698	2,1	20,7	
Out*	67 524	116 399	111 977	295 901	293 544	23 039	612 464	135 843	2 498	750 803	0,6	19,0	
Nov*	70 020	117 676	114 091	301 727	289 596	22 875	614 200	140 909	2 532	757 639	0,9	18,3	
Dez*	82 673	119 966	118 429	321 065	288 368	18 115	624 812	131 670	2 639	786 637	0,1	16,3	
2002 Jan*	74 306	120 615	120 127	314 450	295 969	15 352	626 791	141 050	2 608	789 449	1,4	17,1	
Fev*	73 801	120 499	120 646	315 246	299 430	12 939	627 614	139 042	2 505	789 262	0,0	15,4	

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.
2/ - Exclui lastro em títulos emitidos permanentemente por instituição financeira.
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.
* - Dados preliminares



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real - Fevereiro 2002

**Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real**

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional

na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o exposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;
- e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Presidente da República, às seguintes Mensagens:

Nº 104, de 2002 (nº 218/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – Promata; e

Nº 105, de 2002 (nº 220/2002, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 68,000,000.00 (sessenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação do Programa de Saúde da Família no Brasil.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do possible.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, por cinco minutos, pela Liderança do possible.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço uma comunicação importante e extremamente grave. Chamo a atenção do Governo Federal, especialmente do Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que ficou chocado com um ato excessivamente grave no Estado do Pará, quando 19 sem-terra, num confronto com a Polícia Militar do Estado, foram assassina-

dos. Esse fato repercutiu nacionalmente, causando impressão negativa para o nosso País.

Creio que estamos vivendo um novo problema no Estado do Pará. Subo à tribuna, neste momento, para apelar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao seu Ministro Ovídio de Angelis, Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, no sentido de que interferiram nessa séria questão em nosso Estado.

No ano passado, cerca de 2.500 famílias de trabalhadores ocuparam uma área de terra no Município de Ananindeua, no Estado do Pará, às margens da BR-316. Trata-se de cerca de 60 hectares de terra abandonada, que não produzia absolutamente nada, terra que seria possivelmente destinada a um projeto imobiliário, terra que estava sendo usada para especulação, numa área considerada nobre, à beira de uma rodovia. Duas mil e quinhentas famílias de trabalhadores – cerca de dez mil pessoas, considerando uma média de quatro pessoas por família – ali se instalaram e construíram suas casas com muita dificuldade. Conseguiram expandir a energia, mesmo que de maneira ilegal, por meio dos chamados “gatos”. O fato é que essas pessoas – que não foram poucas – se estabeleceram.

Em fevereiro deste ano, a Polícia Militar do Estado do Pará foi efetivar uma ação de despejo. É lamentável que o Governo do Estado do Pará só se faça presente em ações como essas em que a Polícia despeja famílias de trabalhadores, em ocupações rurais ou urbanas. O Governo não intermedia nada, não atende à demanda da população. O Governo do Estado do Pará não se antecipa aos fatos para atender à demanda, evitando que as ocupações ocorram. Age como se não tivesse responsabilidade sobre isso. Esse fato tanto acontece na área rural como na urbana, onde os trabalhadores são colocados frente a frente com proprietários rurais ou donos de terrenos urbanos. É como se o Governo não existisse.

Afinal de contas, Sr. Presidente, para que existe o Poder Público no País? Ele existe para intervir nas questões da sociedade, é eleito e nomeado para encontrar soluções que atendam às necessidades da nossa população e não para se omitir diante dos fatos, não para deixar que os confrontos ocorram entre proprietários e aqueles que anseiam por um pedaço de terra para trabalhar ou por um lote para construir a sua casa e deixar de pagar aluguel. O Governo age apenas na briga entre os dois, porque a ocupação ocorre pela falta de atendimento do Poder Público.

Ao mesmo tempo, o proprietário se vê tomado do seu direito de propriedade porque o Governo não

interveniu. A questão fica restrita, portanto, ao proprietário e àquele que precisa da terra para trabalhar. O Poder Público, totalmente omissos nessa questão, somente apareceu quando é para mandar polícia tirar os trabalhadores.

A polícia foi a Aurá, no Município de Ananindeua, no mês de fevereiro. Houve um confronto terrível, briga de pedra, pau, tiro, gás lacrimogêneo. Um horror. A reação da população foi tão forte que a polícia recuou, retirou-se, não conseguiu desalojar 2.500 famílias de trabalhadores.

Ora, esse confronto se tornou assunto do Jornal Nacional, foi divulgado em todo o País e manchete de todos os jornais do nosso Estado, bem como de jornais de circulação nacional. A Justiça repensou o caso, suspendeu a sentença por 30 dias e indicou o Desembargador Otávio Marcelino Maciel como uma espécie de mediador entre os proprietários e as 2.500 famílias de trabalhadores que ocuparam a área. S. Ex^a procurou o Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, com quem falou pessoalmente. O Governador afirmou não ter nada a ver com a questão e disse que não iria intrometer-se na história. O Dr. Otávio, então, procurou o Prefeito de Ananindeua, Sr. Manoel Pioneiro, para ver se o Prefeito tomava a frente de um processo de negociação e de entendimento. Os proprietários aceitariam ser desapropriados, aceitariam até a negociação com os ocupantes, desde que o Governo do Estado avalizasse a operação para garantir o pagamento das prestações do lote. Não houve, no entanto, atenção nem do Governador Almir Gabriel e nem do Prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, e os trabalhadores foram abandonados.

O Sr. Desembargador do Estado do Pará, Otávio Marcelino Maciel, na semana passada retirou-se do processo de negociação, alegando que não podia fazer absolutamente mais nada pelos trabalhadores, já que estava fora do processo. E agora é manchete dos Jornais do Pará: "Polícia pode invadir Waurá a qualquer momento". Essa foi a manchete do Jornal **O Liberal**, de ontem, quarta-feira, 3 de abril de 2002.

Imagine, Sr. Presidente, se o Poder Público teria dificuldades em negociar com o proprietário dessa área, em desapropriar, em pensar que está beneficiando 2.500 famílias de trabalhadores que não têm onde morar, que se estão sujeitando a morar em casas precárias, sem água, sem esgoto, com dificuldade de energia. Onde está o Poder Público desse País? Se o Poder Público não existe no Estado do Pará, se o Governador Almir Gabriel é omissos, ausente, incompetente e irresponsável, pelo menos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tome as vezes do Estado do Pará, mande

o seu Ministro Ovídio de Ângelis, da Secretaria de Urbanismo, resolver o problema, conversar com os trabalhadores, tomar a frente desse processo, não deixar que a Polícia entre em confronto com os trabalhadores, evitar que ocorra violência e morte mais uma vez no nosso querido Estado do Pará.

Portanto, assomo à tribuna para registrar o meu apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: Intervenha, Presidente. Não o faça no Estado, mas chame o insensível Governador do Estado do Pará e converse com S. Ex^a para que assumam a função de Governador de Estado, de homem público, a fim de que intervenha, negocie e solucione o problema dessas 2.500 famílias de trabalhadores. Isso já ocorreu no passado na área conhecida por Che Guevara, região muito semelhante à do Aurá. O Governo relutou muito, mas finalmente aquiesceu, esteve presente e melhorou o loteamento e, hoje, no Aurá, três mil famílias de trabalhadores conquistaram sua casa, sem precisar de financiamento da Caixa Econômica ou do setor público. São pessoas que melhoraram a qualidade de suas vidas.

É esse o apelo que faço da tribuna do Senado, em nome da Liderança do Partido Socialista Brasileiro, para lembrar ao Governador Almir Gabriel que a obrigação do Poder Público é intermediar, fazer-se presente em questões dessa gravidade, e não se omitir vergonhosamente, como se vem omitindo até o presente momento. Ele será responsável pelo que acontecer no Aurá, no Município de Ananindeua, no Estado do Pará. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso não poderá dizer que não foi alertado por este Senador que representa o Estado do Pará e, nesta Casa, a Liderança do Partido Socialista Brasileiro sobre essa grave dificuldade.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que transcreva nos Anais do Senado todo histórico desses fatos do Aurá, bem como a íntegra da reportagem saída no jornal **O Liberal** de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno)*

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Polícia pode invadir Aurá a qualquer momento

Clima fica tenso com nova ordem de despejo. Invasores se reúnem e decidem, outra vez, que continuarão na área.

A ocupação Carlos Mangibela, no Aurá, em Ananindeua, poderá ser invadida pela Polícia Militar a qualquer momento. Desde ontem, o juiz titular da 2ª Vara Cível, Raimundo das Chagas Filho, voltou a determinar a desocupação da área com força policial para cumprir a liminar de reintegração de posse expedida por ele mesmo em dezembro de 2001. Durante a tentativa de desocupação que ocorreu em 14 de fevereiro, houve o maior confronto entre sem-terro e policiais desde o massacre de Eldorado dos Carajás e 84 pessoas, entre posseiros e militares, ficaram feridas. A ação policial é dada como certa porque o comandante-geral da Polícia Militar, Mauro Calandrino, o delegado-geral

de Polícia Civil, Laurisvan Góes, e até mesmo o secretário Especial de Defesa Social, Paulo Souto Câmara, foram unanimemente em afirmar que a polícia irá executar a lei. Ontem, o advogado dos ocupantes, Pedro Cavaleiro, disse que já tinha tomado conhecimento da decisão do juiz e que estaria entrando com agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) para que a liminar do juiz seja cassada e o despejo, suspenso. O advogado já havia apelado anteriormente ao TJE, tendo o pedido negado. Dessa vez, Pedro Cavaleiro pretende alegar que foi equivocadamente ao processo uma planta de um suposto loteamento, o que abastaria a hipoteca de terra devolvida e

permaneceria sujeita à desapropriação. Segundo o advogado, o clima na ocupação está tenso devido à volta da ameaça de desocupação. Ontem à noite, os sem-terro fizeram uma assembleia no barracão central da ocupação para votar as ações que deverão ser tomadas diante da possibilidade de ação policial. Segundo um dos ocupantes, que não quis se identificar por motivo de segurança, os invasores estão dispostos a permanecer na área e todas as ações de armarão com paus e pedras para enfrentar novamente a polícia. O terreno também está sendo vigiado 24 horas por dia e moradores da área estão sendo mantidos em pontos estratégicos ao longo da BR-316 para avisar

qualquer aproximação da polícia. Ele negou que haja possíveis parados com armas de fogo.

O juiz Raimundo das Chagas não negou nem confirmou que tenha mandando desocupar a área novamente. "A decisão está no cartório. E qualquer pessoa que quiser poderá ter acesso ao processo", disse. Esta não é a primeira vez que o juiz Raimundo das Chagas abota uma atitude contrária aos interesses dos sem-terro da Carlos Mangibela. Ano passado, durante uma audiência com representantes de movimentos de moradia, ele disse que a questão das invasões não é um problema da justiça e que os sem-terro deveriam reclamar para o governador Almir Gabriel. O juiz declarou

de invasões no Estado. Ovídio também pediu aos proprietários que vendessem o terreno, mas breve como resposta que não houve na negociação porque os invasores não têm renda e não há garantida de pagamento. "Minha tarefa, durante mais de um mês tentou resolver o problema, afirmou que não poderá fazer mais nada. Ele não criticou o juiz de Ananindeua e disse apenas que devolveu o processo à Vara original depois que não encontrou solução. Ovídio Marcelino Maciel chegou a propor pessoalmente ao governador Almir Gabriel que o Estado desapropriasse a área. Ovídio que não seria possível, pois a atitude poderia criar precedentes e provocar uma onda

Humanos - A deputada federal Socorro Gomes (PC do B) promoveu ontem mesmo um pedido de audiência com o governador do Estado. Ela quer reunir toda a bancada da pararamos do Congresso Nacional e trazer a Belém o presidente da Comissão de Direitos da Câmara, deputado Orlando Paiva (PT-S)

Informações sobre o caso Aurá

– 14 de fevereiro – tentativa de despejo de cerca de duas mil famílias da chácara Três de Maio, denominada ocupação Carlos Marighela, no bairro do Aurá, em Ananindeua. As famílias tinham ocupado a área desde novembro do ano passado. A ordem de reintegração foi dada pelo juiz Raimundo das Chagas Filho, da 2ª Vara Penal de Ananindeua. A área pertence a Sueli Abdelnor, da empresa Ética Imobiliária, e mede 81 hectares.

– 150 policiais militares do Comando de Missões Especiais (CME) foram enviados para desocupar a área. Eles entram em violento confronto com cerca de 1,5 mil famílias que estavam na área. Os sem-teto enfrentam a PM com pedras e paus. A PM atira bombas de efeito moral e usa balas de borracha. Ouvem-se tiros. A PM recua diante da fúria dos sem-teto. Posteriormente, todos (PM e sem-teto) negam ter utilizado armas de fogo convencionais, mas há denúncias de pessoas feridas por balas de verdade. Sem-teto mostraram à imprensa cápsulas de balas de fuzil que eles teriam recolhido dentro da área de conflito. Paulo Sette Câmara nega o uso de munição letal, mas o comandante da PM, coronel Mauro Calandrini, admite que “tiros para o alto podem ter sido disparados”.

– No relatório feito pelo comandante da operação, major Carlos Eduardo Barbosa, diz que os PMs foram recebidos com hostilidade, “o que impossibilitou que uma comissão pudesse manter qualquer negociação”. “A comissão foi recebida com violência pelos moradores, sendo rechaçada com pauladas, pedradas, coquetéis molotov e disparos de armas caseiras”. O saldo da operação, segundo o relatório, foram 79 policiais militares feridos – um em estado grave: o soldado Eliclei Alves de Souza, que perdeu a visão do olho esquerdo; um cachorro da PM morto; rádios, coletes, escudos, capacetes, duas pistolas calibre 4.0 e munição perdidos. Parte desse material foi devolvida à polícia.

– A imprensa diz que o saldo de feridos foi de 82 pessoas, sendo 54 policiais e 28 sem-teto. Os feridos foram atendidos nos hospitais de Belém e Ananindeua. O sem-teto Pedro Paulo Santos, que levou um tiro na cabeça, foi internado em estado grave. O motorista de uma equipe de televisão foi atingido por um tiro no braço.

– Nos dias subseqüentes várias pessoas foram presas, todas fora da área de invasão, quando se dirigiam ao trabalho ou à escola: Elielson Alan Maia Pereira, a auxiliar de enfermagem Raquel Duarte Teixeira, o flanelinha Jivaldo Batista da Silva e um ex-vereador do PT de Ananindeua, João Amorim de Miranda, entre outros.

– 15 de fevereiro – o governador Almir Gabriel declara não poder resolver o problema da habitação no Estado porque isto exigiria um investimento de 100 milhões de reais.

– 15 de fevereiro – o secretário Especial de Defesa Social e Executivo de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, declara ao jornal **O Liberal** que a ordem de despejo será cumprida enquanto houver determinação judicial e que não haverá mais negociação com os sem-teto.

Seis invasores foram presos: Antônio Batista da Silva, Lourivan Santos do Rosário, Raimunda Oliveira dos Santos, Sandoval

Corrêa dos Santos, Waldir Tavares da Silva e Fábio Nascimento dos Santos, Raimunda Oliveira dos Santos estaria grávida de dois meses e ferida no seio por uma bala de borracha.

– Quinze invasores tiveram prisão preventiva decretada.

– 21 sem-teto foram indiciados em inquérito policial civil por formação de quadrilha, tentativa de homicídio, desobediência à ordem judicial, resistência à prisão, desacato à autoridade e roubo. O inquérito deverá ser concluído em 16 de março.

– 18 de fevereiro – Nota: “O que para muitos representou apenas mais uma ação fracassada da Polícia Militar, na verdade revelou a gravidade da situação habitacional no estado. Infelizmente, somente fatos como este confirmam que é crítica e profunda a desqualificação e o descrédito da PM para as ações que envolvem grupos sociais excluídos dos benefícios sociais”. A nota é assinada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), Cáritas, Fórum de Luta pela Moradia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), entre outros.

– Essas entidades se disseram indignadas com o tipo de tratamento que o estado, através de seus representantes no caso, secretário Paulo Sette Câmara e o comandante geral da PM, coronel Mauro Calandrini, deu às 1,5 mil famílias de desabrigados do Aurá. Dizem na nota: “Em entrevistas dadas à imprensa local, ambos deixaram evidente que consideram os sem-teto como vagabundos, marginais, guerrilheiros e formadores de bandos e quadrilhas, e, portanto, tratarão os trabalhadores como tais”.

– 20 de fevereiro – Os seis invasores presos foram liberados por ordem da juíza da 6ª Vara Penal de Ananindeua, Margui Gaspar Bittencourt, que levou em conta parecer favorável dado pelo Ministério Público do Estado. Não foram comprovadas as acusações de má conduta e nem que estariam envolvidos em quatro crimes. Raimunda Oliveira dos Santos estava no Centro de Recuperação Feminino (CRF), dois outros na Delegacia do Coqueiro, dois no presídio de Marituba e outro na delegacia da Cremação. Este último, posteriormente, em companhia de um agente prisional, foi transferido para o Hospital da Beneficente Portuguesa, para submeter-se a uma cirurgia de hérnia.

– 20 de fevereiro – os deputados federais Babá (PT) e Socorro Gomes (PCdoB) anunciam que pedirão à vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Maria de Nazaré Brabo, que a justiça suspenda a liminar do juiz de Ananindeua, Raimundo das Chagas Filho, que determinou a reintegração de posse e o despejo dos sem-teto que ocupam a “Carlos Marighela”. Os deputados também pediriam a desapropriação da área.

– 20 de fevereiro – O deputado Ivanildo Alves (PPB) se propõe a apresentar requerimento à Assembléia Legislativa para que a Casa peça abertura de inquérito à Polícia Civil para apurar “o roubo e o dano provocados ao patrimônio público”, durante o confronto entre PMs e moradores da ocupação. Segundo o parlamentar, invasores destruíram escudos e armas dos PMs.

– 20 de fevereiro – O deputado estadual Zé Geraldo (PT) afirma que o orçamento do Iterpa, órgão responsável pela regularização de terras no estado, não aumenta há sete anos: é de 3,5 milhões de reais. Para ele isto é uma prova de que o governo estadual não se interessa por resolver problemas sociais como a falta de moradia.

– 21 de fevereiro – O ouvidor agrário estadual, desembargador Otávio Marcelino Maciel, anuncia que o cumprimento da liminar de reintegração de posse da "Carlos Marighela" deverá permanecer suspensa por 30 dias. Nesse período, qualquer ação da polícia na área também deveria ser adiada.

– O ouvidor também anuncia o início de negociação de três propostas entre os proprietários e ocupantes da área:

1. Possibilidade de desapropriação da área pelo governo do estado.

2. Desapropriação pela prefeitura de Ananindeua.

3. Urbanização da área, loteamento e pagamento de acordo com as condições financeiras dos ocupantes.

– 23 de fevereiro – Até esta data cerca de 50 pessoas, a maioria policiais, foram ouvidas durante as investigações, 11 pessoas foram presas e mais 11 tiveram preventiva decretada.

– 23 de fevereiro – O presidente do inquérito, delegado Neivaldo Silva, diz que nenhum sem-teto procurou a Divisão de Investigações e Operações Especiais (DIOE) para denunciar ter sido vítima de violência policial. Contudo, segundo o jornal O Liberal, do mesmo dia, havia denúncias de que a polícia estaria prendendo quem chegasse perto da (DIOE).

– 8 de março – Em reunião realizada no Fórum Cível, sob intermediação do ouvidor agrário estadual, desembargador Marcelino Maciel, foi anunciada a recusa do governador Almir Gabriel de desapropriar a chácara Três de Maio e intermediar a venda através da Companhia de Habitação do Pará (Cohab). Maciel disse que Almir teme que a desapropriação abra precedentes e que estimule novas ocupações. O governador prefere que a negociação seja feita diretamente entre os posseiros e os proprietários. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e o Fórum em defesa da Moradia nos Conjuntos Habitacionais, representados na reunião, ficaram irritados com a resposta do governador.

– A negociação direta não foi aceita pelos irmãos Ricardo e Fábio Abdelnor, filhos da proprietária, Sueli Abdelnor. Eles alegam não ter garantias de que receberão os pagamentos dos posseiros, a quem acusam de formação de quadrilha, de terem matado duas pessoas na área e de terem se apropriado de 70 cabeças de gado, móveis, ferramentas e uma bomba d'água, além de terem derrubado cerca de mil açazeiros.

– Como o governador não aceitou desapropriar, os irmãos proprietários pretendem lotear toda a área (cerca de 800 lotes) e vender para quem quiser ou puder pagar. Eles se dizem dispostos a negociar com o governo estadual um subsídio e loteamento mais barato aos posseiros.

– O ouvidor agrário disse que a desapropriação pela prefeitura de Ananindeua não foi tentada porque soube que o prefeito Manoel Pioneiro não estaria disposto a desapropriar áreas ocupadas.

– No dia 15 de março, o ouvidor agrário, parlamentares e entidades sociais foram no Aurá para verificar as condições da ocupação. O ouvidor disse que a suspensão do cumprimento da ordem de reintegração, requerida por ele, não chegou a ser concedida oficialmente.

– Das tentativas de negociação entre posseiros e proprietários no final de março, intermediadas pelo ouvidor agrário, nada resultou de positivo. Ricardo e Fábio Abdelnor não aceitaram negociar diretamente com os ocupantes da área. A expectativa é que as tentativas judiciais de despejo sejam retomadas a qualquer momento.

– Na área teme-se um conflito entre polícia e invasores maior que o primeiro.

Considerações finais:

1. No Pará o déficit habitacional atinge 400 mil unidades, segundo as entidades ligadas à luta pela moradia. O governo federal diz que esse déficit é de 233 mil unidades.

2. Segundo o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a Região Metropolitana de Belém tem 250 novas ocupações, ainda em fase de conflito, 78 só em Ananindeua. O MNLN faz uma estimativa de 1,5 mil famílias em cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por vinte minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase nove anos, cerca de 700 famílias rurais do meu Estado vêm lutando pelo título da terra em que vivem e trabalham com muito esforço e dedicação. Refiro-me aos ocupantes da reserva Martim-Pescador, localizada no Estado de Rondônia, entre os Municípios de Urupá e Alvorada d'Oeste.

Vale a pena, Sr. Presidente, lembrar um pouco a história dessas 700 famílias de produtores rurais. Houve uma interdição daquela área promovida pela Funai, sob a alegação da presença de índios isolados naquele local, o que causou uma grande aflição a essas famílias, que lutaram aguerridamente pela regularização da posse de suas terras. Depois de muito trabalho, a reserva foi finalmente desinterditada, fato que comuniquei às lideranças dos dois Municípios en-

volvidos. Então, o assunto ficou nas mãos do Incra, apenas para criar o Projeto de Assentamento Martim-Pescador, providência essa tão esperada pelos que ali se encontram, uma vez que, somente após a criação desse projeto, aqueles produtores rurais poderão receber o título definitivo e o tão sonhado documento da terra, além de outros benefícios que a legislação prevê.

O título definitivo é o que lhes permite levantar dinheiro junto aos bancos públicos, para desenvolver as suas atividades. Sem o dinheiro e enfrentando toda sorte de dificuldades para sobreviver com suas famílias, esses trabalhadores são forçados a deixar tudo para trás, apenando, junto com eles, o próprio Estado, cuja economia está centrada na produção rural, como tantas vezes falei desta tribuna. Os mais corajosos ficam, enfrentando toda sorte de dificuldades por sua conta e risco.

Em junho de 1999, logo após assumir o Senado da República, tomei conhecimento desse problema e surpreendi-me com as informações sobre o trabalho que lá vem sendo desenvolvido por aquelas famílias que pacientemente esperam ser atendidas no que mais anseiam: a regularização de suas terras. Mesmo sem o apoio oficial, estavam produzindo leite, grãos e tocando a pecuária.

Entretanto, Sr. Presidente, daqui em diante, a sorte dessas famílias começa a mudar. Conforme relatei no discurso que fiz desta tribuna em 27 de agosto do ano passado, desde agosto de 1999 venho lutando em favor da desinterdição da Reserva Martim-Pescador. Finalmente, como já disse, ao final de três anos de contato direto com as principais autoridades envolvidas nessa questão – a começar pelo Ministério da Justiça, chegou ao fim a aflição de toda aquela gente. A área foi desinterditada, e ali deverá ser implantado o Projeto de Colonização Martim-Pescador.

O motivo de eu ocupar a tribuna nesta manhã é trazer a boa notícia para aquelas pessoas. Está em minhas mãos a Portaria do Incra nº 008, de 28 de março de 2002, subscrita pelo Superintendente Regional do Incra do Estado de Rondônia, Antônio Renato Rodrigues. Esta é a portaria que cria, finalmente, o Projeto de Assentamento Martim-Pescador, instrumento que faltava para que aquelas setecentas famílias pudessem, daqui para frente, obter os seus títulos definitivos e todas as vantagens que a legislação hoje

permite para os assentados dos projetos oficiais de colonização.

É mais uma conquista; é o resgate de uma promessa feita no local. Lembro-me de que em outubro do ano passado estive naquela região e prometi aos agricultores que, no máximo, em meados deste ano teríamos em mão a Portaria de criação do projeto de assentamento em mãos, o que realmente aconteceu – aliás, até antes do tempo, uma vez que a portaria foi datada em 17 de março. Essa é a notícia que eu queria trazer para aquelas pessoas que, daqui por diante, poderão obter o seu título definitivo.

Vamos, agora, partir para outra briga, para outra luta, para outra conquista, Sr. Presidente, que é conseguir a eletrificação rural para aquelas populações. Nesse sentido, já estamos trabalhando em Porto Velho, junto ao Governo do Estado, no Projeto Luz do Campo. Esperamos, muito em breve, conseguir levar mais esse benefício da eletrificação rural para aquela comunidade.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar que essa vitória não é só minha. Não posso omitir o empenho de várias pessoas que contribuíram para o desfecho satisfatório dessa questão. Ressalto a participação das autoridades da Funai, do Ministério da Justiça e também do Deputado Federal Exedito Júnior, do Superintendente do Incra, Dr. Antonio Renato Rodrigues, que acabou por assinar a portaria, além dos Prefeitos de Urupá e de Alvorada d'Oeste e dos Vereadores das duas cidades. Destaco, ainda, a participação do Vereador Lourival Casula, do meu Partido, e do Vereador Didi, de Alvorada d'Oeste.

Enfim, Sr. Presidente, deixo o registro de mais essa conquista da comunidade que vive na Reserva Martin-Pescador e a certeza do meu dever cumprido. Depois de quase três anos e meio de lutas, conseguimos finalmente transformar aquela área, que era de ocupação não-reconhecida, num projeto de assentamento reconhecido pelo Incra, conforme portaria que trago neste momento, cuja transcrição nos Anais peço, para efeito de registro.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

PORTARIA/INCRA/SR-17/Nº 008 DE 27 DE MARÇO DE 2002.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P/ Nº 795, de 29 de agosto de 2000, publicada no Diário Oficial da União nº 168 de 30 de agosto de 2000 e;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel rural denominado Gleba D'Jaru Uaru, Setor Novo Destino, com área de 324.000.0000 ha, localizada em partes dos municípios de Urupá e Alvorada do Oeste no Estado de Rondônia. Arrecadado para fins de Reforma Agrária, matriculada em nome da União Federal sob o nº AV-2-3306, livro 02-M, fls. 80, em 10.04.1978, C.R.I, Porto Velho-RO e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/ SR-17/Nº 54300000136/2002-34 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, **RESOLVE:**

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, no imóvel rural denominado Gleba D'Jaru Uaru, Setor Novo Destino/Parte, com área de 20.536.3558 ha, (vinte mil quinhentos trinta e seis hectares, trinta e cinco ares, cinquenta e oito centiares), localizado em partes dos municípios de Urupá e Alvorada do Oeste, no Estado de Rondônia, que prevê a criação de 679 (seiscentos e setenta e nove) unidades agrícolas familiares;

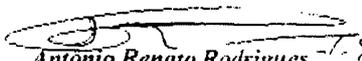
II - Criar o Projeto de Assentamento MARTIM PESCADOR, Código SIPRA RO0139000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário;

III - Autorizar a Divisão de Suporte Operacional a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que encaminhe cópia deste ato, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que comunique aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, a criação do presente Projeto; e

VI - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que registre todas as informações de criação, desenvolvimento e das famílias referentes ao Projeto de Assentamento ora criado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.


Antônio Renato Rodrigues
Superintendente Regional

Moreira anuncia solução para ocupantes de reserva

Após três anos de “trabalho incessante” junto aos Ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário, o Senador Moreira Mendes (PFL – RO) ocupou a tribuna nesta segunda-feira (dia 27) para anunciar o fim da “situação aflitiva” em que se encontravam cerca de 700 famílias de produtores agrícolas que ocupam a Reserva Martim-Pescador, localizada entre os Municípios de Urupá e Alvorada d’Oeste, em Rondônia. Segundo Moreira, a região havia sido interditada há nove anos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) devido à suspeita da existência de índios ainda não-contatados.

Com a interdição, explicou o senador, os produtores não tinham acesso aos títulos de propriedade e aos financiamentos agrícolas. Há poucos dias, Moreira recebeu a notícia de que a Funai já havia pedido a desinterdição da área. “Colonos que vivem na região há 10 anos nunca encontraram um índio por lá. A área está completamente ocupada por produtores e não há mais mata fechada que permita a existência de índios”, acrescentou.

Moreira disse que os produtores que estão no estado não sabem do trabalho desenvolvido por seus representantes no Congresso Nacional para resolver seus problemas. Agora, concluiu, o trabalho volta-se para dar maior agilidade à emissão de propriedade daquelas 700 famílias, para que tenham acesso ao financiamento agrícola.

Segunda-feira – 27-8-2001 – Plenário

APRESENTAÇÃO

Sr. Presidente - , Ass. e Ass. Senado

~~Meus amigos,~~

Por quase nove anos, cerca de 700 famílias de produtores rurais ^{to u} vêm lutando pelo título da terra em que vivem e trabalham com tanto esforço e muita dedicação. ^{Refiro-me o supracitado Reserva Martim}

É o título definitivo que lhes permite levantar dinheiro junto aos bancos públicos para desenvolver as suas atividades. Sem dinheiro e enfrentando toda a sorte de dificuldade para sobreviver com suas famílias, esses trabalhadores são forçados a deixar tudo para trás, penalizando com eles o próprio estado, cuja economia está centrada na produção rural. Os mais corajosos ficam, enfrentando toda a sorte de dificuldade por sua conta e risco.

Em junho de 1999, logo após assumir o Senado da República tomei conhecimento do problema. E me surpreendi com as informações sobre o trabalho que lá vem sendo desenvolvido por aquelas famílias que pacientemente esperavam ser atendidas no que mais ansiavam: a regularização de suas terras. Mesmo sem o apoio oficial, estavam produzindo leite, grãos e tocando a pecuária.

^{nos, Sr. V.} Daqui em diante a sorte dessas famílias começa a mudar. Conforme relatei no discurso que fiz da tribuna do Senado, em 27 de agosto ^{de 2000} ~~último~~, desde agosto de 1999, venho lutando em favor da desinterdição da Reserva Martim-Pescador. E, finalmente, ao fim de três anos de contato direto com as principais autoridades envolvidas na questão – a começar pelo Ministério da Justiça, chegamos ao fim da aflição de tanta gente. A área foi desinterditada e ali será implantado o Projeto de Colonização Martim-Pescador.

Um abraço de

~~Senador MOREIRA MENDES~~

^{a nota a}
Pois Sr. Presidente. ^{realmente} é que. ---

⁷
Agora vamos tratar da Colonização

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Fernando Ribeiro, por 20 minutos.

O SR. FERNANDO RIBEIRO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo que hoje me traz à tribuna desta Casa é a apresentação de uma PEC, que foi lida ontem no Expediente, de autoria deste Senador e dos demais Senadores pelo Estado do Pará, Luiz Otávio e Ademir Andrade, meus companheiros de Bancada.

Esperamos que esse projeto, que já tramita na Câmara dos Deputados, sensibilize a grande maioria dos Srs. Senadores, porque visa a corrigir a injustiça fiscal que sofrem os Estados que apresentam superávit nas suas balanças de exportação, aqueles cujo saldo positivo contribui para o equilíbrio e o superávit da balança de exportação brasileira e, entretanto, não auferem nenhum benefício de forma direta, pois não há tributação para exportações no âmbito estadual.

Esse projeto foi trazido a esta Casa por um eminente homem público do Pará, o ex-Secretário da Fazenda e ex-Superintendente da Receita Federal naquele Estado Dr. Clóvis Mácula, que procurou as lideranças paraenses para demonstrar que, havendo a mobilização de toda a classe política, tanto o Pará quanto outros Estados serão beneficiados com a implementação da medida. Ainda no período em que o Senador Jader Barbalho ocupava esta cadeira que hoje ocupo na representação do Pará, iniciaram-se as tratativas no sentido da apresentação da proposta.

Procurarei explicá-la, lendo a justificacão:

A balança comercial brasileira relativa ao ano de 2001 (anexo I) evidencia que dezessete Estados produziram, em conjunto, o montante de divisas líquidas, isto é, um superávit comercial com o exterior superior a US\$12 bilhões. Exportaram US\$26,2 bilhões e importaram US\$14,2 (anexo II).

Enquanto isso, as demais unidades da Federação, por outro lado, apresentaram um déficit superior a US\$11,4 bilhões. Somente São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas (este em razão da Zona Franca de Manaus) foram responsáveis por mais de 80% desse valor negativo. Foi, portanto, graças à contri-

buição dos Estados superavitários que a balança comercial do País apresentou, no ano passado, um saldo positivo de US\$2,6 bilhões. Sem essa contribuição o resultado seria um déficit de US\$9,3 bilhões.

(.....)

Com efeito, caso os Estados superavitários, em vez de apresentarem saldo positivo, apresentassem equilíbrio nas suas transações com o exterior (...), o déficit no período, que foi de US\$23,2 bilhões, elevar-se-ia à estratosférica importância de US\$104,3 bilhões. Não é difícil imaginar as graves conseqüências que daí resultariam para a socioeconomia da Nação.

Essa contribuição, porém, constitui um decisivo aporte de divisas para o orçamento cambial da União, capaz de minimizar as desastrosas conseqüências apontadas, e representa uma severa privação da receita tributária para os Estados que a produzem. É que, por razões conhecidas, a legislação atual veda, de modo geral, a cobrança de tributos sobre a exportação de produtos para o exterior.

Essa perda de receita não ocorreria se esses Estados importassem pelo menos na proporção que exportam, pois, nesse caso, o imposto que não é pago na saída do produto para o exterior seria compensado, posteriormente, pelo imposto (ICMS) devido na entrada do produto importado. Nessa hipótese, porém, a União ficaria privada das divisas líquidas que presentemente os Estados superavitários repassam para seu orçamento cambial.

Mas não é só do ponto de vista cambial que o sacrifício financeiro dos Estados superavitários resulta em ganhos para a União. O mesmo ocorre no que se refere à receita tributária. É que os produtos estrangeiros – inclusive os adquiridos com as divisas líquidas geradas pelos Estados superavitários – são tributados, na sua entrada no País, pelos impostos de importação e sobre produtos industrializados, de competência federal, e, ressalta-se, pelo ICMS devido do Estado onde tem domicílio o importador.

Com o objetivo de corrigir essa inquestionável injustiça fiscal (e social), a emenda aditiva, cuja justificativa ora se examina, apresenta a seguinte proposta:

- Entrega, por parte da União, de parcela equivalente a vinte por cento do imposto de importação aos Estados e ao Distrito Federal, a ser rateada proporcionalmente ao saldo positivo da respectiva balança comercial, limitada a participação de cada unidade federada a dez por cento do saldo que produzirem.

Considere-se ainda que não é apenas a União que se beneficia das divisas líquidas geradas pelos Estados superavitários, em detrimento destes. Os Estados deficitários, especialmente as duas maiores economias do país – São Paulo e Rio de Janeiro – também são beneficiados e, de igual modo, de duas maneiras: econômica e financeiramente.

No primeiro caso, porque suas importações, indispensáveis à manutenção e, mais do que isso, à elevação do nível de suas atividades econômicas, são viabilizadas, em boa parte, pelas divisas líquidas geradas pelos Estados superavitários. Sem essa decisiva contribuição, tais atividades seriam seriamente afetadas, pois a alternativa, para manter o nível das atuais importações, implicaria agravar ainda mais a já inquietante situação das contas externas, o que atropelaria o persistente esforço que se desenvolve objetivando reduzir nosso déficit em transações correntes, estimado presentemente em US\$ 23,0 bilhões.

E, do ponto de vista financeiro, porque o ICMS que incide sobre os produtos importados é devido, segundo a legislação atual, à unidade da federação onde tem domicílio o importador. Como o maior volume das importações do país (bens de capital, matéria-prima, peças e componentes para fabricação de bens diversos etc.) se realizam por meio dos portos e aeroportos de São Paulo e Rio de Janeiro, pois lá estão instaladas (têm domicílio) as empresas que compõem o maior parque industrial brasileiro, para o tesouro daqueles Estados são carregadas as receitas decorrentes do ICMS vinculado à importação – inclusive as que decorrem de produtos cuja aquisição só é possível graças às divisas geradas pelos Estados superavitários. (...)

Tal distorção conduz ao seguinte paradoxo: um país que adota o lema 'exportar é

a solução', substituído, aliás, atualmente por 'exportar é a salvação', mantém, numa flagrante contradição, uma legislação anacrônica e incoerente que premia generosamente os Estados que apresentam déficit nas respectivas balanças comerciais e penalizam duramente os que contribuem com preciosos saldos positivos de divisas para o orçamento cambial da Nação.

Acrescente-se ainda que a importância e a oportunidade da presente proposta não se limita a corrigir a injustiça fiscal que no momento penaliza os Estados superavitários. Ela se constitui, além disso, num vigoroso estímulo ao incremento de nossas exportações ao engajar mais firmemente nesse esforço, ao lado da iniciativa privada, o Poder Público estadual, que, como vimos, ao invés de receber um incentivo pela sua performance no campo do comércio exterior, é penalizado no que há de mais importante para assegurar o bom desempenho de sua própria razão de ser: a disponibilidade de recursos financeiros.

É o Estado que tem de arcar com a infra-estrutura que possibilita as exportações – a infra-estrutura de estradas, a infra-estrutura urbana -, infra-estrutura essa que é deteriorada pela movimentação dos produtos de exportação. As estradas do Pará, por exemplo, sofrem um grande desgaste devido às cargas de madeira, um dos componentes da nossa pauta de exportações. E o Governo do Estado, que tem que arcar com a manutenção dessas estradas, com a construção de estradas vicinais que possibilitem o acesso ao local onde é produzida ou extraída a matéria objeto da exportação, não recebe a compensação para manter essa infra-estrutura, para investir na promoção de produtos do Estado que possam ampliar o leque de exportações do Estado, e, conseqüentemente, ampliar a possibilidade de superávit na balança comercial do País.

Observa-se, finalmente, que nenhum impedimento jurídico ou inconveniente econômico há em se destacar parte da receita do imposto de importação para lastro financeiro da compensação que ora se propõe.

Com efeito, a função de instrumento de política econômica daquele tributo não sofrerá, com a aprovação da proposta qualquer tipo de restrição. Isso porque, básica-

mente, essa função se efetiva ora dificultando, ora facilitando a entrada de produto estrangeiro no território nacional, mediante a elevação ou a redução (até mesmo a eliminação) de suas alíquotas, respeitadas, obviamente, as condições estabelecidas nos acordos internacionais.

Essa faculdade legislativa, indispensável à dinâmica do comércio exterior, não sofrerá qualquer limitação em decorrência das disposições previstas na proposta. O legislador infraconstitucional poderá livremente alterar, eliminar ou criar alíquotas para atender aos interesses da economia nacional. Desse modo, a eficácia do tributo como instrumento regulador do comércio exterior não padecerá a menor restrição.

Pelo contrário, com a instituição da compensação de que se trata, uma nova e importante dimensão ganhará ao apoiar, com reduzida parte da receita que produz, o aspecto mais importante de nosso comércio exterior, que é o incremento das nossas exportações, e, desse modo, reduzir a dependência externa do País.“

Tenho a obrigação de procurar todos os Senadores desta Casa, aqueles que representam Estados que são superavitários nas suas balanças de exportação e mesmo aqueles que não são superavitários, pois não terão nenhum prejuízo, uma vez que a retirada do recurso que contemplará esse fundo será, como eu já disse aqui, proveniente de uma alíquota do Imposto de Importação, que pagamos toda vez que importamos um bem do exterior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Fernando Ribeiro, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Cândido, por permuta com a Senadora Marina Silva.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – R.J. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um assunto da mais alta importância, da

maior seriedade, que foi, inclusive, objeto de debate neste plenário na tarde de ontem: o conflito no Oriente Médio.

Temos acompanhado o dia-a-dia desse conflito pela imprensa e vemos aumentar a nossa preocupação, porque ele agrava-se a cada dia. A televisão tem mostrado cenas terríveis, de tanques de guerra esmagando pessoas, ocupando cidades, bombardeando residências, igrejas. Enfim, é uma situação muito delicada, e, a nosso ver, os países ocidentais estão calados, de braços cruzados, assistindo ao aprofundamento da crise naquela região.

É bom lembrar que, quando houve o conflito em Kosovo, a Otan interveio com tropas em grande quantidade, justificando que era para impedir o massacre dos kosovares pelos sérvios. Kosovo é uma província sérvia, embora sua população seja de maioria albanesa.

Os Estados Unidos, juntamente com os países europeus que fazem parte da Otan – Alemanha, França, Itália –, bombardearam a Sérvia dizendo que era para impedir um massacre e que aquela era uma guerra humanitária. No entanto, em relação ao Oriente Médio, os Estados Unidos não têm a mesma posição, a Otan não se posicionou, e o conflito continua cada vez mais sangrento, com o massacre do povo palestino.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, achamos de fundamental importância, pela seriedade do assunto, que esta Casa se posicione. Não dá para os países livres do mundo assistirem ao massacre de um povo sem que se posicionem.

Quero expressar a minha preocupação e a do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Inicialmente, devo frisar que o povo palestino está sob ocupação, confinado a guetos – situação até muito parecida com o holocausto nazista –, e sob vigilância de Israel há 50 anos. São dois milhões de pessoas vivendo dentro das fronteiras e à margem de um país que se declarou inimigo desses cidadãos, somados a mais de dois milhões de refugiados que foram expulsos de seus territórios e são hoje impedidos de voltar.

São justas as reivindicações pelo reconhecimento do direito do povo palestino a um Estado, a exemplo do que foi estabelecido para Israel após a Segunda Guerra Mundial, a territórios contínuos, à volta de refugiados para seus territórios históricos. Foram mortos 1.148 palestinos e 403 israelenses na segunda Intifada palestina, iniciada em setembro de 2000. Somente na primeira quinzena do mês de mar-

ço morreram 166 palestinos e 64 israelenses. É urgente uma solução pacífica para a região.

No entanto, a situação no país piorou com o congelamento do processo de negociação. A invasão de Israel aos territórios controlados pela Autoridade Palestina só agrava a situação já precária. Ao confinar o Presidente palestino Yasser Arafat a um escritório, o governo de Ariel Sharon demonstra intolerância com seus adversários políticos. E política se faz com debate, e não com tanques, mísseis e metralhadoras.

Diplomatas estrangeiros foram impedidos de entrar em Ramallah, onde Arafat está isolado há cinco dias. Os países árabes estão de mãos atadas por medo de que uma ação de defesa do povo palestino seja tomada como um ato de guerra contra Israel e, por extensão, contra seu maior aliado: os Estados Unidos da América. E mesmo o governo republicano dos EUA condena a atual ação israelense contra a Palestina.

Já há conseqüências desse novo conflito. O grupo Hezbollah intensificou os ataques nas fronteiras entre o Líbano e Israel, e a violência tende a aumentar.

Mas a pior forma de violência tem sido a praticada pelo Estado de Israel, com o uso do exército contra os palestinos. Com o pretexto de combater terroristas, soldados aterrorizam civis, invadem hospitais e nesta madrugada chegaram a matar uma enfermeira.

As seis principais cidades palestinas – Belém, Ramallah, Jenin, Nablus, Qalqilya e Tulkarem – estão ocupadas por tropas israelenses. Mais de mil palestinos foram presos pelo exército de Israel. Sob bombardeios, igrejas e mesquitas têm sido profanadas. Belém, a mais simbólica cidade cristã, está sendo destruída pelo conflito, e a própria Igreja da Natividade serve de refúgio para soldados palestinos em fuga.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ilustre Senador Geraldo Cândido, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Concedo o aparte, com todo prazer, ao Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Geraldo Cândido, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex^a e quero somar a ele, fazendo, de onde estou, o meu protesto contra essa violência descabida que todos estamos vivenciando por intermédio dos meios de comunicação. Diria que estamos verdadeiramente, como disse V. Ex^a, presenciando um holocausto às avessas. Os israelenses estão fazendo com os palestinos exatamente a mesma coisa que foi feita

com seu povo na época da Segunda Guerra. Essa é uma atitude de absoluta intolerância, com a qual o mundo civilizado não pode concordar. E quero, muito modestamente, deixar também aqui lavrado o meu protesto, fazer um apelo às autoridades israelenses para que voltem ao diálogo, para que cessem essas arbitrariedades, para que suspendam esse verdadeiro morticínio que estão praticando contra a população civil. E os palestinos são uma população desarmada, que não tem como se defender. É um absurdo. E lamento profundamente a omissão deliberada do governo americano, que não mexe uma palha para impedir essa situação. Eles, os americanos, são muito ágeis quando se trata de seus interesses, mas quando é com seus aliados, fazem como estão fazendo, numa atitude vergonhosa para o mundo todo. De modo que quero somar meu aparte ao discurso de V. Ex^a, manifestando meu protesto claro e dizendo que é preciso acabar com essa violência, que temos que encontrar o caminho da paz e voltar ao diálogo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Senador Moreira Mendes, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento. Espero que outros Senadores tenham a mesma sensibilidade que V. Ex^a está tendo em relação a esses conflitos sangrentos, e que nós – o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério das Relações Exteriores – tomemos posição firme contra esse conflito e exijamos, inclusive, que o Estado de Israel se retire do território ocupado, ponha fim à violência e respeite a resolução da ONU que exige que Israel desocupe os territórios palestinos. Muito obrigado, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Tudo isso ocorre sob os olhos da comunidade internacional. Apesar dos apelos dos países árabes por uma intervenção e dos avisos da comunidade islâmica internacional de que a luta dos palestinos contra as forças de ocupação não pode ser confundida com terrorismo, nada acontece. Aliás, é imperativo que Israel cumpra a Resolução nº 1.402 da Organização das Nações Unidas que determina um cessar-fogo entre israelenses e palestinos e a retirada das forças de ocupação de Israel de Ramallah, centro administrativo da Palestina.

Acredito que a ONU tem uma boa oportunidade de demonstrar que ainda existe e tem alguma importância. Para isso, é necessário que o Conselho de Segurança se reúna rapidamente e impeça a expansão do conflito, estabelecendo sanções contra Israel caso o governo desse país não se retire das áreas ocupadas e assegure as condições necessárias para que

seja respeitada a autodeterminação do povo palestino.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Geraldo Cândido, quero cumprimentá-lo pela apresentação do requerimento e pelo voto de censura a Israel neste momento delicado da vida no planeta. A situação do Oriente Médio atinge todos nós, porque não está envolvido apenas o componente político – o interesse bélico, a afirmação de poder –, mas até a relação cultural entre os povos, a história das civilizações e a história das religiões. Na condição de cristãos, estamos assistindo ao bombardeio da cidade de Belém. A destruição da Igreja da Natividade por forças militares que atendem apenas um componente fundamentalista é iminente. Tudo isso é trágico para toda a humanidade. Não vejo distância entre a selvageria e a barbárie praticadas pelo grupo talibã quando destruiu as estátuas de Buda e outras imagens santificadas que estavam no Afeganistão, por razões fundamentalistas, e a atitude assumida por Israel no presente momento. Quero incorporar o mais absoluto respeito ao requerimento de V. Ex^a, ao voto de censura e, ao mesmo tempo, fazer um apelo para que as autoridades do Estado brasileiro cobrem da ONU que seja mais atuante e efetiva. Estamos gastando US\$3 bilhões para a manutenção das ações da Organização das Nações Unidas todos os anos. Assim, não é possível imaginar por que os conflitos têm crescido tanto. Eric Hobsbawm disse que o século XX foi o mais assassino da história das civilizações. Será que vamos seguir o mesmo curso no século XXI? A Liga das Nações, criada em 1919, tinha como propósito a pacificação. Depois, na década de 40, foi criada a Organização das Nações Unidas, com a finalidade de conter as guerras e pacificar as nações. Apesar disso, os conflitos continuam aumentando. Portanto, é necessário que esse organismo faça uma reflexão avançada e de conteúdo, para que se tenha, de fato, a consolidação de um mundo melhor, onde haja respeito entre as religiões e entre os Estados. Parabéns a V. Ex^a por sua atitude parlamentar.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Senador Tião Viana, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

V. Ex^a referiu-se à moção de censura apresentada por mim à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que V. Ex^a relatou. Espero que V. Ex^a dê parecer favorável a ela para que possamos apro-

vá-la naquela Comissão, bem como no plenário do Senado, encaminhando-a então ao Governo brasileiro, a fim de que o Ministro das Relações Exteriores tome posição efetiva contra o governo israelense, censurando-o pela falta de sensibilidade para fazer um cessar fogo. Israel precisa respeitar a vida do povo palestino e os seus monumentos históricos, como as igrejas que estão sendo destruídas.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Geraldo Cândido?

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Concedo um aparte ao Senador Amir Lando e, depois, ao Senador José Fogaça.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Geraldo Cândido, V. Ex^a, nesta manhã, aborda um tema que deveria preocupar a humanidade, não apenas este Senado Federal. A moção de censura proposta por V. Ex^a tem o meu apoio prévio e, com certeza, deveria ter o apoio do Congresso brasileiro, do Governo brasileiro, do povo brasileiro em geral. Infelizmente – e esse era o ponto no qual eu queria tocar –, esse conflito do Oriente Médio estende-se por décadas e cada vez mais desenha o massacre do povo árabe, assistido de maneira complacente, de forma até anestesiada, pela população mundial, que agora desperta. Ontem, os meios de comunicação trouxeram à luz manifestações pelo mundo inteiro contrárias a esse conflito e à agressão que se realiza, às vezes pelo desespero, como última atitude do terrorismo, dos homens e das mulheres bombas. Mas é preciso dizer que o povo árabe, sobretudo os palestinos, estão perdendo a perspectiva de vida. Por isso, como último ato da resistência e da expressão de vida, entregam-se à morte e levam consigo os circunstanciais, sobretudo nesses atentados terroristas em que os indivíduos levam consigo os explosivos para explodir os outros. Esse é um fato merecedor de profunda reflexão. Como a humanidade civilizada do terceiro milênio pode permitir a extinção da vida de populações, que estão perdendo a perspectiva e até o desejo de viver? É lamentável, mas talvez os meios de comunicação tenham banalizado tanto esse conflito, que hoje ninguém mais se comove, ninguém mais se apieda dessas populações, que sofrem humilhações desumanas e agressões em suas próprias atitudes terroristas. Será que não podemos encontrar o caminho da paz, da sobrevivência, do convívio pacífico e harmônico? Será que nossa incapacidade chegou a tal ponto que estamos de acordo com o extermínio de et-

nias que têm o direito à vida como todos? Esta é a grande indagação que devemos fazer a todo o mundo e que V. Ex^a faz com muita propriedade nesta manhã, no Senado Federal. Parabéns pela iniciativa, nobre Senador Geraldo Cândido! V. Ex^a mostra que tem sentimento, tem solidariedade com a raça humana, com o povo palestino, com o mundo árabe e também com os judeus, porque a paz beneficiará os dois lados. O caminho da salvação é a paz, não a guerra, que é o caminho do extermínio. Muito obrigado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT RJ) – Agradeço-lhe pelo aparte, Senador Amir Lando. Como V. Ex^a disse, são mais de 50 anos de luta. Desde 1948, quando o Estado de Israel foi reconhecido pela ONU, o conflito estabeleceu-se na região e, agora, em maiores proporções. O que queremos é a paz na região, paz para israelenses e palestinos, porque o conflito pode se estender e tomar proporções incontroláveis. Conseqüentemente, ceifam-se vidas de pessoas inocentes, mulheres, crianças e religiosos. E todos os seres humanos têm direito à vida. Tanto os israelenses como os palestinos têm o direito de ter sua nação. Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Senador Geraldo Cândido, quero cumprimentar V. Ex^a pela sua grande sensibilidade e capacidade de perceber a enorme importância do tema para toda a humanidade, inclusive para nós, brasileiros. Há, no Brasil, uma grande comunidade palestina e uma grande comunidade judaica. Aqui se desenvolveu o exercício do multiculturalismo, da liberdade religiosa, do respeito mútuo, e essas comunidades vivem em paz. O assunto que V. Ex^a traz à tribuna merece todo o nosso reconhecimento e apoio. O Congresso Nacional ou o Senado Federal deveriam ter um posicionamento manifesto em relação a essa questão. Deveríamos reivindicar e exigir, em primeiro lugar, o imediato cessar-fogo e, em segundo lugar, a retirada das forças militares da área conflagrada da região que se encontra em estado de guerra, para, depois, iniciarem-se as negociações de paz que venham a permitir a criação do Estado Palestino e a delimitação dos respectivos territórios. Acompanho essa questão há muito tempo, impressionado sempre pelo fato de que foi um gaúcho, Osvaldo Aranha, que, em 1948, presidiu a sessão da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas em que se reconheceu o direito à existência do Estado de Israel. Analisando a história territorial da região, os mapas de 1947, que antecederam a criação do Estado de Israel, verificamos que as propostas feitas pelas Nações Unidas eram extrema-

mente razoáveis. Fazendo uma avaliação territorial da chamada Faixa de Gaza e de West Bank – o lado ocidental do rio Jordão –, percebemos claramente que, tanto na Cisjordânia quanto na Faixa de Gaza, havia uma extensão de território garantida aos palestinos que se equilibrava razoavelmente com a extensão territorial concedida a Israel. Entretanto, a intolerância, a intransigência e a incapacidade para o acordo levaram a essas sucessivas décadas de guerra, de confronto e de prática de terrorismo por ação de grupos que muitas vezes não se identificam e por ação do Estado. A posição do Brasil, do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não pode ser outra senão a de exigir o imediato cessar-fogo e a retirada das tropas militares. Entretanto, é preciso lembrar sempre que há uma lição que se encerra nessa história: os povos que não sabem controlar seus extremistas, os radicais inseqüentes e irresponsáveis, são, muitas vezes, levados a esse nível de estupidez e de desumanidade que estamos vendo no Oriente Médio. Tudo isso ocorre porque tanto Yasser Arafat quanto os israelenses não conseguiram manter sob o controle democrático das maiorias os grupos radicais e extremistas. Se analisarmos com clareza as figuras extraordinárias de Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Shimon Peres, que receberam o Prêmio Nobel da Paz em 1994 pelo início do acordo de paz na região, podemos nos perguntar: onde estão esses homens hoje? Yasser Arafat está preso, confinado em sua residência, no edifício da Autoridade Palestina; Yitzhak Rabin está morto, e Shimon Peres tem uma presença extremamente reduzida e apagada no processo político atual. Isso mostra o triunfo do radicalismo estúpido, do extremismo inseqüente e, dos dois lados, a incapacidade democrática de controlar esses excessos. O extremismo, a estupidez e a visão desumana fizeram mudar o mapa territorial. Hoje, se olharmos o mapa da Cisjordânia ocupado pelos palestinos e o mapa da Faixa de Gaza, veremos que houve perdas enormes e visíveis de território. Quem levou à perda foram os radicais. Não é possível culpar somente os Governos, porque o radicalismo dos grupos minoritários que praticam terrorismo, evidentemente agindo às sombras, também é culpado. A essa altura, diante da urgência dos fatos, das mortes e da violência inusitada a que estamos assistindo, devemos exigir o imediato cessar-fogo e, é claro, a imediata retirada das forças militares da área conflagrada, para que se possam reabrir negociações de paz que marginalizem os extremistas de ambos os lados e para que se possa justificar, perante a História, o martírio de homens

como Yitzhak Rabin, que foi morto por um extremista israelense. Muito obrigado, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Senador José Fogaça, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a traz uma contribuição importantíssima com a sua bela intervenção e com a sua visão de Parlamentar experiente que acompanha toda a política internacional.

As manifestações dos Senadores José Fogaça, Tião Viana, Amir Lando e Moreira Mendes, bem como as dos demais que se pronunciaram, demonstram a sensibilidade dos nossos Parlamentares em relação a essa grave questão. Portanto, agradeço aos Senadores pelo aparte.

Todos sabemos que essa ação de Israel coincidiu com a decisão tomada na semana passada, durante a Cúpula Árabe em Beirute, em que os países árabes foram unânimes em apoiar a proposta saudita de um plano de paz. Segundo a proposta, os países árabes reconheceriam o Estado palestino e também Israel, mas sugeririam a retirada da presença israelense dos territórios ocupados por diversas guerras e agressões, como a que ora se desenrola.

Destaco a presença tímida da política externa brasileira em relação ao conflito. Como País pacífico que somos, lar de descendentes de palestinos e israelenses, deveríamos agir em todas as esferas diplomáticas para inibir as ações de Israel. O Brasil abriga uma comissão palestina que funciona como embaixada e tem boas relações com a Autoridade Palestina. Mas precisamos ser mais contundentes na ajuda que podemos dar para sanar essa injustiça histórica. Também já fomos colonizados, ocupados e bloqueados. Nossa história celebra grandes líderes que se levantaram contra injustiças dessa natureza.

Essa não é uma hora para ultimatos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas para entendimento. Sitiando cidades, bloqueando territórios, bombardeando, atirando e suspendendo negociações, Israel toma a contramão do combate ao terrorismo internacional, que só pode ser vencido pela tolerância e paz nos territórios do Oriente Médio ainda ocupados ou sob disputa.

Perante a gravidade dos fatos apresentados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mínimo que se pode exigir é que as potências ocidentais imponham sanções contra o Estado de Israel devido à invasão do Estado da Palestina. Devemos exigir do Governo do Brasil uma postura efetiva favorável ao processo de paz e ao fim dos conflitos, para garantir a liberda-

de, a democracia e a prosperidade de israelenses e palestinos, em igualdade de condições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Cândido, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta etapa política marcante e pré-sucessória da vida do País, em que se articulam as candidaturas à Presidência da República, se definem as coligações e se estabelecem as conversações democráticas para a construção do processo eleitoral, vivemos momentos de tensão e de preocupação interna.

Próximo de nós, o nosso país irmão, a Argentina, está vivendo horas realmente dramáticas. É profundamente entristecedor, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, testemunhar e presenciar, na fronteira do Brasil com a Argentina, o estado de ânimo absolutamente deprimente e a situação de decadência econômica e de paralisia das atividades produtivas, somados à total falta de perspectiva que vivem os nossos irmãos argentinos.

Esse fato nos traz inquietação, em particular, para os gaúchos, que crescemos e nos desenvolvemos aprendendo sempre a admirar a pujança e a grandeza econômica da Argentina, que chegou a ser, no princípio deste século, por volta de 1910, um dos países de mais alta renda **per capita** do mundo – bem maior, inclusive, do que a de muitos países europeus.

Na Argentina, nos meados do século XX, já havia o melhor nível educacional de toda a América Latina e os mais baixos índices de analfabetismo.

É interessante notar que, assim como é difícil um povo sair do estado de pobreza e de ignorância, também é muito penoso, apesar de todas as crises econômicas, mudar o perfil educacional de uma nação. Nas últimas três ou quatro décadas, a Argentina viveu sucessivas crises e um inegável processo de decadência econômica, uma visível perda de espaço no cenário econômico mundial. Mesmo assim, continua tendo os melhores índices educacionais da América Latina, de causar inveja a muitos países do mundo. Ou seja, assim como é difícil arrancar um povo coletivamente da ignorância, também é muito difícil destruir essa força gerada pela educação, pela formação intelectual de um povo como o argentino.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, em que estamos vivendo um processo sucessório, em que estamos fazendo escolhas para o futuro, em que estamos definindo as próximas etapas da vida brasileira, preocupam-me muito as avaliações erradas, extremamente equivocadas, que estão sendo feitas em torno da Argentina.

Alguns atribuem à crise argentina aspectos que são importantes, mas secundários no que está acontecendo. Alguns dizem que a Argentina está nessa situação porque realizou um grande programa de privatizações. Ora, inúmeros países realizaram programas de privatização em casos distintos, em situações diversas: alguns realizaram programas sólidos, consistentes, eficazes e eficientes; outros realizaram programas de privatização pílios, de mau resultado, de resultados precários. Portanto, atribuir o problema argentino a um processo específico e particular de um programa de desenvolvimento econômico ou de reforma do Estado é um equívoco, um erro. E, infelizmente, já ouvi candidatos à Presidência da República dizerem que o mal da Argentina está no programa de privatização empreendido pelo Governo anterior ao de Fernando de la Rúa, que foi o Governo do Presidente Carlos Menem.

É possível que tenha havido muitos erros na condução do programa de privatização na Argentina, atropelos e até atos incoseqüentes e equivocados. Mas o programa de privatização é um aspecto específico, particular, e está confinado a uma questão localizada do problema.

O drama argentino se deve a duas questões absolutamente essenciais, definitivas e definidoras da crise. A crise argentina se deve ao fato de que, tendo realizado, sim, um programa de privatização e algu-

mas mudanças na órbita da sua economia, como a abertura econômica que, inegavelmente, realizou nos anos do Governo Menem e que não mudou nos anos de Fernando de la Rúa, o país cometeu o grave erro de manter dois vícios institucionais, que não foram sanados ou revertidos em momento algum. O primeiro deles é a paridade da moeda nos termos estabelecidos pela Lei Domingo Cavallo, a lei que gerou a paridade do peso com o dólar no Governo Carlos Menem, pelo Ministro Domingo Cavallo.

A fixação de um dólar por um peso, esse regime cambial engessado, fechado, tirou a possibilidade de uma política cambial flexível, criativa, para enfrentar diferentes situações ou tendências novas que o mercado internacional pudesse oferecer. Portanto, a Argentina entregou a sua balança comercial à rigidez dessa política cambial absolutamente fechada e restrita que pôs em prática a partir do Governo Menem, tendo Domingo Cavallo como Ministro. Mas, inclusive esse erro, essa decisão, esse regime tão fechado, tão rígido do ponto de vista da organização do câmbio, ainda assim poderia não ser tão malsucedido como foi, poderia não levar a uma derrocada econômica, como está levando, se a Argentina observasse rigorosamente uma questão essencial, que é o controle do seu déficit público.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador José Fogaça, peço permissão a V. Ex^a a fim de lembrar que, conforme estabelecido, às 11h30min comparecerá a este plenário o Sr. Ministro Celso Lafer. Portanto, gostaria que V. Ex^a encerrasse seu pronunciamento a fim de que possamos suspender a sessão e dar entrada a S. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a e encerro em seguida.

O registro que gostaria de fazer é exatamente o fato de que a grave e crucial questão que explica a derrocada da economia argentina é o descontrole absoluto do déficit público, a incapacidade de controlar o potencial de emissão de moeda de suas províncias. As quatorze províncias argentinas emitem moeda como se fossem um país, como se fossem uma nação. Não há uma consolidação no controle de capacidade de emissão de moeda. Há um absoluto descontrole do déficit público. Essa é a razão fundamental que levou a Argentina a perder o controle de sua economia.

Portanto, peço aos candidatos à Presidência da República que, ao fazerem um diagnóstico sobre a realidade argentina, ao fazerem uma avaliação sobre as

razões que levaram a Argentina a esta **débâcle**, não cometam o erro de enfoques indevidos, de enfoques distorcidos, de uma visão caolha e restritiva do problema argentino. O desequilíbrio financeiro, a desarumação das finanças e o endividamento cada vez maior em função de déficits sucessivos do Orçamento argentino levaram a essa derrocada. Não é outra senão fundamentalmente e essencialmente essa a razão pela qual o Brasil precisa aprender, precisa tirar lições eficazes do drama dos nossos irmãos argentinos.

Solidários com eles, evidentemente, participando da dor e do sofrimento do povo argentino, apoiando a Argentina nas suas reivindicações externas, para obter um financiamento que lhe permita sair da crise, não podemos deixar de tocar o dedo na ferida e de dizer que este erro sucessivo, por mais de uma década, ao longo de muitos anos, acabou acumulando déficits, dívidas, que tornaram a Argentina realmente este país em situação hoje de absoluto descontrole econômico e financeiro.

Sr. Presidente, esta é a avaliação que entendo deveria fazer. Este é o registro que eu gostaria de fazer perante os candidatos à Presidência da República, que têm feito afirmações absolutamente estapa-fúrdias e maldirecionadas, a partir de diagnósticos errados em relação ao problema e ao drama argentino.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Lúdio Coelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Moreira Mendes e Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moreira Mendes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2002

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e, considerando o disposto na Resolução nº 24, de 2001, desta Casa, requeiro sejam solicitados ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda informações sobre o cumprimento da autorização concedida à União para destinar o valor de 10% (dez por cento) do principal dos créditos recebidos antecipadamente da República da Polônia “ao Ministério da Defesa, em benefício de qualquer um ou de todos os Comandos Militares, em seus programas

de reapalheramento”, conforme art. 5º da mencionada Resolução.

Justificação

O Senado Federal autorizou, mediante a Resolução nº 24, de 2001, a União a realizar operações que permitissem o recebimento antecipado do crédito externo junto à República da Polônia. Dentre as condições, esta Casa autorizou a União a destinar o valor de 10% (dez por cento) do principal dos créditos recebidos antecipadamente da República da Polónia “ao Ministério da Defesa, em benefício de qualquer um ou de todos os Comandos Militares, em seus programas de reapalheramento”, consoante art. 5º da citada norma.

Em conformidade com o disposto no art. 4º da mesma Resolução, o Banco Central informou ao Senado Federal que as negociações foram concluídas em 13 de novembro de 2001, importando ao Brasil o pagamento das importâncias de US\$2,4 bilhões, correspondentes a 74% do valor do crédito, e US\$424,3 mil relativos a juros do período de 18 de setembro de 2001 à data de conclusão da operação.

Pelos motivos expostos, estamos solicitando o Sr. Ministro de Estado da Fazenda informações sobre o cumprimento da autorização desta Casa para a destinação de 10% dos recursos provenientes da operação à área da Defesa.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2002. – **Carlos Bezerra.**

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2002

Requeiro, nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja solicitada informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, sobre o inquérito criminal instaurado pelo Ministério Público para apurar denúncias de racismo no Exército Brasileiro.

A discriminação racial no Brasil não se dá apenas nas relações sociais do dia-a-dia. Pesquisas de órgãos oficiais revelam que o racismo no nosso País manifesta-se diretamente nos índices de pobreza, nos indicadores sociais e econômicos, mostrando claramente a necessidade de intervenção do Estado no sentido implementar políticas e ações afirmativas e ao mesmo tempo combater a discriminação.

Consideramos tímidas as políticas voltadas erradicação a discriminação racial brasileira arraigada

em todos os setores da sociedade. Não bastasse isso, os compromissos assumidos pelo Brasil na 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, de 31 de agosto a 7 de setembro, em Durban destoam completamente de algumas práticas adotadas no âmbito do governo.

Observamos, há pouco menos de um ano após da realização da Conferência de Durban, acontecimentos que demonstram retrocesso no tocante à questão racial, no âmbito do governo e, como veremos a seguir, no interior das Forças Armadas.

A propósito, o governo brasileiro em inúmeras declarações do seu Ministro da Justiça, e do Secretário Nacional de Direitos Humanos, em 2001, reconheceu a existência de racismo no país e, nos diversos fóruns preparatórios, e mesmo na Conferência de Durban, assumiu publicamente o compromisso de combater essa prática nefasta por muito tempo escamoteada em nosso país.

Entretanto, as declarações do General Paulo Roberto Laranjeira, comandante da 1ª Divisão do Exército, veiculadas no Jornal do Brasil de 19 de março, último, revelam conteúdo nitidamente racista (*“Temos até general negro”* – grifo nosso), e também sua insubordinação a preceitos constitucionais, o que aliás, não raro, tem marcado a justificativa para ações condenáveis no âmbito das Forças Armadas. O general afirma que não cabe “apurar racismo no Exército porque o Código Penal Militar não tipifica esse crime”. Devemos então supor, a partir dessa declaração, que o CPM está acima da Constituição brasileira? (matérias anexas, edições do **Jornal do Brasil** de 19, 20 e 21 de março de 2002).

Diante do exposto, solicito informações sobre o inquérito em epígrafe bem como posicionamento do Ministério da Defesa sobre o caso, vez que o incidente pode revelar a dificuldade do governo brasileiro em orientar suas políticas no sentido de coibir – inclusive em seu próprio corpo – ações discriminatórias que atentam contra os direitos fundamentais do cidadão.

Sala das Sessões, 4 de março de 2002. – **Geraldo Cândido.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os requerimentos lidos vão à Mesa para decisão.

Está suspensa a sessão por alguns minutos, para aguardarmos a chegada do Ministro.

(Suspensa às 10 horas e 34 minutos, a sessão é reaberta às 10 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está reaberta a sessão.

A presente sessão, convocada em atendimento à deliberação do Plenário quando da aprovação dos Requerimentos nºs 53, 54 e 137, de 2002, de autoria dos Srs. Senadores Paulo Hartung, Romero Jucá, Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, destina-se à prestação de esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico e seus efeitos na economia brasileira, tanto no mercado interno quanto no mercado exterior; as medidas que serão adotadas pelo Governo brasileiro e a posição que o Governo brasileiro adotará frente ao agravamento da situação entre palestinos e israelenses no Oriente Médio. Cumpre-nos, nesta hora, deixar explícito que a matéria principal que traz S. Exª até aqui é o inciso I, ao qual me referi. O Sr. Ministro vai falar, primordialmente, sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico.

Encontra-se na Casa S. Exª o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer.

A Presidência designa Comissão constituída pelos Srs. Senadores Paulo Hartung, Artur da Távola e Bernardo Cabral para introduzir S. Exª o Ministro em plenário. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, composta pelos Srs. Senadores Paulo Hartung, Artur da Távola e Bernardo Cabral, tem ingresso no recinto o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, que ocupa a cadeira reservada a S. Exª.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Registro a presença em nosso plenário do Sr. José Armando de Figueiredo Campos, diretor-presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Já se encontra em plenário S. Exª o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o professor Celso Lafer.

Nos termos regimentais, Sr. Exª o Ministro disporá de meia hora para sua exposição. Informo ao Srs. Senadores que a exposição de S. Exª encontra-se nas bancadas, à disposição dos Srs. Senadores. Para as interpelações a S. Exª serão chamados os Senadores inscritos, intercalando-se oradores de cada Partido que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado a S. Exª o Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditá-lo, os Senadores poderão usar da palavra por dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para tréplica.

Feito isso, com muita honra concedo a palavra a S. Ex^a o Ministro Professor Celso Lafer, dizendo que S. Ex^a deverá ocupar a tribuna à direita da Mesa, que está reservada para sua exposição.

O SR. CELSO LAFER – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a minha assunção na chefia do Itamaraty, que o Senhor Presidente da República me honrou em confiar, esta é a terceira vez que sou distinguido com a solicitação de minha presença no Plenário desta Casa. Permita-me, pois, Sr. Presidente, agradecer e louvar a iniciativa dos Srs. Senadores Paulo Hartung e Romero Jucá, que me oferecem o privilégio de dirigir-me aos membros desta Casa para expor tema de interesse nacional, no caso o tema do aço e as medidas norte-americanas. Também sei, conforme me informou o Sr. Presidente da Casa, que há requerimento dos Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Hartung e Jefferson Péres para que se discuta a questão do Oriente Médio, a que procurarei responder no período das perguntas.

O Senado é, como todos sabemos e quero ressaltar, um foro de excelência em que são debatidas as grandes questões nacionais e internacionais com vista a defesa dos mais elevados interesses da Nação. Essa convocação tem o sentido desse exercício permanente de interação entre o Executivo e o Legislativo, fundado nos princípios democráticos e no Estado de Direito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convida-me o Senado Federal a trazer minha avaliação dos problemas com que se defronta o comércio internacional do aço e das dificuldades que daí decorrem para a indústria siderúrgica brasileira e para o próprio comércio exterior do Brasil. Procurarei centrar o foco de minhas observações na vertente externa, onde se dá a ação do Itamaraty por força de sua competência legal.

Para maior clareza, desdobrarei minha apresentação em duas partes. Na primeira, procurarei trazer os elementos essenciais dos contextos nacional e internacional e, na segunda, as ações e reações que se vêm observando no cenário mundial, destacando, entre estas últimas, a ação desenvolvida pelo Governo brasileiro.

Compor o contexto impõe, antes de mais nada, traçar um quadro sucinto do setor siderúrgico nacional, isto é, das características que determinam o perfil do Brasil como ator nesse comércio, seu peso específico e os interesses que lhe cabe defender.

Começo, portanto, com um apanhado da situação do setor siderúrgico nacional, após o que procurarei destacar algumas das forças que explicam a crise no plano mundial.

Sem subestimar a importância de iniciativas pioneiras das primeiras gerações de industriais brasileiros, é certo que o nascimento e o crescimento da moderna siderurgia no Brasil foram, em grande medida, obra que resultou da ação do Estado, em especial das preocupações do Presidente Getúlio Vargas. O aço era símbolo de industrialização e esta, durante décadas, foi o sinônimo de progresso. O Estado brasileiro entendeu, corretamente, que o País, como detentor de grandes reservas de minério de ferro, podia aspirar a uma siderurgia de envergadura. E atuou nesse sentido. Implantou-a com Vargas e promoveu seu crescimento nas décadas de 60 e 70. O modelo predominantemente estatal, necessário na origem, teve seus êxitos. Sem a ação do Estado nas décadas de 30 e 40, provavelmente não teria o País desenvolvido uma robusta base siderúrgica. O Brasil, nas décadas seguintes, colocou-se entre os principais produtores e exportadores de aço do mundo. O modelo, porém, de ação estatal esgotou-se, como em outros setores, quando a crise gerencial e fiscal do Estado trouxe à tona fraquezas do segmento produtivo.

Nos anos 90 – e creio ser esse o ponto fundamental – o setor siderúrgico passou por sua grande metamorfose. Em três anos, entre 1991 e 1993, toda a siderurgia estatal foi privatizada por meio de leilões públicos e tiveram início maciços investimentos voltados para sua modernização. Apenas no ano de 1998 foram investidos no setor recursos superiores ao total investido na soma de cinco anos, entre 1989 e 1994. Ao todo, entre 1994 e 2000, os novos controladores canalizaram para a produção de aço 10,2 bilhões de dólares em projetos de modernização, de **upgrading**, de redução de custos e de proteção ambiental.

Não me deterei em pormenores, mas julgo importante ressaltar alguns números que ilustram a transformação pela qual que passou a indústria nacional:

- No processo de consolidação, das 34 empresas existentes no final dos anos 80 restaram 12.

- Instalações antieconômicas foram sistematicamente fechadas.

- Aproximadamente 60% da força de trabalho foi dispensada, o que, por um lado, dá a medida do custo social dessa transformação, mas, por outro, revela quão elevados foram os ganhos de produtividade.

Desse processo há umas tantas resultantes que caberia destacar nesta análise. A primeira é de que a indústria brasileira passou a figurar, segundo análises internacionais independentes, entre aquelas com mais baixo custo de produção no mundo. Um segundo dado interessante a notar é que, por ter investido essencialmente em modernização e aumento de produtividade, a capacidade de produção propriamente dita expandiu-se pouco: passa de 28 milhões em 1989 a 30 milhões de toneladas em 2000. Combinada com o crescimento da demanda interna, sobretudo a partir do Plano Real, essa situação gerou uma inflexão importante no destino da produção siderúrgica nacional. Passaram a predominar as vendas no próprio mercado brasileiro e não mais no mercado externo, como ocorria antes. Entre 60% e 65% da produção de aço do Brasil está hoje voltada para o atendimento da indústria consumidora doméstica.

Por fim, é importante observar que, em parte como consequência dessa distribuição entre mercado interno e externo e em parte como estratégia de inserção no mercado global, a indústria brasileira mudou a combinação, o **mix** dos seus produtos exportados. Os produtos semi-acabados passaram a dominar em proporção superior a 70% (em volume), a pauta exportadora do setor, enquanto declinou a exportação de acabados (canalizados, em grande parte, para o mercado interno). Consideradas as exportações em valor e não em volume, os produtos acabados ainda predominam, mas os chamados "semis", no ano passado, já atingiam a marca de 45%. Para os Estados Unidos, a proporção de semi-acabados, como se verá mais tarde, alcança volume próximo de 80%. Vale reter esse dado porque terá desdobramentos na forma como o Brasil é afetado pelas medidas protecionistas norte-americanas.

Esse é, portanto, o quadro da siderurgia brasileira na virada do milênio: indústria privatizada, modernizada e altamente competitiva em termos mundiais. Entre os dados da nossa competitividade está também a qualidade do nosso minério. O Brasil situa-se como oitavo maior produtor de aço no mundo (com produção, como disse, em torno de 28 milhões de toneladas) e figura entre os cinco maiores exportadores mundiais. Tanto sua produção quanto sua exportação apresentam números estáveis nos últimos anos, mas a ênfase nas exportações de semi-acabados para os grandes mercados – Estados Unidos e União Européia – vai-se consolidando como tendência. Há nisso como que uma aposta estratégica na alta competitividade do produto brasileiro e na crescente necessidade de importação de semi-acabados por parte da in-

dústria siderúrgica norte-americana. É que esta última, em seu lento e tumultuado processo de reestruturação, desenvolve um modelo pelo qual algumas usinas abandonam a fase metalúrgica, onde são reconhecidamente pouco competitivas, para trabalharem com o semi-acabado importado e concentrarem-se em linhas de maior valor agregado. A aposta brasileira nessa tendência é tal que algumas empresas siderúrgicas brasileiras adquirem usinas nos EUA para operá-las essencialmente a partir do semi-acabado importado do Brasil. São passos corajosos de uma indústria que se globaliza.

Se o setor siderúrgico brasileiro fez o dever de casa e preparou-se para a competição global, o mesmo não se pode dizer de todos os outros grandes produtores. O mercado internacional do aço está em crise. Em sua origem estão fatores diversos, alguns estruturais, outros de conjuntura.

Entre os primeiros está a existência de um excedente de capacidade instalada. Estima-se como provável que a capacidade instalada no mundo situe-se entre um bilhão e 1,1 bilhão de toneladas, para uma produção que, no ano de 2000, atingiu aproximadamente 850 milhões.

Analisada de forma menos agregada, a capacidade mundial de produção apresenta situações muito distintas entre países. Há aqueles, como o Brasil, que reestruturam completamente sua indústria na última década e estão em condições de competir. A União Européia operou uma reestruturação em profundidade, com privatizações, fusões e aquisições, fechamento de usinas e modernização tecnológica em grande escala. Reúne hoje quase 20% da produção mundial e continua a perseguir metas ainda mais ambiciosas em termos de consolidação, como se depreende do anúncio da fusão de Usinor, Arbed e Aceralia para a formação da maior empresa siderúrgica do mundo, com volume de produção de 45 milhões de toneladas.

No outro extremo da escala, situa-se o parque siderúrgico da antiga União Soviética, constituído por uma estrutura produtiva hoje superdimensionada, erguida para atender à demanda doméstica de um Estado que se fragmentou. Rússia e Ucrânia, herdeiras principais dessa indústria, não ostentam mais uma economia capaz de gerar consumo próprio para o aço que produzem e vêem-se compelidas a escoá-lo no mercado internacional. Na opinião de analistas conceituados, as usinas russas e ucranianas estariam hoje vendendo abaixo do custo de produção. Com prejuízo, portanto, porém menor do que aquele que decorreria de uma paralisação dos altos fornos

ou do fechamento da usina. Os números são eloqüentes. Em 1991, no início do processo de desarticulação do Estado soviético, a Rússia produzia aproximadamente 74 milhões de toneladas de aço e consumia pouco mais de 50 milhões. Em 2000, a produção russa havia caído para 65 milhões e seu consumo, "desabado" para apenas 25 milhões, gerando um excedente exportável de 40 milhões. Embora em escala menor, a história se repete no caso da Ucrânia. O dado importante a reter é o fato de que em 1991 a antiga União Soviética era um ator menor no comércio mundial de aço, ao passo que, em 2000, a CEI (Comunidade de Estados Independentes) transformou-se no maior exportador mundial. Importante também ter presente que, embora tenha havido um início de reestruturação na indústria siderúrgica russa e ucraniana, tal reestruturação foi apenas parcial, estando hoje ambos os países confrontados com capacidade antieconômica, dado o remanescente de usinas tecnologicamente superadas e de baixa produtividade.

Japão e Coréia, dois gigantes da indústria siderúrgica mundial, também vêm-se às voltas com a necessidade de fechar algumas unidades e reestruturar parte do setor, embora não se questione a produtividade da maior parte do seu parque produtivo.

A China, hoje a maior produtora mundial de aço, com 127 milhões de toneladas, ocupa posição peculiar. Consome grande parte do que produz, exporta pouco e também importa pouco. Dispõe de um parque siderúrgico muito diferenciado, com segmentos em que dominam tecnologia de ponta e níveis altíssimos de produtividade e outros, com modelos de produção tidos como inteiramente superados. Hoje interfere pouco no mercado internacional, mas é crescente o seu interesse nos rumos desse mercado.

No elenco das questões estruturais, figuram, por fim, os problemas próprios da indústria siderúrgica dos Estados Unidos.

Vejam V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, para compreender o tema do aço, é necessário fazer esta avaliação: o que fizemos nós, no Brasil; como se situa o desafio da indústria siderúrgica na Europa; qual o problema que se coloca na Rússia e na Ucrânia; qual o significado da ação desse setor na China, para podermos compreender o significado das modalidades pelas quais os Estados Unidos atuaram. Para entendermos a posição dos Estados Unidos, é preciso compreender os problemas próprios da indústria siderúrgica dos Estados Unidos.

Embora ostentem uma produção em torno de cem milhões de toneladas, os Estados Unidos conso-

mem mais do que produzem e se colocam como principal mercado importador do mundo. O ingresso do aço importado no mercado norte-americano tem estado, ao longo das três últimas décadas, sujeito a percalços de toda ordem, por conta de repetidas ondas de protecionismo. Na década de 80, foram os chamados "acordos de restrição voluntária", pelos quais os países exportadores, inclusive o Brasil, obrigavam-se a limitar suas vendas àquele mercado. Na década de 90, os direitos antidumping e as medidas compensatórias, aplicados de forma altamente questionável, cercearam o acesso do aço estrangeiro, situação que persiste até hoje. É tal o número de direitos antidumping e de medidas compensatórias aplicadas pelas autoridades de defesa comercial dos Estados Unidos que, em 2001, não havia praticamente um só país exportador de aço no mundo que não tivesse algum produto siderúrgico sobretaxado naquele país. Estima-se que ações *antidumping* ou de medidas compensatórias contra alegados subsídios cobriam, no ano passado, 44% de todos os produtos siderúrgicos importados de países não-membros do Nafta.

A aparente contradição entre, por um lado, a necessidade de importar e, por outro, o sistemático cerceamento das importações encontra sua explicação no embate entre os setores dinâmicos da economia americana e a força política do setor siderúrgico mais tradicional. Em grande parte, é este último – representado pelas grandes usinas integradas – que não se reestruturou, perdeu condições de competir, continua resistindo a mudanças, mas mostra-se sempre capaz de alavancar junto ao Congresso e ao Executivo sucessivas medidas de proteção. Sua capacidade de mobilização política decorre da concentração da indústria em um pequeno número de Estados da Federação e da forte participação dos sindicatos nesse movimento de resistência, ambos fatores eleitorais relevantes.

Seria faltar com a verdade afirmar que a indústria siderúrgica norte-americana, como um todo, não se reestruturou. Calcula-se que algo em torno de 50% da produção de aço nos Estados Unidos provém, hoje, das chamadas "miniusinas", modernas e eficientes. Noutro segmento, o dos chamados **re-rollers**, usinas que trabalham a partir do semi-acabado importado (inclusive do Brasil) também exibem índices de produtividade elevados. A resistência protecionista maior, porém, está no segmento menos dinâmico, estruturalmente incapacitado de concorrer.

A esse conjunto de elementos estruturais (excesso de capacidade instalada, combinado com a manutenção em atividade de usinas, tecnológica ou

gerencialmente, anacrônicas) vieram somar-se, nos últimos anos, dados conjunturais que exacerbaram as tensões entre produção, consumo e comércio. A crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998, aliadas à longa estagnação da economia japonesa, foram decisivas. Seu impacto, ao reduzir o consumo, gerou um excedente de produção que foi escoado apressadamente nos principais mercados, ou seja, Europa e, sobretudo, Estados Unidos.

Gráficos de importação de aço nos Estados Unidos mostram picos acentuados naqueles anos, com ingressos maciços de produtos siderúrgicos, russos, japoneses e coreanos, por exemplo, num momento em que a economia americana exibia vitalidade e capacidade de absorção. Mas, se isso era verdade para a economia como um todo, não o era necessariamente para aquela parcela da siderurgia norte-americana menos competitiva.

Sucederam-se, então, renovadas ações **anti-dumping**, movidas pela indústria, contra todo e qualquer produto importado, de que resultaram os números que mencionei há pouco. Produtos brasileiros, como os de muitas outras origens, foram atingidos pela proteção na fronteira. Em muitos casos, não satisfeitos com o efeito dissuasivo do **antidumping**, as investigações conduzidas pelo Departamento do Comércio dos Estados Unidos resultaram na aplicação de direitos compensatórios, por alegados subsídios. Mesmo empresas privatizadas tiveram seus produtos sobretaxados, como resultado de uma interpretação claramente distorcida das normas, que identifica subsídios residuais, inclusive em casos em que a empresa tenha sido vendida em leilão público.

É algo que afetou as indústrias européias e as nossas, daí uma ação em andamento na OMC, da qual participamos como terceira parte.

Empenhado em dar proteção ainda mais radical à sua siderurgia, o Congresso norte-americano aprovou uma emenda à sua Lei de Comércio, a chamada Emenda Byrd, pela qual os direitos antidumping arrecadados revertem em benefício das empresas petionárias. A medida configura claramente um subsídio ao setor, o que levou vários países, inclusive o Brasil, a associarem-se numa ação conjunta na OMC contra a Emenda, processo que ainda está em curso naquela Organização.

Em 1999, atingido por direitos antidumping e medidas compensatórias elevadas sobre laminados a quente, o setor siderúrgico brasileiro sugeriu ao Governo examinar a possibilidade de negociar um acordo específico com os Estados Unidos para aquele

produto. Trata-se de um tipo de instrumento denominado "acordo suspensivo", em que o Governo brasileiro aceita restringir o volume exportado e, em paralelo, empresas exportadoras comprometem-se a não vender abaixo de um determinado preço; como contrapartida, o Governo norte-americano "suspende" (e daí a denominação "acordo suspensivo") a aplicação das sobretaxas. As negociações realizaram-se a contento, o acordo foi negociado mas se revelou parcialmente eficaz apenas no primeiro ano de vigência, em 2000.

Em suma, a partir de 1998, a crise da indústria siderúrgica dos Estados Unidos foi-se acentuando, à medida que o ingresso do produto importado colocava em evidência suas fraquezas estruturais. Porém, as ações antidumping não foram vistas no plano interno como suficientes e o setor clamou por mais proteção. É interessante notar que, não obstante sua forte ligação com os sindicatos, a Administração democrata do Presidente Clinton logrou resistir às pressões. Menos de seis meses depois, porém, o Presidente George W. Bush anunciou, em junho de 2001, o início da investigação que acabaria por levar, em março último, à aplicação de salvaguardas na importação de vários produtos siderúrgicos. Nos quatro anos que vão de 1998 a 2001, 24 empresas siderúrgicas norte-americanas pediram concordata, entre elas duas das maiores do setor, a Bethlehem Steel e a LTV.

Esses são, em grandes linhas, os elementos que compõem o contexto nacional e internacional que cabe ter presentes. Resumo: no plano interno, uma indústria revitalizada e competitiva, fruto de corajoso processo de privatização e de pesados investimentos dos seus novos controladores. No plano global, um excesso de capacidade instalada, com bolsões de produção antieconômica em segmentos da produção norte-americana e também, por exemplo, na Rússia e na Ucrânia. No mercado norte-americano, mais especificamente, surto de importações, gerado pelas crises asiática e russa, que pôs a nu as antigas e conhecidas dificuldades de um segmento que não se modernizou e que insiste em sobreviver ao abrigo de medidas protecionistas. O Congresso se mobiliza e o Executivo cede à pressão de congressistas, empresas e sindicatos. Em 5 de março são anunciadas sobretaxas e quotas que virtualmente fecham o mercado dos Estados Unidos à importação de grande parte dos produtos siderúrgicos.

Detenho-me, agora, na segunda parte da minha exposição, nas reações que vêm marcando o cenário do comércio internacional do aço.

Seria ocioso descrever as diversas etapas e procedimentos que a Administração norte-americana seguiu entre junho de 2001, quando o Presidente Bush anunciou sem plano, e março de 2002, quando as medidas de proteção foram tornadas públicas. Recordo apenas que a **International Trade Commission**, órgão autônomo do Governo norte-americano, foi acionada pelo Presidente para proceder a uma investigação abrangente. O objetivo, conforme determinam a legislação de comércio dos Estados Unidos e as próprias normas da OMC, era apurar se as importações de aço estariam causando "dano ou ameaça de dano" à indústria siderúrgica local. Trata-se de requisito indispensável para a aplicação de medidas de proteção. Ao final de seus trabalhos, a Comissão entendeu que 16, dos 33 produtos analisados, foram prejudicados pela concorrência do produto importado. Seguiram-se, na etapa seguinte, recomendações ao Presidente Bush e este, ouvida a assessoria da Casa Branca, baixou as salvaguardas que conhecemos.

Que medidas são essas? No essencial, a decisão consistiu em estabelecer: (1) quota de 4,9 milhões de toneladas métricas para semi-acabados, com aumento de 450 mil t.m. ao ano; (2) tarifas de 30% sobre laminados planos, em geral, passando a 24% no segundo ano e a 18% no terceiro; (3) tarifas iniciais de 15% ou 8% para outros produtos, conforme o caso (produtos longos, inoxidável etc.); (4) algumas exclusões (aço-ferramenta, por exemplo); (5) isenção de qualquer restrição para México, Canadá, Jordânia e Israel – com os quais os Estados Unidos mantêm acordos de livre comércio; isenções para países em desenvolvimento em produtos cujas exportações fossem inferiores a 3% das importações norte-americanas. As salvaguardas terão duração de três anos e entraram em vigor em 20 de março.

De forma simplificada, as conseqüências para o Brasil podem ser enquadradas em três grandes categorias de produtos:

– Nos **semi-acabados** – sobretudo, placas –, que respondem por aproximadamente 75% das exportações brasileiras para o mercado norte-americanos, coube ao Brasil uma cota de 2,5 milhões de toneladas métricas. Nossas vendas desse produto para os Estados Unidos haviam totalizado 2,4 milhões de toneladas em 2000 e 2,1 milhões de toneladas no ano passado. A cota alocada pareceria, à primeira vista, ser suficiente para atender ao pico das exportações brasileiras, mas, evidentemente, não é esse o único parâmetro da avaliação. Estava nos

planos da siderurgia brasileira explorar mais a fundo sua vertente de complementaridade com o segmento da indústria norte-americana interessado em processar o semi-acabado produzido no Brasil. Entre outros projetos, havia de concreto o fato de a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ter adquirido uma usina norte-americana, a Heartland Steel, com o objetivo de alimentá-la, já a partir deste ano, com placas brasileiras. Consideradas essas expectativas de exportação, estima-se que seria necessário um milhão de toneladas a mais para que a quota pudesse atender ao potencial de exportações do Brasil.

– No segmento de **laminados planos**, há situações um tanto diferenciadas. Em laminados a quente, por exemplo, as exportações brasileiras já haviam praticamente cessado. O acordo suspensivo de antidumping, negociado com o Governo norte-americano em 1999, tornara-se inoperante, conforme mencionei há pouco. A indústria alimentava, porém, a expectativa de retornar ao mercado, beneficiando-se de um possível processo de revisão de **dumping** ou do ingresso de um novo exportador, perspectiva que desaparece com a sobretaxa de 30%. Em chapas grossas, produto de que o Brasil conseguira exportar aproximadamente 15 milhões de dólares no ano passado, também fica inviabilizada a presença brasileira no mercado norte-americano. Na categoria de laminados a frio, o Brasil embarcara para os Estados Unidos 59 milhões de dólares no ano passado, porém sua posição era vulnerável; acabara de sofrer medida compensatória e aguardava determinação de **dumping**. Subsistia algum otimismo na indústria, em face da possibilidade de que o Brasil lograsse reverter, em setembro, na instância administrativa própria, a determinação de dano, o que lhe permitiria manter-se no mercado; a sobretaxa de 30% elimina essas chances. Em chapas galvanizadas, com exportações de 8,6 milhões de dólares em 2001, também desaparecem as possibilidades de acesso com a sobretaxa de 30%. Restou o item folha de flandres, igualmente sobretaxado em 30%, mas para o qual o Brasil, como país em desenvolvimento, será beneficiado por isenção.

– No segmento de produtos **não-planos**, a isenção que contemplou exportações provenientes de países em desenvolvimento com participação inferior a 3% nas importações realizadas pelos Estados Unidos beneficiou o Brasil em produtos como vergalhões, barras e perfis leves. Em outros casos, as vendas brasileiras não chegaram a ser afetadas, porque os produtos não foram atingidos pelas salvaguardas, como é o caso de certos tubos e de aço-ferramenta.

Grosso modo, esse é o quadro que resulta, para o Brasil, das medidas anunciadas pelo Presidente Bush.

Valem aqui algumas observações de natureza jurídica e política e outras de cunho mais propriamente comercial. Juridicamente, ao fazer uso de "salvaguardas", o Governo norte-americano está aplicando não só sua legislação comercial, mas também dispositivos do acordo pertinente da OMC que lhe asseguram o direito a esse recurso de defesa comercial. Trata-se de medida extrema, que se caracteriza por se aplicar indiscriminadamente contra produto de todas as origens e que, como outras ações defensivas, têm prazo de aplicação limitado (três anos, neste caso). Não se trata, portanto, de ação contra o aço brasileiro, mas sim contra o aço importado em geral. Não se trata tampouco de uma medida que não esteja contemplada nas regras do comércio internacional.

O que, entretanto, é passível de contestação – reitero – é a base fatural em que o Governo norte-americano fundamentou sua decisão. Mais especificamente, o que se coloca em dúvida é, sobretudo, se estariam atendidos os requisitos de "surto" de importações e de relação causal entre importações e ameaça de dano à indústria local que os acordos da OMC exigem. E essa foi a posição do Itamaraty desde o primeiro momento. Essa análise varia, naturalmente, de produto a produto e, pelo menos em alguns casos, os números apresentados não são inequivocamente apresentáveis e convincentes. Do ponto de vista político (mas com significativas implicações comerciais), convém notar a preocupação que tiveram os Estados Unidos em isentar o México e o Canadá das salvaguardas, amparando essa decisão no fato de serem ambas partes na área de livre comércio do Nafta.

Examinadas as salvaguardas pela vertente de seu impacto comercial, há alguma discordância no tocante às perdas sofridas pelo Brasil. As exportações totais de aço brasileiro para os Estados Unidos somaram, em 2001, US\$734 milhões, dos quais aproximadamen-

te US\$400 milhões em semi-acabados. Se nos limitarmos a um cotejo com as vendas realizadas no ano passado – ou seja, supondo-se que o Brasil repetiria no corrente ano o volume que exportou em 2001 –, as barreiras agora impostas representam perda de mercado da ordem de US\$91 milhões, isto é, de aproximadamente 13%. Numa comparação com a União Européia, Japão ou Coréia, sobre os quais o impacto das medidas norte-americanas foi próximo da média de 60%, a posição do Brasil oferece algum conforto. Não é essa, entretanto, a leitura que a indústria brasileira faz das salvaguardas. Somados o que o setor esperava continuar exportando mais o mercado que esperava recuperar e ainda o que, legitimamente, almejava conquistar, as perdas podem representar, neste ano, US\$290 milhões.

Entendendo essa posição do setor: na dinâmica do comércio, importa o futuro mais que o passado, por mais subjetiva que possa ser nossa visão do que ainda está por vir. A mudança das regras do jogo tumultua o comércio internacional e semeia a incerteza. É na estabilidade das regras que se assentam as relações de comércio e o planejamento da produção. A previsibilidade é da essência das trocas comerciais e um dos pilares em que se baseia o sistema multilateral de comércio. As salvaguardas norte-americanas não são más apenas porque possam ter fundamentação jurídica duvidosa ou porque exibam quão resistente pode ser o núcleo duro do protecionismo naquele país, mas também pelo grave distúrbio que geram nas relações de troca e no sistema produtivo.

Tomada e anunciada a decisão de aplicar salvaguardas, o Governo norte-americano agradou a alguns setores domésticos, porém rapidamente se viu confrontado com reação negativa por parte dos principais atores do comércio siderúrgico internacional.

A reação brasileira inclui, até o momento, duas fases distintas: a primeira remonta ao próprio início da investigação encomendada pelo Presidente Bush à **International Trade Commission** e engloba todo o trabalho desenvolvido antes do anúncio das salvaguardas; a segunda, às diversas instâncias em que se vem desdobrando o trabalho diplomático desde 5 de março último.

Em 15 de agosto de 2001, algumas semanas depois de o Presidente norte-americano anunciar o início de uma investigação abrangente sobre as importações de produtos siderúrgicos, o Governo brasileiro realizou a primeira sessão do chamado Grupo de Acompanhamento da Política Siderúrgica dos Estados Unidos. A Camex debaterá o assunto e decidirá-se pela criação desse grupo, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e com a partici-

pação dos Ministérios do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior e da Fazenda, para discutir cenários possíveis e formular recomendações aos Ministros sobre cursos de ação. A indústria brasileira tinha representação própria no Grupo de Acompanhamento, e sua participação foi crucial desde o primeiro momento. Ali se distribuíram tarefas, tendo cabido à indústria colaborar com dados e avaliações para a identificação dos produtos de maior vulnerabilidade, assim como mapear seus aliados potenciais nos Estados Unidos (setor importador e outros) e iniciar o trabalho de articulação com os mesmos. Simultaneamente, a indústria auxiliaria, com seus advogados, no levantamento e preparação de linhas de defesa a serem exploradas pelo Governo brasileiro. Este, por sua vez, encarregar-se-ia de realizar sondagens iniciais junto aos próprios setores governamentais norte-americanos e junto a governos de outros países interessados, e de preparar as gestões diplomáticas a serem realizadas nos diversos níveis, quando chegasse o momento apropriado.

O Grupo de Acompanhamento debateu também questões paralelas, como o posicionamento que o Brasil passaria a adotar na OCDE, onde, por iniciativa norte-americana (neste caso com o apoio europeu) convocara-se uma Reunião de Alto Nível para discutir o problema de excesso de capacidade instalada no plano mundial e eventuais ações destinadas a reduzi-la. Assinalo, a propósito, que, nas três Reuniões de Alto Nível da OCDE realizadas até o momento, o Brasil pôde ter destacada participação, graças à qualidade dos estudos que a indústria siderúrgica brasileira fez chegar ao Governo e que permitiram firmar posição sobre a alta competitividade do aço produzido no País. São incertos, porém, os rumos que essas discussões podem tomar na OCDE, em vista do clima político tenso e conflituoso que se vem formando no comércio internacional do aço entre as principais potências comerciais.

Retomo a descrição do trabalho de articulação entre o Governo brasileiro e o setor privado no seio deste Grupo de Acompanhamento, para registrar que foram extensamente debatidos os interesses em jogo e traçado um roteiro para a ação combinada de ambos. Numa primeira fase, que se estendeu até dezembro de 2001, a apresentação dos interesses brasileiros, dado o procedimento administrativo próprio nesses casos, ficou sob a responsabilidade do setor privado, chamado a levar seus pontos de vista à **International Trade Commission**, dos Estados Unidos, a quem cabia a investigação inicial e a realização de audiências com todos os segmentos interessados

(produtores, importadores, exportadores etc.). A indústria brasileira esteve, nessa instância, sempre representada e demonstrou que permanecera estável, ao longo do tempo, a parcela de mercado ocupada pelas exportações brasileiras naquele mercado, não se caracterizando, portanto, qualquer incremento de vulto nas vendas do Brasil.

É o tema do "surto de importações" e a comprovação nossa de que o Brasil não era responsável por nenhum surto de importações de aço nos Estados Unidos.

O que houvera, isto sim, fora um deslocamento de produtos acabados em favor dos semi-acabados, destinados, estes últimos, à alimentação daquele segmento da indústria siderúrgica norte-americana que se modernizava. Era patente, por conseguinte, haver complementariedade entre as duas indústrias, quando menos no que se referia à parte mais substancial das exportações brasileiras. Depoimentos importantes em favor dessa tese foram também apresentados pelas próprias usinas que trabalham com o produto importado.

Em outubro, a **International Trade Commission** apresentou suas conclusões após quatro meses de trabalhos. Como indiquei anteriormente, dos 33 produtos que examinou, concluiu haver dano ou ameaça de dano em 16 deles, dentre os quais as placas, principal item da pauta siderúrgica brasileira para o mercado norte-americano. A ampla gama de produtos tidos como sensíveis pela Comissão deflagra, já neste momento, uma primeira onda de preocupação em grande número de países. Dirigentes da indústria brasileira realizaram, então, importante missão a Washington para contatos em vários níveis de governo.

Seguiu-se um período em que a **International Trade Commission** deliberou sozinha sobre as eventuais medidas restritivas que proporá ao Presidente dos Estados Unidos. Pouco antes do Natal, foram dadas a público recomendações formuladas. Foram recomendadas quotas para os semi-acabados e tarifas de até 20% para os acabados. Não foi contemplada uma quota específica para o Brasil.

Teve, então, início a fase mais importante do trabalho que fora planejado pelo Grupo de Acompanhamento do nosso País. Da data da entrega das recomendações à data da decisão presidencial, transcorreu um período de aproximadamente sessenta dias, durante o qual tanto a indústria quanto o Governo brasileiros agiram de forma sincronizada.

A indústria fez chegar às autoridades norte-americanas, separadamente e em articulação com

seus clientes nos Estados Unidos, novos dados que reforçam a tese da complementaridade. O Governo realizou também um trabalho similar com o mesmo objetivo, amparado, porém, em gestões efetuadas em dois níveis distintos. Em meados de janeiro, deslocou-se a Washington uma missão de alto nível, sob a coordenação do Itamaraty e da Camex e integrada também pelo Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (em representação do setor privado), que efetuou gestões no Departamento de Comércio, no Tesouro, no USTR e na Casa Branca, em alguns casos em nível de vice-Ministro. Foram levados e expostos dados e análises em defesa da posição brasileira pela exclusão dos semi-acabados e de outros produtos de interesse do Brasil.

Em 31 de janeiro, viajei, acompanhado pelo Ministro Sergio Amaral, a Washington, onde mantivemos encontros com o Embaixador Robert Zoellick, Representante dos Estados Unidos para o Comércio, e com o Secretário de Comércio Don Evans. Nesses encontros ministeriais, além da reiteração de aspectos técnicos e comerciais, o que buscamos foi passar a mensagem política: o Brasil era parte da solução e não do problema da indústria siderúrgica norte-americana, pois a maior parte das vendas brasileiras destinavam-se ao reprocessamento por parte do próprio setor, nos Estados Unidos. Mais do que isso: era de tal modo clara a percepção dos interesses complementares, que empresas brasileiras haviam passado a investir nos Estados Unidos, na certeza de que era inexorável o aumento dos fluxos de semi-acabados brasileiros no processo de reestruturação da indústria norte-americana.

Insistimos em que, na hipótese extrema de o Presidente Bush optar por medidas restritivas, era fundamental que se estabelecesse uma quota específica para as placas produzidas no Brasil, em nível compatível não só com as exportações do passado recente, mas também com as necessidades de expansão reconhecidas. Mencionamos com ênfase, também, a necessidade de que se excluíssem certos produtos acabados.

Devo dizer que, na argumentação e na defesa da quota específica, vali-me da experiência minha anterior em Genebra e do risco de dificuldades quando a quota é genérica e não específica, que foi o que ocorreu num outro contencioso, o contencioso do frango. A idéia da quota específica pela qual batalhei era a da garantia do acesso de mercado e, portanto, a de traduzir, em segurança das expectativas, uma medida que, ainda que restritiva, assegurasse um capítulo importante das exportações do Brasil.

Lembramos, por fim, que o aço era produto emblemático nas relações comerciais entre os dois países. Novas restrições ao aço brasileiro não deixariam de ser lidas, no Brasil, como manifestação do poder de resistência dos segmentos mais protecionistas e, por conseguinte, interpretadas como sinalização pouco positiva para as negociações da Alca.

Tanto o Embaixador Zoellick quanto o Secretário Evans nos ouviram com atenção e cuidado. Não deixaram de expor os dilemas políticos em que estavam envolvidos, eles mesmos e o Presidente Bush, num ano eleitoral, e a necessidade que tinha o Executivo de amenizar pressões protecionistas no Congresso contra a aprovação da chamada **Trade Promotion Authority**, indispensável para que os Estados Unidos pudessem dispor de plena autoridade negociadora nas múltiplas negociações comerciais em andamento, na nova Rodada da OMC, na Alca e outras frentes. Solicitaram algumas informações adicionais (que lhes foram depois encaminhadas) e comprometeram-se a levar em conta nossas ponderações.

Sr. Presidente, o sinal indica que meu tempo está se esgotando. Solicito mais cinco minutos, para encerrar minha exposição. O que não for possível expor será respondido no período destinado às questões.

Em meados de fevereiro, por fim, voltei a acionar o Embaixador Zoellick e o Secretário Evans, por carta que lhes foi entregue pela Embaixada do Brasil em Washington e na qual reiterei os interesses do Brasil. Tiveram a oportunidade de ouvir a reiteração de nossos pontos de vista.

No dia 5 de março, o Embaixador Zoellick chamou-me por telefone, antes do anúncio oficial das medidas, para dizer-me que se havia empenhado pessoalmente para que nossos pleitos fossem atendidos na medida do possível. É justo que se reconheça esse esforço. Foi visível o cuidado do USTR para minimizar o impacto das medidas sobre o Brasil, em contraste, inclusive, com o tratamento reservado a parceiros de maior peso econômico.

Naquele mesmo dia, as salvaguardas norte-americanas foram efetivamente anunciadas. Procedemos à análise necessária e extraímos as conclusões que expus acima. Alguns elementos importantíssimos das posições que havíamos levado a Washington estavam sem dúvida contempladas. Foi estabelecida a quota para os semi-acabados, em contraste com a elevação tarifária aplicada aos produtos acabados. A quota tarifária foi distribuída por fornecedores, o que oferece um ganho de preço aos seus detentores. A porção alocada ao Brasil (52% da quota) foi favorável. A quota será ampliada anualmente, no

montante solicitado por nós, e o Brasil terá a mesma proporção, 52%, da quota adicional. Para outros produtos, foram obtidas algumas isenções que preservam nosso espaço naquele mercado.

Por outro lado, o volume total da quota ficou aquém de nossas aspirações, e, no tocante a produtos acabados, a sobretaxa de 30%, embora aplicável a importações das diversas origens e não só do Brasil, é superior ao que a própria **International Trade Commission** recomendara, inviabilizando nossa presença no mercado internacional.

Creio que não preciso lembrar a nota à imprensa que o Itamaraty divulgou, expressando a posição do Governo brasileiro. Nela, o Governo deixa explícitas nossas ressalvas quanto à fundamentação jurídica da medida quando declara que a "aplicação de medidas de salvaguarda sem a comprovação de surto de importação ou de dano à indústria local fere os princípios do comércio internacional". Ao se referir ao impacto das restrições, o Governo destaca a insuficiência da quota alocada ao Brasil e o virtual alijamento dos laminados planos brasileiros do mercado norte-americano e informa que já solicitou consultas aos Estados Unidos, como lhe faculta o Acordo de Salvaguardas da OMC. Assinala ainda que "à luz dessas consultas e do que vier a apontar a análise pormenorizada dos dados, o Brasil decidirá que cursos de ação tomar, inclusive no tocante a eventual recursos à OMC". A nota declara, por fim, que a adoção das medidas de salvaguardas por parte do Governo dos Estados Unidos "não deixará de ter conseqüências sobre as negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e, em especial, no contexto da Alca".

Considero importante ter presentes os termos da nota que distribuí, porque ali estão colocadas com clareza, por um lado, nossa constatação de que algum esforço foi desenvolvido pelas autoridades norte-americanas no sentido de preservar parcela significativa de nossas exportações e, por outro, nossa insatisfação com a adoção da medida, como um todo, e com o que coube ao Brasil, em particular. A nota sinaliza também os primeiros movimentos do roteiro que o Brasil se propunha a percorrer: o Brasil realizaria consultas e decidiria, à luz dos resultados alcançados, cursos de ação futuros, inclusive recurso à OMC (entenda-se: ao mecanismo de solução de controvérsias daquela Organização). Estas premissas e considerações foram retomadas em artigo que publiquei em **O Estado de S. Paulo**, em 25 de março.

Com o anúncio das salvaguardas norte-americanas, teve início a segunda fase da ação diplomática brasileira, essencialmente calcada na premissa de

que se devem explorar todas as possibilidades que oferecem as consultas, ou seja, esgotar as chances da solução negociada. Essas consultas iniciaram-se, em alto nível, com a visita que o próprio Embaixador Robert Zoellick realizou ao Brasil nos dias 11 e 12 de março, durante a qual foram reiteradas nossas preocupações e foram exaustivamente apresentadas a perspectiva que temos da questão e a necessidade de que seja encontrada, quando menos, fórmula que não desestimule a crescente parceria entre os setores siderúrgicos dos dois países.

Uma semana mais tarde, no dia 19 de março, realizaram-se em Genebra, no escalão técnico-diplomático apropriado, as consultas com os Estados Unidos solicitadas pelo Brasil, cumprindo-se, portanto, formalmente, os requisitos estabelecidos pelo Acordo de Salvaguardas. Nessas consultas, foram questionadas as bases jurídicas da aplicação das medidas e apresentadas pelos representantes brasileiros alternativas possíveis de solução, sempre ao amparo de uma interlocução permanente com o setor privado. A delegação norte-americana foi informada, também ao amparo do Acordo de Salvaguardas, que o Brasil se reserva o direito de pleitear compensações.

Nem as conversações mantidas com o Embaixador Robert Zoellick nem as consultas formais realizadas em Genebra podiam produzir resultados imediatos. Os Estados Unidos vêm realizando consultas do gênero com quase dez países e têm prazo até 14 deste mês para decidir sobre eventuais alterações em suas medidas.

Simultaneamente a essas ações, o setor privado brasileiro vem articulando-se com usinas norte-americanas para a apresentação de "pedidos de isenção" para tipos específicos de semi-acabados, valendo-se de um prazo de 120 dias em que a Administração dos Estados Unidos estará examinando situações de produtos especiais. Esse prazo esgota-se na segunda semana de julho.

Temos, em suma, duas datas-limite para que o Governo dos Estados Unidos introduza mudanças em suas salvaguardas: uma mais próxima, em 14 deste mês, como eventual resultado das consultas realizadas; outra mais distante, em meados de julho, quando poderá decidir sobre isenções de natureza pontual. O Governo e o setor siderúrgico nacional vêm trabalhando em sintonia a fim de assegurar que não se perca nenhuma das oportunidades, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, para fazer chegar às autoridades norte-americanas as modificações que o Brasil considera necessárias.

Sr. Presidente, eu teria, porque o assunto é vasto, várias outras considerações a fazer. Encerro neste

ponto o que penso ser uma apresentação dos fatos e dos aspectos mais relevantes em torno da decisão do Governo dos Estados Unidos. Não há razões que a justifiquem, como não há motivos para pensarmos que a mesma possa permanecer encapsulada, como um ato isolado. Creio apenas, para concluir, que há uma dimensão abrangente das medidas norte-americanas que é o "efeito dominó" daquela decisão na aplicação de salvaguardas também por parte da União Européia, anunciada na semana passada, bem como nos movimentos preventivos de elevação de tarifas por parte de alguns países de nossa região (México, Venezuela e Chile). Corre-se o risco de um alastramento incontrolável de medidas de proteção no setor siderúrgico. Ao comentar, no dia 25 de março último, as restrições adotadas pela União Européia (cujas conseqüências ainda estamos analisando), declarei ser lamentável que tanto os Estados Unidos quanto a Europa, sobre os quais pesa a responsabilidade maior pela preservação do sistema multilateral de comércio, adotem medidas que ameaçam gerar profunda desorganização no mercado mundial e que colocam em dúvida a solidez das regras em que assenta a OMC.

Permito-me algumas observações a título de conclusão.

Em primeiro lugar, parece-me necessário deixar claro que as ações ou reações de diferentes países às salvaguardas aplicadas pelos Estados Unidos estão sendo cuidadosamente acompanhadas pelo Governo brasileiro, particularmente no que respeita a eventual recurso ao mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio. Cada país ou grupo terá, porém, sua avaliação própria dos prejuízos potenciais de sua indústria e da melhor forma de acudir a essa situação específica. O mecanismo de solução de controvérsias pode até revelar-se o único caminho possível. Não será nunca, entretanto, o caminho mais ágil. Dezoito meses ou mais podem transcorrer até que um "veredicto" se materialize e que, com base nele, se possa vislumbrar a correção do problema. O Brasil perseguirá a via negociada enquanto ela estiver aberta e fará, no momento oportuno, sua avaliação própria sobre cursos alternativos de ação.

Estimo também indispensável deixar constância da colaboração que o Governo Brasileiro tem recebido do setor siderúrgico nacional e destacar a conjugação de esforços e articulação que foi possível preservar entre ambos nas diversas etapas em que se tem desdobrado a ação diplomática brasileira. Estou convencido de que podemos e devemos, juntos, dar

continuidade à busca da solução para o problema de acesso com que se vê confrontada a indústria. Até porque – e disso também estou convencido – essa coordenação foi vitoriosa. É ingênuo, para não dizer injusto, supor ter sido obra do acaso a posição diferenciada que tocou ao Brasil no conjunto das medidas norte-americanas. Empenhou-se a indústria e empenhei-me pessoalmente, em sucessivas reuniões e consultas, bem como por meio de cartas e mesmo de chamadas telefônicas, até o último momento, para minimizar o impacto das salvaguardas sobre as exportações brasileiras. Estejam os Srs. Senadores seguros de que raras vezes terá sido possível estabelecer tão estreita cooperação entre Governo e setor privado numa ação conjugada dessa envergadura para a defesa do interesse nacional.

Não posso por fim deixar de me referir ao envolvimento do próprio Congresso Nacional – seja do Senado Federal, seja da Câmara dos Deputados. Compreendendo ambos a importância do momento, fizeram chegar ao Executivo as manifestações de preocupação e o respaldo parlamentar indispensável. É próprio dos regimes democráticos.

Com isso, Sr. Presidente, permito-me encerrar essa intervenção inicial consciente das suas insuficiências, mas registro que elas são fruto da grande magnitude de fatores que incidem nessa questão.

Tenho dito sempre que a diplomacia do comércio internacional envolve análise concreta. É preciso ir à nomenclatura da tarifa nos seus diversos dígitos para se entender esses aspectos. Daí a importância da distinção entre os semi-acabados e os produtos acabados e, dentro de cada um deles, lidar com a sua especificidade.

Agradeço mais uma vez a oportunidade que tive de expor esses pontos. Estou à disposição dos Srs. Senadores para as questões que queiram levantar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço desde logo o brilhantismo das suas primeiras palavras, Sr. Ministro. Passaremos agora à fase das interpelações.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao ilustre Senador Paulo Hartung. A opção é de V. Ex^a: ocupar a tribuna à minha esquerda, ou falar da própria bancada.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Ministro, professor Celso Lafer; Sr. Presidente da CST, Dr. José Armando, que aqui representa o Instituto Brasileiro de Siderurgia, eu aqui gostaria de fazer duas considerações e quatro perguntas.

A primeira consideração eu gostaria de dirigir ao Presidente da Casa. Falo da minha alegria pessoal, como Parlamentar e cidadão, de ver esta Casa mais uma vez debruçada sobre um tema que considero essencial: a construção de uma política de comércio exterior para o nosso País. Penso que estamos aqui exercendo essa construção, discutindo acesso a novos mercados, garantia de mercados já conquistados e discutindo também a defesa do mercado e da produção nacional, que gera o emprego, o progresso e a renda.

A segunda consideração, eu a dirijo ao Ministro Celso Lafer. Falo da minha satisfação como Parlamentar em ter um Ministro com o desempenho de V. Ex^a. Acompanhei V. Ex^a detidamente em alguns episódios. Quero citar o problema do nosso conflito com o Canadá em relação à carne, usada para encobrir um outro conflito importante referente aos jatos regionais. Tenho a certeza de que V. Ex^a e o Ministério tiveram grande desempenho, da mesma forma como em outros conflitos que aqui do Parlamento tivemos a oportunidade de acompanhar, como os do Mercosul e da Argentina, recentemente.

Em relação à questão do aço, eu, a opinião pública do nosso País, a produção nacional não estamos sentindo da parte do Governo a mesma firmeza, em relação a conflitos anteriores. A impressão que está ficando – isso para os mais atentos – é que o Governo optou por um amplo e demorado processo de negociação. Não trazemos aqui certezas, mas dúvidas, e quero deixá-las muito claras. A impressão que fica para nós e a sociedade é de que o Brasil primeiro está perdendo uma oportunidade muito importante para firmar a defesa de princípios. É incompreensível para mim, não está claro, nessa estratégia montada pelo Governo, por que não ir à OMC? Por que não fortalecer a Organização Mundial do Comércio em um momento tenso, difícil, complexo e contraditório como esse, no qual a posição americana – depois acompanhada pela União Européia – está resumida em uma frase: faça o que digo, mas não faça o que faço? Essas posições são retrógradas, atrasadas, de um mundo que já não existe, inclusive nas palavras deles. Isso seria compatível há 50 anos. Hoje essas medidas são pequenas, mesquinhas, estão fundadas em aspectos eleitorais, de distritos eleitorais nos Estados Unidos e coisas do gênero, e a defesa de uma parte de um parque produtivo que não se modernizou.

A minha primeira pergunta é: por que não dar briga, a boa briga, em torno do princípio? Não estou entendendo. Sinto, quando da discussão na opinião pública, que ela aplaudiu o Governo no enfrentamen-

to com o Canadá e não entende a posição do Governo nesse momento, em relação ao conflito do aço, importante para o nosso País e hoje para o comércio mundial.

A segunda pergunta Ministro Celso Lafer, o setor produtivo brasileiro apresentou uma proposta que suspendêssemos barreiras tarifárias aos produtos dos outros países. Essa posição não é exclusiva do setor produtivo brasileiro. Se percorrermos o mapa-múndi, hoje, vamos encontrar essa posição por toda a parte. Todos estão preocupados em proteger a sua produção local. O pronunciamento de V. Ex^a – eu tinha um número em torno de dezesseis – diz que passa de vinte e quatro o excesso de produção no mundo. Então, temos que proteger o nosso mercado. Se não devemos fixar uma alíquota apenas, podemos fixar várias, variações de alíquotas, produto a produto, mas deveríamos fazê-lo, como um sinal de defesa da produção, do emprego. E mais do que isso, Sr. Ministro: de defesa de um setor que se submeteu a um ajuste brutal. Investimos mais de R\$10 milhões nos últimos dez anos, mas muita gente perdeu os seus postos de trabalho no processo de privatização. Quer dizer, isso custou caro ao nosso País e não faz sentido o País hoje não manter a sua posição pelos mercados já conquistados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO HARTUNG (PSB - ES) – Termine aqui, Sr. Presidente. Tinha mais duas perguntas, mas são muitos os colegas que vão participar e podem em momento oportuno fazê-las que complementam o debate deste assunto.

Era o que a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Celso Lafer com cinco minutos para a sua resposta.

O SR. CELSO LAFER – Eminente Senador Paulo Hartung, em primeiro lugar, agradeço a generosa referência à minha atuação no Ministério e as múltiplas oportunidades que temos tido de discutir assuntos de interesse nacional, inclusive a fixação de uma política de comércio exterior, em que o Senado Federal desempenha um papel tão relevante.

V. Ex^a me indaga duas questões realmente importantes. Tenho muito prazer em tentar encaminhar-lhe uma resposta a elas. Começarei respondendo à segunda. A primeira pergunta diz respeito à elevação de tarifas de importação de aço no Brasil, ao pedido da indústria à luz do quadro internacional. Como já disse, estima-se que cerca de 20 milhões de

toneladas de produtos siderúrgicos deverão estar em busca de novos mercados, em virtude das barreiras ao ingresso nos mercados norte-americanos. Por isso, pareceu-me tão importante, na minha exposição, discutir o quadro da produção mundial, os competitivos e os não-competitivos, para mostrar o sentido mais amplo dentro do qual o problema se insere.

México, Tailândia e Venezuela anunciaram aumento de tarifas que variam de 20% a 35%, dependendo do produto. A Argentina pretende que o Mercosul aumente suas tarifas para 35%, que é a diferença entre o aplicado e o consolidado. O Canadá iniciou investigação para aplicação de salvaguardas, e a Camex, já em janeiro de 2002, promoveu a suspensão de licenças automáticas e a fiscalização mais estreita da importação de aço.

O IBS, em 25 de março, em caráter de urgência, solicitou o aumento de alíquotas da importação de aço de até 30%. Posteriormente, em conversas que tive com o IBS, de que participou o Presidente da CST, o qual nos honra hoje com a sua visita, ponderei a importância de que houvesse uma alíquota diferenciada que levasse em conta a especificidade dos produtos. Por exemplo, o Brasil não produz trilhos para trem. Então, não cabe lidar com um aumento de tarifa neste setor, que prejudicaria, enfim, o setor de transportes.

Essas sugestões foram trabalhadas em caráter preliminar e apresentadas à Camex na reunião que se realizou no dia seguinte. Houve, naquele momento, a conclusão de que não tinha a Camex elementos suficientes de informação para tomar uma decisão. O Itamaraty é um dos que integram a Camex. É uma decisão colegiada. A visão que o Itamaraty traz é, em primeiro lugar, uma visão técnica de como proceder para lidar com uma situação deste tipo. Enfim, entra no âmbito da lista de exceções., negocia-se no âmbito da TEC e assim sucessivamente.

O que posso informar sobre esta matéria é que não há uma recusa quanto à medida de aumento de tarifa. Há um estudo, em andamento, no âmbito da Camex, que eu, pessoalmente, em termos de Itamaraty, encaro com boa-vontade e com interesse. Lembro, apenas, que outros setores consumidores de aço transmitiram aos Ministros as suas expectativas de que o aumento das tarifas poderia acarretar o aumento de preços no mercado interno.

O Presidente me comunica que ultrapassei meu prazo. Eu só diria que a discussão no âmbito do acordo de salvaguardas é algo que se dá no âmbito da OMC. Portanto, estamos atuando no âmbito da OMC. Estamos operando, nesta fase, uma insistência na

negociação porque entendemos que ela pode antecipar resultados. A defesa dos princípios por uma solução mais controversa na OMC levará, pelo menos, 18 meses. Penso que é uma batalha a ser travada. Não excluo essa batalha, mas estou procurando, num primeiro momento, ver da viabilidade de, por meio da negociação, antecipar resultados e atender, no prazo mais curto, a indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para contraditar, concedo a palavra, pelo prazo de dois minutos, ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Praticamente não vou usar o meu tempo para dar a vez a outros colegas. Só quero me ater à questão da inflação. Não é conversa de economista, porque já não me sinto mais economista. Sinto-me absolutamente político e representante da população. Mas é difícil imaginar, Ministro, inflação de um produto que tem excesso de produção em nível internacional e que tem uma produção estruturada em nível local.

Precisamos proteger o nosso mercado, precisamos proteger a nossa produção, precisamos proteger o nosso esforço de reestruturação do setor siderúrgico. Faço aqui um apelo ao Governo – V. Ex^a é parte dessa decisão, compreendo – para que examine, evidentemente, de forma não-linear, mas que examine a medida, que é muito importante.

O SR. CELSO LAFER – Senador, agradeço o seu comentário, conhecido plenamente na importância de não fazer uma medida de natureza linear, e reconheço que, no mundo, com as características atuais, a preocupação do setor é legítima e foi por isso que sugeri a medida da diferenciação como caminho mais apropriado para lidar com o assunto.

O Senado também chamou para falar sobre esta matéria o Ministro Sérgio Amaral, que é quem tem, **ex officio**, maior responsabilidade no contato com os diversos setores industriais. Tenho certeza de que ele ajudará a esclarecer essa questão e responderá ao apelo para levar em conta todos esses dados na decisão que o Governo deverá tomar.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, quero associar-me, em primeiro lugar, ao comentário justo que aqui foi feito pelo Senador Paulo Hartung e parabenizá-lo pelo brilho e conhecimento com que V. Ex^a tem tratado a questão internacional do nosso País e aqui, de forma notável, discorreu sobre a questão do aço.

Talvez fosse, Sr. Presidente, Sr. Ministro, desnecessária a minha palavra depois do que ouvimos do Senador Paulo Hartung. Tenho os mesmos questionamentos, as mesmas angústias e as mesmas preocupações de S. Ex^a. A decisão tomada pelo governo americano, para proteger o seu mercado, estabelece, de fato, uma série de restrições, muito bem expostas por V. Ex^a.

Quero apenas destacar que, no Brasil, a siderurgia é responsável por cinco por cento do total das nossas exportações, e todos sabemos o quanto a elevação das nossas exportações é importante para o nosso País. Relembro apenas que, de forma dramática, o Senhor Presidente da República nos disse que precisávamos exportar ou morrer. Penso que não devemos chegar a tanto, mas devemos tomar imediatas providências em relação àquilo em que somos competitivos.

V. Ex^a disse aqui, e é verdade, que temos o mais baixo custo de produção de aço do mundo, que estamos com a indústria privatizada, modernizada e competitiva. As perdas dos elevados investimentos que fizemos para sermos competitivos são da ordem de 12 bilhões, segundo informações que possuo, embora V. Ex^a tenha citado que seriam da ordem de 10 bilhões. Portanto, é fundamental que essas empresas mantenham-se produzindo e comercializando como resposta concreta aos investimentos feitos na demanda de se tornarem competitivas no mundo, como de fato são.

Portanto, Sr. Ministro, ratifico o posicionamento do Senador Paulo Hartung: é necessário defender a indústria brasileira. Represento, nesta Casa, o Estado do Rio Grande do Norte, mas não posso desvincular-me da condição de Presidente da Confederação Nacional da Indústria, e trago aqui a angústia dos industriais brasileiros diante desse fato.

Creio que essa decisão não depende apenas de V. Ex^a. Por isso, dirijo minhas críticas ao Governo, lamentando a lentidão com que as decisões são tomadas e o enorme prejuízo que isso representa para a sociedade brasileira. Atualmente é enorme o número de desempregados.

Sr. Ministro, aproveito para utilizar uma frase citada por V. Ex^a: "Importa o futuro mais do que o passado". É exatamente em relação a esse futuro que externo nossa preocupação. Muitas vezes, nossa proteção tem sido tímida e envergonhada. Não temos tido capacidade de defender o mercado, que considero o maior patrimônio da sociedade brasileira.

Embora V. Ex^a já haja respondido, essas são as questões que trago, externando a angústia que tenho, como representante do setor, à espera de que o Governo apresse decisões no sentido de proteger a indústria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro para responder, por cinco minutos.

O SR. CELSO LAFER – Senador Fernando Bezerra, agradeço a V. Ex^a por suas palavras. No correr dos anos, temos tido muito contato para discutir precisamente os temas mencionados por V. Ex^a na sua exposição. Tive o prazer de recebê-lo em Genebra quando tinha a responsabilidade de conduzir a Missão do nosso País naquela cidade, e esses foram temas da nossa constante discussão.

Em relação ao tema da elevação de tarifa, da decisão no âmbito da Camex, creio que já dei os esclarecimentos necessários ao Senador Paulo Hartung e a esta Casa.

Aproveito a oportunidade para dizer algo mais sobre o mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Como todos sabem, esse mecanismo, por mais rápido que seja no plano internacional – 18 meses é o padrão normal –, é sempre lento do ponto de vista das necessidades. Creio que o que nos tem levado a trabalhar com cuidado essa hipótese - que, de maneira nenhuma, excluímos - é que temos que aguardar, para uma boa avaliação, dois prazos. O primeiro, que mencionei, do Executivo norte-americano, vai até 14 de abril, para alterar ou extinguir as medidas de salvaguarda. Estamos justamente negociando nesse capítulo. O segundo é o prazo de 3 de julho para o pedido de exclusão de produtos. Entendo, e já disse isto, que um bom acordo é melhor do que uma excelente demanda, porque queremos defender os princípios, mas assegurando as exportações e o desempenho das companhias brasileiras. Não excluo, de maneira nenhuma, o recurso à solução de controvérsias da OMC, mesmo porque, tendo trabalhado no âmbito da Organização, conheço esse mecanismo e sei das suas possibilidades.

Há fortes críticas em todo o mundo às medidas dos Estados Unidos. Creio que, também, essa reação internacional, inclusive na OMC, pode ser uma forma de trabalhar o recuo de uma posição norte-americana e de ter um efeito de demonstração no plano bilateral e multilateral.

Creio também - é importante mencionar - que obtivemos, com a cota específica e o seu aumento no correr dos anos, uma segurança importante para uma parte das nossas exportações. O que se conseguiu nos 3% referentes aos países em desenvolvimento, somados ao obtido em outras áreas, leva a uma situação difícil, mas não àquela enfrentada por outros países.

Por isso, o caminho da negociação deve ser explorado antes de se ir à OMC e antes de se tomar uma decisão nessa Organização. Não há falta de firmeza, mas a convicção de que convém esgotar as etapas da negociação antes de se chegar à demanda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para a sua contradita, pelo prazo de dois minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar que V. Ex^a, Sr. Ministro, sabe a nossa posição em relação à Alca. O grande patrimônio da sociedade brasileira é o mercado; por isso, deve ser protegido por nós e assim entendido. É necessário, quando avançarmos na negociação da Alca, que se garanta o nosso lugar de exportador de produtos siderúrgicos, que se garanta um espaço para a indústria brasileira.

Queria só lembrar que, no comércio internacional, lamentavelmente, apesar da decisão do Governo, do apelo dramático do Sr. Presidente, caímos de uma participação que já era muito pequena para uma participação insignificante: tínhamos 1,2%, passamos a 0,8%.

Quero aqui reafirmar a certeza que tenho na competência, no patriotismo de V. Ex^a à frente dessa Pasta. O Brasil, na verdade, tem o privilégio de tê-lo como Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro para a sua tréplica, por dois minutos.

O SR. CELSO LAFER – Não faço a tréplica, apenas agradeço ao Senador por suas palavras. Concorro inteiramente com os pontos de vista expostos por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT SP) – Sr. Presidente, como o Senador Roberto Requião estava inscrito representando o PMDB, não quero que esse Partido seja prejudicado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB RJ) O Senador Fernando Bezerra já se pronunciou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT SP) – É que S. Ex^a não é mais do PMDB. É por respeito ao PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa agradece, mas V. Ex^a não se preocupe que nenhum Partido será prejudicado, muito menos o PMDB. Fique tranqüilo.

Senador, por gentileza, vamos às perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Celso Lafer, o governo norte-americano age de maneira extremamente contraditória. Insiste com o Brasil em instituímos a Área de Livre Comércio das Américas a partir de 2005 – nas palavras do ex-Presidente Bill Clinton, haveria, do Alasca à Patagônia, uma área de livre comércio sem quaisquer barreiras – e, ao mesmo tempo, anuncia medidas de proteção extraordinária para a sua indústria siderúrgica. Que análise faz V. Ex^a e como vê o Governo brasileiro a insistência do governo norte-americano em forçar a instituição da Alca, que representa a eliminação de barreiras alfandegárias entre os países da América?

Sr. Presidente, gostaria também de registrar a presença do Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão, Sr. José Armando Figueiredo Campos; do Sr. Gildásio José Ribeiro, Secretário-Geral da Metasita e representante da Confederação Nacional dos Metarlúrgicos, presidida por Heiguiberto Navarro.

A preocupação do setor empresarial e dos trabalhadores refere-se também à preservação do trabalho. Hoje, há cerca de 67 mil trabalhadores empregados diretamente nas indústrias siderúrgicas brasileiras e ainda os contratados para executar serviços terceirizados. Mas já houve até 200 mil trabalhadores nessas indústrias. Seria, então, importante que soubéssemos como o Governo brasileiro está tomando as providências.

Pergunto ao Ministro Celso Lafer se, além das medidas tomadas pelo Poder Executivo, deveríamos nós do Congresso Nacional tomar outras iniciativas. Se, nos Estados Unidos, o Poder Executivo age em

consonância com o Congresso, na defesa da sua indústria e dos empregos, que medidas estaria o Executivo brasileiro propondo ao Congresso Nacional para que houvesse uma ação devida para a proteção e para a expansão da indústria brasileira do aço?

Sr. Presidente, gostaria que o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, nos informasse do agravamento da situação no Oriente Médio. O Governo brasileiro, nos últimos dias, divulgou três notas à imprensa em que condena as ações bélicas e terroristas e deplora vivamente os ataques realizados contra a Autoridade Nacional Palestina que ameaçam a incolumidade física do Presidente Yasser Arafat. Gostaria, Sr. Presidente, que o Ministro Celso Lafer nos dissesse quais são os últimos passos do Governo brasileiro no sentido de contribuir para que todas as medidas das últimas resoluções da ONU sejam implementadas e respeitadas pelo Governo de Israel, preservando, ao mesmo tempo, a vida do Presidente Yasser Arafat.

Prezado Ministro Celso Lafer, seria importante que o Governo brasileiro pudesse tomar medidas e fazer apelos os mais incisivos possíveis. Estava há pouco conversando com o Deputado Fernando Gabeira a respeito das pessoas agonizantes e dos cadáveres que estão nas ruas de Israel ou na área que estava sob controle da Autoridade Palestina. Há notícias de que as famílias não estão podendo enterrar os seus mortos e de que pessoas feridas estão com dificuldade de acesso ao devido tratamento. Seria importante, Sr. Ministro Celso Lafer, que pudéssemos ouvir no Senado Federal quais são as últimas medidas e o empenho do Governo brasileiro para que, efetivamente, haja um cessar-fogo no Oriente Médio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mesa agradece ao Ministro Celso Lafer, eminente Professor e Ministro das Relações Exteriores, pela presença. Quando acertamos a sua vinda para tratar da restrição norte-americana aos produtos siderúrgicos brasileiros, primeiramente, ela foi agendada para um prazo razoável. Depois, de última hora, quando o Senador Eduardo Suplicy apresentou um requerimento, telefonei ao Ministro, que disse, embora pudesse ser protegido pelo dispositivo constitucional que lhe daria tempo para tratar desse assunto em outra oportunidade, que acederia em responder a perguntas também sobre o Oriente Médio, o que demonstra o espírito democrático de S. Ex^a. E o Senado agradece.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Lafer, para responder às indagações que lhe foram feitas.

O SR. CELSO LAFER – Sr. Presidente, agradeço a sua palavra amiga e a compreensão. Penso ser minha obrigação estar sempre à disposição do Senado, do Poder Legislativo e da opinião pública, para responder à multiplicidade de questões que hoje em dia se colocam na agenda internacional.

Senador Eduardo Suplicy, tentarei responder rapidamente às suas duas primeiras questões, para poder desenvolver um pouco um tema tão complexo como o referente ao Oriente Médio.

V. Ex^a alega que há uma contradição entre a proposta liberalizante da Alca e a existência das medidas protecionistas. A conclusão é óbvia, e existe essa contradição. Concordo inteiramente com V. Ex^a. É evidente que os governos e a política não se conduzem apenas pela lógica de Descartes, mas também por outras considerações que envolvem a sua vida e a sua atuação.

O espírito de contradição, segundo o grande pensador Keiserling, é um pouco o próprio nervo da vida. Somos contraditórios, os Estados são contraditórios, e essa contradição deve ser cobrada, porque ela demonstra claramente que, numa negociação da Alca, enfrentamos o núcleo duro do protecionismo norte-americano e temos de estar preparados para uma negociação em que – como disse tantas vezes o Senhor Presidente da República, e procuro seguir com clareza essa orientação – ou serão atendidas aquelas reivindicações que são da essência do interesse do nacional, ou essa negociação não poderá prosperar.

Registro com satisfação, como o Senador Eduardo Suplicy, a presença de representantes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. O tema do emprego é chave nessa área. Tendo a indústria brasileira feito uma reestruturação penosa, os cargos e os postos de trabalho hoje existentes devem ser mantidos e preservados. Estou convicto de que, no que diz respeito à siderurgia brasileira, estamos diante de um setor competitivo, cuja presença nos planos interno e internacional é nossa obrigação defender.

Passo agora, muito sucintamente, a entrar no tema do Oriente Médio. V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, faz referência às notas oficiais que o Ministério das Relações Exteriores divulgou em 12, 13, 28, 30 e 31 de março do corrente. Elas exprimem a nossa opinião sobre o andar e a evolução da conjuntura. São textos que registram nossa indignação com a trilha de violência perseguida pelas partes em flagrante desafio à comunidade internacional.

No âmbito regional, o Grupo do Rio pronunciou-se em 2 de abril, denotando a coesão de pensamento diante do mecanismo regional de concertação política.

Sobretudo assinalo os inequívocos comentários do Senhor Presidente da República, inclusive ontem, ao anunciar a disposição do Brasil em ajudar de forma decidida a implementar tudo aquilo que se resolva fazer no Conselho de Segurança, inclusive na composição de uma iniciativa das Nações Unidas no terreno.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso conversou por telefone, na segunda-feira, com o Secretário-Geral das Nações Unidas e, igualmente, com o Presidente do Governo da Espanha, José Maria Asnar, responsável pela presidência **pro tempore** da União Européia. O Presidente tem ainda agendada uma conversa telefônica com o Presidente Jacques Chirac.

Também realizei consultas telefônicas com o Chanceler Shimon Peres, de Israel, com o Chanceler Jaime Gama, de Portugal, e com o Ministro Marset Campos, da Espanha. O Itamaraty realizou contato de alto escalão com o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Em todas essas conversas, transmitiu-se o desejo e a disposição brasileira de vir a apoiar uma ampla linha de ação que procure desacelerar a violência e influenciar uma evolução positiva dos acontecimentos no mais curto prazo.

Em 3 de abril, o Governo brasileiro, por meio do nosso representante permanente na ONU, propôs ao Conselho de Segurança os contornos do que julga ser necessário obter agora na esfera da organização: garantir o envolvimento direto do Conselho no terreno; fazer clara a responsabilidade especial do Conselho no sentido de utilizar seus instrumentos legítimos, de forma a assegurar a obediência às suas determinações; chamar altos representantes de Israel e da Palestina para explicar o que estão efetivamente fazendo em resposta às resoluções do Conselho; ser oficialmente informados dos esforços de outros emissários que estão atuando na região; estabelecer um mecanismo internacional de monitoramento que ajude as partes a implementar as recomendações do Relatório Mitchel e do Plano Tenet, inclusive em apoio aos esforços atuais do enviado especial dos Estados Unidos, Anthony Zinni; aprovar uma presença internacional com o apoio pleno das Nações Unidas, como medida indispensável de curto prazo, e desenhar uma estratégia clara para avançar discussões em torno de enfoques novos e construtivos, tais como a iniciativa do Príncipe Abdulah, da Arábia Saudita,

endossada pela Liga dos Estados Árabes na recente reunião de Beirute.

O discurso do Embaixador Gélson Fonseca, trabalhado em contato direto comigo, e com as instruções do Presidente da República, está disponível, assim como todas as nossas notas, na página do Itamaraty na **Internet**.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Peço a V. Ex^a que observe o tempo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Tendo em vista que entre os brasileiros há uma enorme comunidade de descendentes de árabes, palestinos e judeus, avalio que o Brasil se encontra em uma situação especial para ser catalisador do entendimento para a realização da paz no Oriente Médio.

V. Ex^a mencionou que estabeleceu contato telefônico com o Ministro de Relações Exteriores, Shimon Peres, que já foi laureado com o prêmio Nobel da Paz, juntamente com o Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat.

Gostaria de perguntar se foi possível, ou se houve tentativa, por parte de V. Ex^a, de contatar o Presidente Yasser Arafat ou autoridade equivalente à do Ministro Shimon Peres, do lado palestino, nos esforços que o Governo brasileiro vem realizando.

Apreciaria também uma palavra sobre mortos que ali se encontram e que não podem ser enterrados por seus familiares. O Governo brasileiro poderia fazer um apelo ao Governo de Israel para encontrar uma solução?

Finalmente, relacionado à questão da Área de Livre Comércio das Américas, do livre comércio entre as Américas e da questão do aço, Ministro Celso Lafer, está hoje na imprensa, na primeira página da **Folha de S.Paulo**, dentre outros órgãos de imprensa, que o brasileiro Elson Souza, de 50 anos, foi condenado, nos Estados Unidos, a 30 meses de prisão por estar envolvido com a travessia da fronteira e entrada ilegal de pessoas nos Estados Unidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Quando os presidentes norte-americanos dizem que gostariam de ter uma área de livre comércio do Alasca à Patagônia, é preciso que tenham a consciência de, se for para haver liberdade nas três Américas, essa liberdade não deve ser apenas para os do-

nos do capital, das grandes empresas multinacionais, que desejam atravessar com seus bens e serviços, seus capitais, as fronteiras, sem quaisquer barreiras, mas também para o ser humano.

Ministro Celso Lafer, acredito que o Governo brasileiro deve dialogar de modo firme com o Presidente George W. Bush sobre a perspectiva de liberdade nas Américas, que deve envolver não apenas o interesse do capital, mas o interesse do ser humano, dos trabalhadores.

É bom lembrar que há pouco mais de uma década, em 1989, o Muro de Berlim foi derrubado, mas novo muro foi erigido pelos Estados Unidos, ao sul, na fronteira com o resto da América Latina. Avalio que esse ponto deve ser objeto da nossa preocupação também.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra S. Ex^a o Sr. Ministro, para a tréplica.

O SR. CELSO LAFER – Sr. Senador Eduardo Suplicy, tive oportunidade de buscar um contato com o Chanceler Shimon Peres para reiterar o pedido que já tinha sido feito ao Embaixador de Israel no Brasil, pela incolumidade física do Presidente Yasser Arafat e pelo pronto cumprimento das resoluções das Nações Unidas, que envolvem a retirada de Israel desses territórios e a maneira desproporcional pela qual estava sendo feito o uso da força.

Tenho certeza de que, apesar de não ter conseguido contactar o Presidente Yasser Arafat, S. Ex^a teria apreciado essa oportunidade que tive de colocar esse tema.

Tenho procurado fazer contatos, mas, naturalmente, só tenho duas mãos e o sentimento do mundo – como dizia o poeta – e não posso, ao mesmo tempo em que me preparo para explicar a situação do aço e fazer um relatório circunstanciado, cumprir um número muito grande de gestões diplomáticas. Eu e o Presidente as estamos cumprindo.

É claro – creio que vale a pena realçar – que a nossa posição, em matéria de direito humanitário, é muito clara. O Professor Paulo Sérgio Pinheiro, nosso Secretário de Direitos Humanos, teve oportunidade de, recentemente, apresentar com muita clareza a nossa posição na reunião havida na CDH, quando disse que é indispensável que o combate ao terrorismo e o exercício do direito de defesa pelos Estados

não ofusquem o imperativo ético do respeito aos direitos humanos e a proteção das populações mais vulneráveis, nem adormeçam a agenda da cooperação internacional em outras arenas igualmente relevantes do interesse global.

Entendemos também que, no campo do direito humanitário, cabe um papel a ser exercido pela ONU e, à medida em que formos solicitados, daremos à ONU nossa colaboração nessa área. Do ponto de vista da nossa manifestação pública, ela é inequívoca na linha apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Senador Pedro Simon.

Senador Artur da Távola, estamos seguindo uma ordem rigorosa. O próximo a falar será V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Apenas pela ordem rigorosa o próximo seria eu, pois sou inscrito. Mas ouço com o maior prazer o Senador Pedro Simon, que, falando antes, iluminará o debate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Artur da Távola, gostaria de esclarecer rapidamente que isso é organizado, de forma intercalada, por Partido. Estamos seguindo rigorosamente a ordem, e o momento agora é do PMDB, com a inscrição do Senador Pedro Simon. Logo a seguir, V. Ex^a nos brindará com as suas costumeiras e brilhantes interpelações.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, também trago aqui uma palavra de respeito ao Itamaraty e ao trabalho de V. Ex^a. Sou daqueles que, ao longo de muitos anos, respeita o trabalho da Chancelaria brasileira.

Penso que até nos momentos mais difíceis, como no regime militar, ela se portou com dignidade e vem desempenhando um papel realmente muito importante.

Gostaria de perguntar a V. Ex^a em que o Senado Federal poderia contribuir para que, neste momento, se resolva o contencioso do aço com os Estados Unidos e a crise dramática no Oriente Médio. E é uma pena que os dois assuntos sejam tratados juntos. Na verdade, sei que V. Ex^a não tem tempo, mas deveríamos conversar sobre o aço e, em outro dia, sobre o Oriente Médio, porque os dois temas são quase incompatíveis. Todavia, consideramos que podemos participar da discussão dos dois assuntos.

Em relação ao aço, entendemos que a medida imposta pelos Estados Unidos foi unilateral, quase grosseira. O Presidente Bush, que, aliás vem se mostrando paroquiano, se recusa a assinar o Protocolo de

Kyoto, que o mundo inteiro quer ver em vigor, por entender que prejudica os interesses, o desenvolvimento da indústria americana. Houve o atentado às torres do World Trade Center, episódio que o mundo inteiro lamentou, contra o qual todo mundo protestou, chorou. E Bush então, no espaço de poucas semanas, praticamente líquida com o Afeganistão. As atitudes do Presidente Bush, ao longo da sua administração, realmente têm sido muito complicadas, complexas. É uma pessoa que não nos parece ter a preocupação maior de estadista, como até, de certa forma, teve o seu antecessor. Mas, neste momento, a atitude de Bush com relação ao aço brasileiro nos atinge de uma maneira muito dura.

Na indústria brasileira do aço, com as privatizações, foram investidos mais de US\$15 bilhões. Está em pleno desenvolvimento. O nosso aço é da melhor qualidade, com custo mais baixo. Os americanos, sem mais nem menos, impõem-nos uma taxa dessas. Pelo que me consta, haveria um excedente de US\$2 bilhões em nossas exportações. Agora, há dificuldade nos Estados Unidos e facilidade das importações. Vejo aqui que praticamente o mundo inteiro já adotou uma sobretaxa. O México estabeleceu uma alíquota de 35%, para se garantir. A Venezuela, 30%. A Tailândia, o Chile, a Colômbia, o Canadá, outro tanto. E a União Européia, 26%. Com isso, há uma oferta de aço inclusive para nós, aqui no Brasil.

Então, com todo respeito a V. Ex^a quando diz que as negociações são interessantes, dado o estilo do governo americano, perguntamos se não seria o caso de estabelecermos uma sobretaxa, protegendo assim o nosso aço, como todos os outros praticamente o fizeram. E não seria o caso de irmos à OMC, porque esperar pela bondade, por um ato de grandiosidade, de respeito por parte do atual governo americano não nos parece ser o melhor caminho?

Por isso, perguntaria a V. Ex^a se podemos nós, do Congresso Nacional, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, elaborar uma moção que vá além do que o Governo Ex^a está fazendo. Tem V. Ex^a tarimba, experiência, está acompanhando o desenrolar dos fatos e diz que o caminho são as negociações.

Com todo o respeito, entendemos que, com mais firmeza, fazendo o que os europeus e os outros fizeram, fixando uma sobretaxa ao aço importado, seria muito significativo e importante para o Brasil.

Penso que as manifestações do Presidente da República e de V. Ex^a são muito claras em relação ao que está ocorrendo no Oriente Médio. O que lá se vê já extrapolou tudo o que podíamos imaginar. É algo

inédito o que lá ocorre, após dois mil anos de guerras e lutas. Pela primeira, a Igreja da Natividade, em Belém, berço de Jesus Cristo, está sendo ameaçada de bombardeio. Então, o Presidente George Bush aqui também está tendo uma atitude que me parece absurda. Ao se omitir, Bush deixa a impressão de que aguarda primeiro a destruição da Autoridade Palestina por Israel para ver depois o que fazer. É algo que choca realmente.

É claro que divergimos da atitude de palestinos e israelenses. Por um lado, os suicidas palestinos lá estão numa posição que não é a ideal, porque causa conflito e dá o pretexto para que o Primeiro-Ministro israelense aja como deseja. Parece-me que o mundo está a assistir a um massacre, quase que uma guerra de extermínio. Por outro lado, ressalto que tenho o maior respeito pelos judeus, que considero um grande povo, que viveu, sofreu, que tem conteúdo, capacidade, e não merece o atual Primeiro-Ministro, o qual não está assumindo a atitude adequada para sanar o problema. O Estado de Israel terá que prestar contas futuramente daquilo que a insanidade de um homem está operando.

Não tenho nada a acrescentar àquilo que o nosso País está fazendo, que aprovo. Como o Senado Federal pode colaborar? O ideal seria, inclusive, o envio de tropas. Em nenhum outro conflito ocorrido no mundo vislumbrei possibilidade mais urgente e necessária da presença de tropas da ONU. O Governo brasileiro talvez possa oferecer o auxílio de tropas brasileiras, e o Brasil tem autoridade, pois não existe lugar no mundo onde haja maior convivência entre árabes e israelitas do que aqui. O Presidente Fernando Henrique Cardoso já tem uma presença marcante no cenário internacional. Se avançasse nesse sentido, talvez fosse o momento oportuno de fazermos algo, para, pelo menos, ficarmos em paz com a nossa consciência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, tem V. Ex^a a palavra para responder às indagações.

O SR. CELSO LAFER – Eminentíssimo Senador Pedro Simon, como sempre, agradeço as suas reflexões, as suas palavras, o seu estímulo e as questões que V. Ex^a me coloca, que são da maior importância. Tentarei respondê-las na medida do possível.

Creio que, sem dúvida nenhuma, estamos diante de um Governo norte-americano mais difícil, cuja ação tem desdobramentos, seja no plano do comércio e da economia, que é o tema do aço, seja naquilo que diz respeito à sua atuação no Oriente Médio, que foi a segunda parte do seu questionamento.

Não tenho dúvida quanto ao problema das dificuldades e a firmeza que devemos ter. Gostaria de apenas mencionar dois pontos para esclarecer o meu pensamento. Uma coisa é o problema da elevação da tarifa, em que circunstâncias, como uma medida de proteção do Brasil diante do risco de um excesso de oferta no plano mundial e como isso nos afeta.

Como procurei demonstrar, essa é uma decisão que está no âmbito da Camex. Sou sensível à importância disto. Creio que se deveria ter feito, como o setor fez, uma diferenciação, porque a um aumento uniforme de 30% não corresponde a especificidade dos diversos tipos de produto. É claro que o Governo, ao tomar uma decisão, tem de levar em conta o tema do abastecimento e a importância do aço importado no Brasil e que faz parte do atendimento da produção nacional em outros setores.

Por isso, uma das idéias em andamento é a de uma cota tarifária que assegurasse esse abastecimento importante para outros setores da indústria e da produção no Brasil.

Outro aspecto é o que vamos fazer no plano internacional para sustentar o nosso interesse no acesso a mercados. Não estou excluindo, de maneira nenhuma, o problema de se recorrer ao órgão de solução de controvérsias da OMC. Lembro que há uma ação específica em andamento no âmbito da OMC que é uma consulta que se faz ao abrigo do acordo de salvaguardas que também faz parte do conjunto dos dispositivos da Rodada Uruguai. Portanto, há uma consulta em andamento, apresentamos as nossas posições, ela terá que ter uma resposta breve, assim como o capítulo das exclusões. Não estou excluindo a solução de controvérsia mais abrangente; reconheço o seu problema temporal, a defesa dos princípios e estou querendo ver se consigo mais rapidamente no curto prazo, com firmeza e com determinação, ampliar o nosso acesso ao mercado norte-americano de aço.

No que diz respeito ao grande tema do Oriente Médio, não preciso dizer que coincido com tudo que V. Ex.^a diz. Também acredito que o Estado de Israel não merecia um primeiro-ministro com as características do atual Primeiro-Ministro de Israel, se bem que esse não deveria ser um comentário apropriado para um Ministro das Relações Exteriores. Estou fazendo algo que não é da minha obrigação **ex officio** mas quero responder na sintonia do afeto e do coração a essa exposição de V. Ex.^a. Uma dúvida é que a violência tenha adquirido proporções inauditas no presente conflito. Ela tem sido a única moeda de troca entre os dois lados. De um lado a capacidade militar de Israel, do

outro os terroristas suicidas, o que produziu, afinal, um equilíbrio estratégico do terror que, caso nada seja feito para sustá-lo, poderá prolongar e piorar a atual situação, que já é insuportável e torna-se a cada dia mais insuportável. É preciso, para que se encaminhe isso, de um terceiro para a paz, como diz Bobbio. E o terceiro para a paz deve ser a ONU, com a colaboração dos Estados que dentro da ONU terão condições de interlocução com Israel e com a autoridade Palestina. Creio que o Brasil nesse contexto tem a sua autoridade e dela se valerá para fazer presente a voz da razão e a experiência de um País que sabe conviver no pluralismo da sua diversidade e na unidade do seu interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, declino do meu tempo em favor do Senador Artur da Távola.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Porto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Agradecemos a delicadeza de V. Ex.^a e concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. O Senador Pedro conseguiu em sua fala de cinco minutos sintetizar com tanta precisão o seu pensamento, com tanta grandeza de posição que acredito que todos nós ficamos inteiramente satisfeitos com isso. Ele mesmo não sentiu necessidade de uma réplica, até porque a resposta também foi do mesmo nível.

Sr. Ministro, vou fazer algumas perguntas a V. Ex.^a, enumerando-as logo. Talvez V. Ex.^a possa responder a todas, em vez de fazê-lo uma a uma no tempo que me cabe.

É evidente que, dentro da coalizão de governo israelense, uma coalizão estranha, que vai do Shimon Peres ao Ariel Sharon, já há sinais de grande crise, de grande divisão. É evidente que Shimon Peres, que é o Ministro das Relações Exteriores, da defesa, não está favorável a nada disso. Em primeiro lugar, gostaria de saber se V. Ex.^a acredita que, internamente, possa haver uma regeneração da política israelense com o equilíbrio porque já existe uma série de movimentos internos verberando profundamente essa atitude. Ligado a isso, gostaria de ouvir de V. Ex.^a um alcance sobre as conseqüências para o Brasil e para o mundo da forma pela qual o Primeiro-Ministro Ariel Sharon

concebe a ação contra o terrorismo palestino, que é igualmente condenável tanto quanto a violência do outro lado. Sem dúvida há reflexos imediatos no preço do petróleo e uma crise de alta complexidade com o próprio mundo árabe, que se arma. A Síria já mobiliza soldados para a fronteira. Evidentemente, isso tem reflexo nas bolsas. A meu ver, o ponto de vista humano é um dos aspectos mais terríveis, mais dolorosos e o mais injusto com o povo israelense porque significa o recrudescimento do anti-semitismo no plano internacional. O povo judeu não merece o recrudescimento da barbárie anti-semita que ações como a de um primeiro-ministro dessa qualidade acabam por gerar um caldo de cultura favorável a ela. Essa seria a primeira pergunta.

Segunda pergunta: como V. Ex^a está a examinar a política norte-americana para o Oriente Médio? De fora e de longe, observamos uma certa confusão – não sei se deliberada ou não – entre as autoridades norte-americanas. O Presidente Bush – como definiu o Senador Pedro Simon com perfeição –, no seu delírio de poder só entende os Estados Unidos como fonte de poder armado, mas a fala de Colin Powell é diferente. O negociador que estava no Oriente Médio, por sua vez, tem uma terceira posição. É lógico que aqui somos informados mais pelo noticiário, mas que me parece competente – o Itamaraty tem outras fontes de informação. Então percebe-se na política norte-americana para o setor, não digo posições díspares, mas pequenas fissuras de opinião que evidentemente fazem parte desse contexto.

Terceira pergunta: como V. Ex^a vê, por trás de todos esses fatos, a presença da indústria armamentista? A meu juízo, ela é a grande responsável por todas essas tragédias no mundo, associada à Direita mundial, que se serve dessa indústria, é eleita com seu dinheiro e que a alimenta nos seus avanços.

Nesse particular, Sr. Ministro, devo dizer-lhe que, com dor, li hoje nos jornais que a nossa Embraer está muito feliz porque fabricará caças Mirage. Esse assunto não diz respeito a V. Ex^a; é apenas um alcance paralelo. Essa notícia me deixou triste: eu não quero ver o meu País na indústria armamentista por mais que, economicamente, isso signifique valores. Não vejo com prazer essa notícia. A indústria armamentista, a meu ver, é profundamente responsável por tudo que se passa no campo da guerra e da violência mundial. Esse é um parêntese que exprime uma fala pessoal e que não se refere a V. Ex^a, não quero colocá-lo nessa dificuldade. Mas gostaria de ouvir sua análise sobre a presença da indústria armamentista. Essas são as três questões que faço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Celso Lafer.

O SR. CELSO LAFER – Obrigado, Sr. Presidente.

Eminente Senador Artur da Távola, agradeço as suas perguntas que são, ao mesmo tempo, um convite importante a uma análise mais profunda desse contexto e das suas dificuldades.

Creio que, do ponto de vista da dinâmica interna de Israel, tem havido uma alternância entre os mais duros e os favoráveis à razão, ao entendimento e à paz. É natural que, nesse processo, à medida que Israel e a sua população se vejam atingidos por surtos de violência vençam os duros, sendo colocados numa posição mais difícil aqueles com os quais simpatizamos e estamos em sintonia.

Se quisermos fazer um rápido retrospecto, verificaremos que, evidentemente, em razão da derrota do Barak, que representava um primeiro-ministro dotado de visão muito abrangente de paz, a recusa das propostas apresentadas e negociadas pelo Presidente Bill Clinton naquele momento é uma das causas que levaram a eleição de Ariel Sharom.

Há nesse jogo uma situação em que tanto palestinos quanto israelenses perderam a oportunidade de encontrar a sua janela de saída para uma grave crise, que envolve refugiados, território pela paz, legitimidade, reconhecimento do outro, aceitação do pluralismo e da diversidade.

Estava lendo hoje na **Folha de S.Paulo** um artigo de Amos Oz, romancista israelense, um dos maiores defensores de uma política de paz. Nesse artigo, obviamente sob o calor da emoção e da hora, ele fazia referência à existência de duas guerras. A primeira – legítima – seria pela criação do Estado palestino, pela sua manutenção, continuidade e viabilidade democrática. O campo da paz em Israel, dizia ele, é um defensor dessa guerra. Mas há uma outra guerra, que é uma guerra que Israel sente – ele diz –, com os ataques terroristas e com a rejeição da própria existência de Israel com outro tipo de guerra. Como distinguir uma guerra justa, legítima, como a criação do Estado palestino, com todos os seus direitos e com todo o seu futuro, daquilo que é um processo também complicado, de violência e de rejeição? Portanto, nesse campo, encontramos, na verdade, esse jogo de dialéticas contraditórias.

Há uma imagem de Bobbio, de que gosto muito, sobre o papel da razão na História. Diz Bobbio que há três grandes metáforas. A primeira é a metáfora da

desesperança: somos como peixes colhidos na rede do pescador, a morte é inexorável e só nos cabe ou a resignação ou o ceticismo – é uma metáfora que recuso. A outra metáfora é a de que a História é um grande teatro com alguns observadores privilegiados que sabem qual é o enredo e que podem antecipar o seu resultado e o seu final – também não advogo essa idéia. A terceira metáfora de Bobbio é a do labirinto: o que a razão nos mostra é que a História é um labirinto dentro do qual a experiência nos mostra que existem certos caminhos que são bloqueados, que não oferecem alternativa, ou seja, "por aí não vai". A experiência da razão, na qual acredito, e da sua imprevisibilidade é a de que, nesse mundo do Oriente Médio, o caminho bloqueado é o caminho da violência e é preciso encontrar e recuperar uma saída desse labirinto para a qual devem concorrer os homens de boa-fé.

Tenho a convicção de que existe em Israel um grupo disposto a encontrar esse tipo de saída para o qual o exercício puro do poder e da violência não encontrará solução. Estou convencido de que a ocupação, tal como está sendo feita, dos territórios palestinos, com a idéia de destruir os centros de terror, destruirá as cidades, mas não destruirá tais centros e não será o caminho para a paz e para o entendimento.

Dizia o Padre Vieira – e o cito porque sei que V. Ex^a tem o gosto pelas boas citações -, num sermão extremamente interessante, que é o Sermão de São Roque, que, "diante das incertezas da salvação, a esperança anima: o temor acautela". Tenho o temor dessas dificuldades, mas tenho a esperança que me anima.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Consulto o Senador Artur da Távola se pretende contraditar.

S. Ex^a tem a palavra, por dois minutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, nada a contraditar, inclusive colaborando com o tempo, porque haverá reunião do Congresso às 14 horas. Estou plenamente satisfeito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – A Presidência agradece a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Com a palavra o Senador Tião Viana, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu nome e no do povo acreano, renovo o apreço e a admiração que tenho pelo Ministro Celso Lafer.

Serei muito objetivo.

Sr. Ministro, em relação a essa política de comércio exterior, gostaria de indagar se o Itamaraty não julga insipiente esse comportamento em relação ao problema do aço e à condução desse assunto.

Estamos diante de uma perda real de U\$1 bilhão em três anos, segundo a indústria metalúrgica deste País. Isso é grave! Por outro lado, o México, a Venezuela e países asiáticos estão unidos e com ação determinada já cobram alíquotas, o México, com 35%, como muito bem disse o Senador Pedro Simon.

De outro lado, a União Européia, o Canadá, a Argentina e a Colômbia estão unidos em outra frente, reagindo ao comportamento americano em relação ao aço. Preocupa-me o fato de o Brasil não ousar mais, neste momento, nesse confronto. Talvez o interesse nacional e o comportamento que está tendo o Senado hoje possam estimular o Itamaraty a se sentir mais encorajado e mais à vontade em relação a esse debate.

Sei que V. Ex^a é lúcido e faz um diagnóstico preciso da realidade dessa multilateralidade que estamos vivendo, mas talvez possamos ousar um pouco mais. Temos a oportunidade de cobrar alíquotas de até 30% neste momento, o que deixaria satisfeito o Senado brasileiro, ou pelo menos grupos de economistas que atuam também na política internacional.

Quanto ao litígio existente no Oriente Médio, lembraria a V. Ex^a apenas uma questão: a Liga das Nações teve um papel fundamental no séc. XX quando ao tentar intervir favoravelmente à pacificação e à redução dos conflitos violentos que o mundo começava a ver com muito medo a partir da chamada I Guerra Mundial.

Foram poucos anos de calmaria. Surgiu, então, a Organização das Nações Unidas com a finalidade de controle e pacificação da humanidade. Houve mais de 165 guerras após a instalação da ONU no século passado. Meu Deus, quanto se gasta por ano para manter a Organização das Nações Unidas? Por que as guerras aumentaram? Por que o século XX se afirmou como o mais sangrento da humanidade, segundo aponta Eric Hobsbawn? Tal comportamento é muito triste.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o feriado da Semana Santa, expressou suas preocupações em rede nacional, fez contatos internacionais com relação à matéria. Indago: não estaria a ONU com comportamento tímido? Será que o Governo brasileiro não pode pressionar aquele órgão? Não é perigoso o comportamento tímido da ONU em relação à hegemonia que o poderio americano exerce no momento?

Sr. Ministro, são mais de US\$800 bilhões movimentados pela indústria bélica todos os anos. Isso envolve interesses de mercado. O americano olha para a guerra como fonte de lucro. Nós olhamos com medo o sentido de pacificação. É mais do que um problema geopolítico o que estamos vivendo. Mais do que um confronto entre dois povos, estamos diante de uma agressão violenta ao DNA do cristianismo. Ao ver Belém ser destruída, a igreja da Natividade sob ameaça de iminente destruição, o mundo cristão se sente fortemente agredido. Gostaria de saber se pensa V. Ex^a, com a sobriedade e o compromisso ético em relação à paz mundial, em algo mais que possa ser feito pelo Palácio do Itamaraty e pelo Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO CELSO LAFER – Nobre Senador Tião Viana, agradeço mais uma vez a sua presença em debates nos quais tenho tido a satisfação de participar aqui no Senado. V. Ex^a menciona pontos da maior importância. Um deles me permite também ir de encontro a uma das questões assinaladas pelo Senador Artur da Távola, que são os grandes riscos da corrida armamentista, da indústria armamentista e do seu efeito deletério na vida do mundo e nas dificuldades que traz para a manutenção da paz mundial.

V. Ex^a mencionou a Liga das Nações, a ONU, as dificuldades e as frustrações que a ONU apresenta para nós no dia-a-dia. Recentemente, um dos assessores de Kofi Annan, diante dessa situação e das suas dificuldades, disse que havia uma realidade em que se colocava, de um lado, o excesso de demandas e, de outro, a paralisia de decisão, e era preciso ter uma capacidade de responder a isso.

Na medida em que tentei trabalhar pontos abordados pelo Senador Artur da Távola, falei na relevância do terceiro pela paz. Quando existe uma situação hobbesiana, um estado de natureza da guerra de todos contra todos, que é o que nós verificamos no Oriente Médio, é preciso que haja um terceiro pela paz. Por que esse terceiro pela paz é importante? Porque é ele que garante a possibilidade do acordo e do entendimento. Para que a negociação ocorra, cada uma das partes em confronto precisa estar segura de que a outra fará o mesmo e não se coloca em questão a possibilidade de que o pacto não seja cumprido.

Agora, a ONU, como sabe V. Ex^a, não é um terceiro acima das partes; a ONU é um terceiro entre as partes, uma instância de intermediação, cujo alcance e possibilidade de atuação dependem da vontade política de seus membros. Por isso, entendemos que nada mais importante do que trabalhar a ação dos

Estados Unidos e a ação da União Européia pela posição privilegiada que têm como interlocutores de Israel e da Autoridade Palestina. Sem essa atuação concreta desses dois grandes interlocutores, o Conselho de Segurança se moverá de maneira incompleta.

Nesse sentido, quero reiterar, é que se colocam as ações diplomáticas brasileiras, seja no próprio âmbito do Conselho de Segurança – e tive oportunidade de me referir ao discurso feito pelo nosso representante ontem, nessa linha de mobilização –, seja nos contatos que nós mesmos estamos fazendo, individualmente com outros países; o Presidente está fazendo, e estou procurando fazer, justamente com este objetivo.

Uma instância de intermediação, que não é um governo mundial, enfrenta os limites desta realidade. Se olharmos o sistema internacional, veremos que ele continua sendo um sistema assinalado pela distribuição assimétrica e individual do poder entre os Estados; se olharmos a realidade internacional, podemos identificar três grandes campos: o campo estratégico-militar, que é o da guerra e da paz, o campo econômico e, enfim, o campo dos valores. Quando falamos do aço, referimo-nos ao campo econômico, suas implicações, seus desdobramentos, e que medidas podemos tomar. É um campo com a sua especificidade, inclusive porque a guerra comercial é algo distinto da guerra propriamente dita.

Quando falamos do Oriente Médio, estamos falando do campo estratégico-militar, dessa situação limite da paz e da guerra, que caracteriza a vida internacional e que tem sido, desde Tucídides, a reflexão básica sobre a realidade internacional, e naturalmente os valores que a sustentam.

A história não começa a cada 10 anos, e se citei Bobbio uma vez, volto a citá-lo. É preciso levar em conta o que nos dizem os clássicos.

Para o campo estratégico-militar, estamos diante de uma realidade hobbesiana-maquivélica, realidades de poder. O que estamos tentando é transformar este momento hobbesiano-maquivélico num momento que se encaminhe para o leito diplomático, para o campo do Direito, da diplomacia, da negociação, valendo-nos dos recursos de que dispomos.

Estou convencido de que a ONU é uma indispensável instância de intermediação e que só se mobilizará apropriadamente e em profundidade se houver uma ação destacada dos europeus e dos americanos. Os próprios europeus, nas conversas comigo, insistiram que, sem uma ação norte-americana, não se chegará ao bom caminho de mudar esse momento

hobbesiano—maquiavélico, no campo e no leito do Direito e da Diplomacia. E é nesta área que estamos procurando atuar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, apenas deixando 30 segundos de mais um elemento de reflexão, Sr. Ministro.

Tivemos, pelo movimento talibã, a destruição das imagens de Buda e de outros, uma agressão à humanidade. Tivemos um chute e a quebra de uma santa no território nacional, outra agressão à consciência nacional. Agora, estamos tendo a destruição do berço do cristianismo, e isso deve significar muito para a Nação brasileira.

Eu gostaria apenas de deixar para a reflexão de V. Ex^a que o episódio que envolveu a Iugoslávia, com Slobodan Milosevic, impôs uma reação mais forte, mais enérgica da ONU. Entendo que este momento deveria impor um comportamento semelhante.

No mais, agradeço a V. Ex^a pela lucidez e profundidade.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Arlindo Porto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há pouco, o eminente Ministro Celso Lafer citou Vieira, de quem me lembro uma das passagens, numa de suas defesas: "Vai nos faltando o tempo ou eu vou sobejando a ele". Palavras de Vieira.

Sr. Presidente, o tempo está nos faltando. Daqui a pouco, teremos uma sessão do Congresso, na qual estou inscrito. Não quero ser repetitivo. Portanto, desisto da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não mais havendo oradores inscritos, o Senado da República agradece-lhe profundamente. V. Ex^a tem tido um comportamento altamente democrático para com esta Casa. Com paciência e até antes do tempo constitucional de que dispõe, tem atendido ao chamamento do Senado. Com sua presença, tem permitido que esta Casa viva grandes momentos e discuta importantes problemas nacionais. O Poder Legislativo precisa desse tipo de discussões, precisa estar consentâneo com o mundo globalizado ao qual V. Ex^a tantas vezes

se referiu. Primeiro, V. Ex^a deu respostas satisfatórias, sinceras, e recebeu desta Casa a manifestação que merece: a de um chanceler que está honrando as tradições da Casa de Rio Branco. Com isso, estou interpretando – pode ter certeza – o sentimento do Senado da República.

Todos queremos que o Senado da República, que conta hoje com a presença de V. Ex^a, esteja sempre debatendo e defendendo os grandes problemas nacionais, principalmente nesta hora em que o nosso e outros países são vítimas de restrições. Positivamente, o avanço democrático, a qualidade de vida dos povos, não permitem que os fatos aconteçam passivamente, e vemos que o Brasil está se comportando à altura das suas tradições democrática e diplomática, o que devemos a V. Ex^a, e o Senado agradece.

Designo os Senadores Artur da Távola, Bernardo Cabral e Tião Viana para acompanharem S. Ex^a na sua saída da tribuna e do plenário desta Casa.

O SR. CELSO LAFER – Agradeço comovido as suas palavras, Sr. Presidente, e a atenção que mereci deste Plenário e dos seus egrégios membros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que, na elaboração da redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 2002, de iniciativa da Comissão Diretora, escolheu do seu texto o § 1º do art. 3º, que, a seu ver, contraria a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Lúcio Alcântara, Carlos Bezerra, Romero Jucá e Sérgio Machado enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que as piores injustiças podem ser cometidas, mesmo quando estamos cobertos de boas intenções. E quando se trata de tentativas de reparação por meio de leis, devemos parar para refletir bem sobre as conseqüências, pois, uma vez votada a lei, fica mais difícil reverter a decisão. Gostaria, hoje, de refletir um pouco acerca da política de cotas para negros nas universidades brasileiras.

Creio, Sr^{as} e Srs. Senadores, que uma política de cotas para negros na universidade pode, em vez de reparar defasagem histórica, gerar novas discriminações.

Analisemos bem: a política de adoção de cotas parte do pressuposto de que os desiguais devem ser tratados desigualmente; como corolário de tal pressuposto, os defensores da política de cotas alegam a defasagem escolar entre negros e brancos: os primeiros teriam, em média, 2,2 anos a menos de escolaridade que os segundos.

Mas a verdade é que, em geral, os brasileiros – brancos e negros – têm, comparativamente, menos anos de escolaridade do que pessoas de outros países. Na África do Sul, por exemplo, negros têm, em média, 11 anos de escolaridade; já no Brasil, a média de escolaridade dos brancos é de apenas 6,6 anos.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é de hoje que existem desigualdades no Brasil. Além da desigualdade racial, existe, por exemplo, a desigualdade regional. É inegável a concentração de recursos no Sul e Sudeste do País, em detrimento do Norte e do Nordeste, por exemplo. Essa desigualdade, construída e alimentada ao longo de séculos, só poderá ser superada com políticas de investimento maciços nas regiões menos desenvolvidas: precisamos construir escolas, rodovias, postos de saúde, hospitais públicos; precisamos incentivar a implantação de indústrias; precisamos modernizar a agricultura, a fim de aumentar a produtividade. Medidas assim, ao longo de algumas décadas, poderão, com certeza, elevar o nível de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. Mas sem nenhum prejuízo daquelas regiões com razoável ou grande grau de desenvolvimento. Por quê? Porque o capital ali investido – inclusive o investido pelo Estado – continuará a ser reaplicado e renderá os dividendos produtivos próprios.

Obviamente, discordo da atual política de incentivo a investimentos, que continua a alimentar a concentração de riquezas no Centro-Sul. Em 2001, por exemplo, mais de 50% dos recursos do BNDES foram para a indústria paulista, reforçando a concentração do setor na região. Creio que contra esse tipo de perpetuação das diferenças, sim, deveríamos lutar.

Mas será que o mesmo raciocínio é válido para a política de cotas nas universidades?

Ora, Senhoras e Senhores, todos sabemos que o ideal seria que cada brasileiro que conclui o ensino secundário tivesse acesso automático ao ensino superior; e acesso ao ensino superior em uma universidade pública. Por que não? Ou, quando menos, se não for possível o ingresso em uma universidade pública, que o curso na faculdade privada seja de algum modo financiado.

Mas é isso que ocorre? Infelizmente, não. E por quê? Simplesmente porque não há vagas suficientes

no sistema de ensino superior para abrigar todos aqueles que concluem o ensino médio. Ora, Senhoras e Senhores, o ensino médio tem crescido enormemente: em 1994, eram 4,5 milhões de alunos matriculados; mas esse número alcançou 8,4 milhões em 2001, um crescimento de 86%. Apenas 13% desses alunos estão nas escolas particulares, ou seja, a imensa maioria está nas escolas públicas: estaduais, municipais e federais. Esses números representam um avanço significativo, pois, em 1980, a rede privada de ensino médio respondia por 46% do total de alunos.

Agora vejamos as reais possibilidades de absorção de todo esse alunado pelo ensino superior. Embora nos últimos anos tenha havido um aumento de 43,1%, ainda não existem vagas suficientes para absorver todos os que concluem o antigo Segundo Grau. Esse crescimento não significa mais do que 3 milhões de alunos matriculados em cursos de graduação em 2002.

E, mesmo que a meta do governo federal seja, em uma década, passar a atender 30% da população entre 18 e 24 anos no ensino superior, estamos longe de chegar à universalização, ou seja, dispormos de vagas para todos os que estão em condições de cursar a universidade.

Mas precisamos levar em conta que as instituições privadas respondem por 65% do total de matrículas, contra 35% das universidades públicas. Isso significa que, além da barreira do vestibular, os concludentes do ensino médio precisam enfrentar, também, a barreira de natureza econômica: dispor de numerário para pagar a universidade.

Mas a barreira do vestibular continua a ser o grande filtro: são quase quatro candidatos para cada vaga. Podemos questionar esse sistema de escolha. Mas haverá outro mais apropriado? O vestibular, malgrado suas deficiências, estabelece um nível de competição que qualifica os candidatos segundo o seu desempenho – aferição de conhecimentos técnicos, práticos e científicos. Quer dizer: entram para a faculdade os que estão mais aptos do ponto de vista acadêmico.

Os defensores do sistema de cotas alegarão, neste caso, que os alunos negros – filhos de pais sem recursos –, por terem freqüentado escolas públicas estão menos preparados para passar no vestibular. Mas aí é que está a questão: mais do que um método de “eliminação” de candidatos, ele é um sistema de avaliação baseado no mérito; aqueles alunos mais bem preparados são os que passam. Mais do que “criar vagas” de maneira artificial, é preciso observar

que tais vagas estão sendo preenchidas por quem terá condições de acompanhar o currículo escolar.

Se é necessário – e não nego que o seja – algum tipo de ajuste para aumentar o número de negros na universidade, esse ajuste precisa ser feito, portanto, antes do ingresso ao ensino superior.

Desse ponto de vista, não posso deixar de concordar com o Ministro Paulo Renato, que propõe o estabelecimento de "cursinhos pré-vestibulares" especificamente para negros. O Banco Mundial, por exemplo, já demonstrou interesse em financiar esse tipo de cursinho.

Se a defasagem dos alunos negros em relação aos outros está ligado à falta de preparação para o vestibular, pois que sejam compensados dessa defasagem nesse ponto: com o financiamento especial para desenvolverem os conhecimentos necessários ao ingresso na faculdade.

Apesar da nobreza da proposta de cotas, não creio que ela seja o mecanismo mais eficiente para suprir as deficiências alimentadas historicamente. Segundo especialistas em desigualdade social, não existem fórmulas mágicas para superar tais desigualdades. Elas constituem apenas paliativos para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Além do que, se tais políticas de cotas não forem seguidas de políticas sociais que ampliam o acesso de negros ao mercado de trabalho, de nada adiantam.

Mas minha discordância não pára nesse ponto. Verificamos que, no seio da comunidade universitária, há muitas divergências sobre a adoção dessa política de cotas. Uma pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) revelou que 57,4% dos entrevistados (alunos e professores) discordam da adoção de uma política de cotas. Entre os próprios universitários negros, metade deles rejeita a proposta.

Uma universitária, negra, de Brasília, declarou o seguinte:

"Me sentiria mal de pensar que as pessoas me olhariam como se só tivesse conseguido chegar na universidade por causa dessa ajuda."

Enfim, Senhoras e Senhores, não nego que haja uma defasagem na distribuição de vagas nas universidades. Creio, mesmo, que seja necessário mudar esse quadro por meio de alguma política com-

pensatória. Mas a obrigação de determinar um número de vagas, a serem obrigatoriamente preenchidas por negros, traria mais dissabores que resultados positivos.

Por isso, creio que devemos pensar melhor antes de adotar uma política dessa natureza no Brasil.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de tudo que já se disse aqui nos últimos dias, quero também prestar minha homenagem a um dos maiores homens públicos que o Brasil já teve. Refiro-me à capacidade intelectual e política, que fizeram destacar a figura ímpar, que passou desta vida no último sábado, 30 de março, aos 86 anos, e que se manteve em atividade impressionante até os seus últimos momentos.

Sim, refiro-me ao grande Josaphat Ramos Marinho, com quem tivemos a honra e a satisfação de conviver, tirando proveito de sua enorme sabedoria de vida.

Josaphat foi o baluarte da reforma do Código Civil, da qual foi o relator, fazendo, dessa forma, com que o Brasil tivesse uma peça normativa importantíssima, já que a sociedade vem mudando, a cada dia que passa, com maior rapidez, necessitando, por isso, de um corpo legal condizente com o estágio de evolução das relações humanas e do nível de tecnologia alcançado.

Professor de Direito Constitucional com várias obras publicadas, Josaphat Marinho, mesmo tendo deixado a vida política no início de 1999, quando se encerrou seu mandato de Senador, continuou ativo, publicando artigos periodicamente no jornal **Correio Brasileiro**, no qual era tido como o principal sentinela da aplicação do código de ética próprio, em cuja elaboração teve uma participação marcante. Foi também o primeiro presidente da Comissão de Ética desse importante veículo de comunicação, e argumentava que os jornais só sobreviverão se souberem aliar sua qualidade editorial ao rigor ético na apuração e veiculação das informações, tendo sempre como cuidado fundamental a proteção dos direitos do cidadão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para se avaliar a grandeza desse grande jurista e homem público que foi Josaphat Marinho, há que se fazer uma retrospectiva de sua trajetória.

No Estado da Bahia, foi Consultor Jurídico do Departamento de Serviço Público (1942), Membro da Assembléia Legislativa (1947-1951 e 1955-1959),

Secretário de Estado do Interior e Justiça (1959-1960) e da Fazenda (1960-1962).

No âmbito federal, foi Presidente do Conselho Nacional do Petróleo (1961).

Elegeram-se duas vezes para o Senado Federal, a primeira, em 1962, e a segunda, em 1990. Na primeira, sua atuação ficou marcada pela oposição ao regime militar, imposto ao País a partir de 31 de março de 1964, período durante o qual se destacou como defensor de presos políticos. Com a implantação do bipartidarismo, acabou tornando-se um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para não fugir à sua marca de democrata convicto e militante do Estado de direito.

Foi notável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sua participação em fatos da maior relevância nos anos mais recentes da democracia brasileira!

Em maio de 1980, publicou artigo no **Jornal do Brasil**, em que criticava o enfraquecimento do Poder Legislativo em benefício do Poder Executivo, como consequência da implantação do regime militar.

Em julho de 1981, durante debate na XXXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), manifestou-se a favor da convocação de uma assembléia nacional constituinte, "assegurada a livre manifestação de todas as tendências", como forma de estabelecer no País a legalidade superior.

Como advogado, venceu duas importantes batalhas nos anos 80. A primeira, quando sustentou, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a tese de que o Partido Popular (PP) podia fundir-se com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e ganhou, o que possibilitou a fusão, ocorrida em 1982. A segunda, também no TSE, se deu por ocasião da vitória de Tancredo Neves para a Presidência da República, quando esposou o entendimento de que, no Colégio Eleitoral, não prevaleceria a exigência de fidelidade partidária.

Participou, ainda, como membro da Comissão de Estudos Constitucionais, criada pelo Presidente José Sarney, que funcionou sob a presidência de Afonso Arinos, para elaborar anteprojeto de Constituição.

Homem de posições firmes e convicções bem fundadas, Josaphat Marinho votou contra três das cinco propostas de reforma constitucional da ordem econômica que o Presidente Fernando Henrique en-

viou ao Congresso, por ser contra o fim dos monopólios estatais das telecomunicações e do petróleo e contra a extinção das diferenças entre empresas nacionais e empresas estrangeiras.

Na qualidade de parlamentar, participou, ainda, de duas reuniões do Parlamento Latino-Americano, uma no Uruguai e outra no Peru.

Não resta a menor dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que sua postura era ditada pela sua visão do que significaria o interesse público, desviando-se algumas vezes da orientação partidária, quando esta pudesse agredir suas convicções de intelectual e de representante dos interesses do povo e, por conseguinte, da Nação.

Foi membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho, do Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional, da Academia de Letras da Bahia, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas da Bahia e do Conselho Federal de Educação.

Felizes daqueles que com ele puderam conviver na qualidade de alunos. Exercendo o mister de professor, Josaphat Marinho atuou como contratado para lecionar Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional e Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito da Bahia, atualmente integrante da Universidade Federal da Bahia. Depois, passou a Professor catedrático para a cadeira de Direito Constitucional e de Direito Público Comparado, no curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Na Universidade de Brasília, para onde se transferiu em 1971, lecionou Direito Constitucional e Teoria Geral do Direito Público, esta, também no curso de Mestrado, onde ministrou igualmente aulas de Técnica Jurídica e de Direito Administrativo. Pelo seu reconhecido mérito e saber jurídico, recebeu a honraria de Professor Emérito da Universidade de Brasília.

A morte de Josaphat Marinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, cria no meio intelectual e político brasileiro uma lacuna que, provavelmente, jamais será preenchida.

É difícil descrever o sentimento de pesar com que recebi a infausta notícia do seu passamento inesperado. Sim, porque há poucos dias ainda estávamos haurindo de sua sabedoria nas páginas do **Correio Braziliense**, onde suas idéias ainda eram colocadas de forma muito lúcida e esclarecedora.

Sabemos que Josaphat não era aquele parlamentar de ocupar todo dia a tribuna desta Casa, mas, quando o fazia, era para expor suas opiniões de maneira a receber o maior respeito e atenção dos nobres Pares. Nas ocasiões de maior indefinição jurídica, é que sua voz se agigantava e suas idéias aclaravam o cenário político, dando a definição exata das opções mais condizentes com o interesse público.

Por isso, se dissermos que o Brasil está mais pobre no campo intelectual, não sei se algum de nós teria como contradizer essa afirmação. E realmente é o que sinto.

O nosso saber jurídico perdeu uma boa parte do seu brilho!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já é lugar-comum dizer-se que no Brasil, à maneira das vacinas e das modas, há leis que "pegam" e leis que "não pegam". Trata-se de fenômeno político-social ainda a merecer a atenção mais detida dos sociólogos e dos cientistas políticos, mas é certo que os anos de experiência na vida pública nos autorizam a formular algumas hipóteses sobre por que isso ocorre.

Em princípio, todas as leis são bem-intencionadas. Leis visando a fins perversos, se existem em uma democracia, devem ser minoria. Leis bem-intencionadas podem, no entanto, ser mal formuladas, o que dificulta ou até inviabiliza sua execução. Não é raro, infelizmente, que isso ocorra. Leis podem, ainda, não encontrar ressonância na população, que não vê, não percebe ou não entende o benefício social resultante de sua obediência. Seria o descompasso entre a lei e a moral socialmente aceita.

Quase sempre, porém, sobretudo em um país como o Brasil, marcado por enormes desigualdades sociais e informacionais, o descumprimento das leis se dá pela preponderância pura e simples da força bruta econômica de alguns grupos sociais que conseguem, a um tempo, oprimir outros grupos sociais e se furtar à sanção do Estado.

Nesses casos, o que temos é o fracasso do aparato estatal em exercer sua função precípua de monopolista da violência e de árbitro dos conflitos sociais. Fracasso que, não tenhamos dúvidas, contribui há quinhentos anos para a perpetuação da injustiça e da desigualdade.

Esse é, por certo, o caso da Lei de nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor. Muito embora a situação do consumidor brasileiro tenha melhorado sensivelmente no que diz respeito a suas relações com fornecedores e produtores de todo tipo de artigo e de serviço, antes totalmente assimétrica e injusta, a verdade é que ainda há um caminho longo a ser percorrido até que nosso consumidor tenha a força que têm os cidadãos de nações mais adiantadas na regulação dessa matéria.

Exemplificarei, Sr. Presidente. Um dos direitos a meu ver mais fundamentais do consumidor, expresso na Lei, é o da informação sobre os produtos ou serviços que adquire. Informação que tem de ser veraz e completa. Ora, o artigo 31 de nosso diploma legal reza explicitamente:

A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

É suficiente percorrer, com um pouco de atenção, os corredores dos supermercados, observando os rótulos dos produtos disponíveis nas prateleiras ou gôndolas, para constatar como esse artigo é desrespeitado. Muitas vezes as informações, por exemplo, sobre prazos de validade, são pouco claras, com os algarismos formadores das datas todos juntos, com frequência em ordem inversa – ano, mês, dia –, para confundir o consumidor.

Também, com frequência, a lista dos ingredientes da fórmula de produtos alimentares industrializados está grafada em caracteres diminutos, o que dificulta a leitura até para a visão atilada de uma criança. Que dizer então dos adultos e, mais ainda, dos idosos? Com suas vistas cansadas, serão alijados do direito à informação? Serão obrigados, a todo momento, a ficar perguntando a algum freguês próximo que aparente boa vontade: "meu filho, você pode me dizer o que está escrito aqui"?

Pior: muitas vezes, essas informações estão impressas, por exemplo, em letras pretas sobre fundo vermelho vivo, produzindo pouco contraste e dificultando ainda mais a leitura. Isso para não mencionarmos a questão dos itens criptografados, como "con-

servante P-VI", "acidulante INS 330", "corante caramelo IV" e outras coisas semelhantes. Onde estão as tabelas com as substâncias a que correspondem esses códigos obscuros para o consumidor médio? Ao que me consta, são sempre escamoteadas.

Cabe dizer algo sobre um ponto que passa quase despercebido nessa história toda. Trata-se da exigência da língua portuguesa. Não raro, as informações contidas nos rótulos estão mal redigidas, em caçanje ininteligível. A instituição do *Mercosul*, por outro lado, trouxe a nossas prateleiras rótulos em risível "portunhol", o que, dada a semelhança dos idiomas, é até compreensível. O que não é assim tão aceitável é a vista grossa das autoridades, que parecem, no caso, brandir o patético "entendeu, não sacrifica".

E quanto à moda de abandonar o vocabulário de nossa língua em favor de termos estrangeiros? Por que dizer, por exemplo, "rosehips" quando podemos dizer "rosa-mosqueta", ou "Aloe vera" – que, pelo menos, é designação científica – quando podemos dizer "babosa"?

Sim, Srs. Senadores, é pormenor talvez menos importante no quadro da desinformação do consumidor pelos fabricantes. Ainda assim, penso que se trata de descumprimento da lei e de sintoma da incapacidade de nosso Estado de fazer obedecidas suas determinações. Esse mesmo Estado desmoralizado de que reclamamos agora, tão agudamente, ações no sentido da segurança pessoal e patrimonial, tanto quanto ações no sentido da redução das desigualdades sociais.

O quadro cultural que nos permite julgar desnecessário cumprir algumas leis é o mesmo que mantém a visão da violência como coisa natural. É isso que todos, Nação e Estado, precisamos mudar.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste país já nos acostumamos tanto a ter olhos críticos para o governo e para os organismos multilaterais (Banco Mundial, por exemplo), que alguns até deixam de ver o que de bom é produzido por iniciativa do Executivo com a colaborações desses órgãos.

Acho que um dos programas que merece ser visto de perto é o Fundo de Fortalecimento das Escolas (Fundescola), do Ministério da Educação, desenvolvido com o apoio do Banco Mundial.

Por meio de uma colaboração estreita entre MEC e secretarias de educação, o Fundescola tem conseguido criar uma série de projetos e ações concretas para alavancar efetivamente a qualidade do ensino fundamental no Brasil. E o que pretendem tais ações? Nada mais, nada menos do que aquilo que todos nós desejamos: manter as crianças na escola, com o melhor aproveitamento pedagógico possível. E uma das melhores coisas desse programa é justamente sua concentração onde mais se precisa de meios para melhorar a escola: nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O trabalho – simples, porém ambicioso – atua naquilo que historicamente é considerado como gargalo da melhoria do ensino: infra-estrutura escolar (salas de aula, móveis, etc.), aperfeiçoamento do corpo docente e gerenciamento das atividades educativas. Neste último ponto, além de procurar aumentar o compromisso de diretores, professores e funcionários, almeja também o aumento da participação da comunidade, ao fazer com que pais acompanhem de perto a aprendizagem de seus filhos.

O Fundescola procura criar, desenvolver e manter os chamados Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas, que vêm a ser as condições, como o nome diz, indispensáveis para se ter uma verdadeira escola: salas de aula, cadeiras e carteiras, livros e, claro, professores. Esses objetivos são perseguidos de modo a reduzir cada vez mais as disparidades entre essas escolas públicas de regiões carentes e aquelas dos municípios mais desenvolvidos.

Primeiramente, é feito um Levantamento da Situação Escolar, para se ter a medida das necessidades. Graças a isso, pode-se dimensionar os benefícios dos investimentos a serem feitos na região. A partir desses levantamentos, são desenvolvidas ações de planejamento para fazer a sintonia fina: saber onde são necessárias mais vagas, determinar a distância entre a situação da escola e os padrões mínimos a serem alcançados, etc.

Mas – todos sabemos – por mais competente e eficiente que seja uma secretaria municipal de ensino, ninguém sabe mais onde aperta o calo do que as próprias escolas. Ou seja, se a escola tiver um pequeno fundo em dinheiro, pode, a custos muito mais modestos, fazer pequenos reparos e adquirir material para suprir suas atividades cotidianas. E é isso o que faz o Programa Dinheiro Direto na Escola, para o qual o Fundescola destina recursos. Criado em 1995 pelo

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Dinheiro na Escola cria um começo de autonomia gerencial das escolas e reforça a participação da comunidade, que quer ver de perto como os recursos são aplicados.

Chamo atenção principalmente para a atuação do Fundescola nas áreas rurais, em assentamentos, em terras indígenas e em terras remanescentes de quilombos. Os municípios de Sítio do Mato e Carinhonha (BA), Porto das Folhas (SE) e Monte Alegre de Goiás (GO), com áreas de remanescentes de quilombos, receberam novas e bem equipadas escolas. Mas, como não adianta ter infra-estrutura sem contar com a qualidade do trabalho dos educadores, o Fundescola acompanha de perto a capacitação desses mestres, em geral oriundos das próprias comunidades. Ao todo, são 724 comunidades remanescentes de quilombos, em todo o Brasil. Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que seria dessas comunidades sem um programa que tivesse um foco voltado para elas? Provavelmente continuariam à mercê da própria sorte, como estiveram até agora.

A Escola Ativa é outra ação que busca reduzir a repetência em escolas multisseriadas (1^a à 4^a séries), com o emprego de módulos didáticos especiais e co-operação dos próprios estudantes mais adiantados para ajudarem os colegas.

Poderia citar ainda o Proformação, que é o Programa de Formação de Professores em Exercício, o GESTAR, Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), o Projeto de Melhoria da Escola (PME), o Programa de Informatização, o Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIIG), a implantação de Planos de Carreira Estaduais, o Programa de Desenvolvimento Institucional (fortalecimento das secretarias municipais), o Plano de Gestão da Secretaria (PGS), o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (Prasem) e muitos outros.

Mas gostaria de dar ênfase especial à mobilização para constituir e manter em funcionamento os conselhos municipais de educação. Para isso, ao longo deste ano, o Fundescola estará realizando os Encontros de Conselheiros Municipais de Educação.

Não sei se as Sr^{as} e Srs. Senadores estão informados, mas apenas 60% dos municípios têm conselhos organizados. Entretanto, esses conselhos são vitais para a gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização

do Magistério (Fundef). Constituídos por representantes do poder executivo e sociedade civil, aos conselhos cabe a tarefa mais delicada do Fundef: fiscalizar a repartição, transferência e aplicação dos recursos. E qual o papel do Fundescola junto a esses conselhos? Justamente o de prepará-los tecnicamente para organizarem-se e para ficarem de olho na gestão da verba que foi para o município.

Quero, pois, Sras. e Srs. Senadores, parabenizar o MEC e as secretarias estaduais e municipais de ensino beneficiadas pelo Fundescola. Se a educação sempre foi o anseio de todos nós, se a universalização do ensino fundamental é um imperativo para este governo e para a sociedade, é preciso que alguém ajude os menos experientes a encontrarem "o caminho das pedras", ou melhor, "o caminho da escola". E, até prova em contrário, o Fundescola tem feito isso com muita competência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil abriga hoje a maior população negra fora do continente africano. É inegável a fundamental importância desta contribuição étnica na formação de nossa identidade nacional e na manifestação de nossos valores culturais.

Podemos facilmente constatar que esta marcante presença se expressa sob as mais variadas formas, nos mais diversos aspectos da vida do brasileiro. Desde a música à culinária, passando pelo folclore, a religiosidade e as artes em geral, o rico legado de nossa afrodescendência mostra-se notável na criatividade do povo e concorre enormemente para a produção de conhecimento e a geração de riqueza em nosso País.

Porém é triste constatar, por outro lado, a gigantesca dívida histórica por nós contraída para com essa parcela de nossa população. Durante mais de trezentos anos, o Brasil trouxe da África perto de quatro milhões de cativos, tornando-se o maior escravista das Américas. Pior: foi o último país ocidental a abolir a escravidão!

As conseqüências socioeconômicas da pseudoemancipação ocorrida a partir de 13 de maio de 1888 estampam até hoje o indistigável retrato da vergonhosa e irreparável omissão.

Segundo o IBGE, os negros constituem atualmente cerca de 45% de nossa população. Algo na or-

dem de 70 milhões. Quando se trata de formação acadêmica, qualificação profissional, cargos de direção, ou de destaque na política ou nos meios de comunicação, sua participação é estatisticamente irrisória. Entretanto, sua representatividade atinge níveis elevadíssimos quando falamos de população carcerária, analfabetismo, mortalidade infantil, criminalidade, ou expectativa de vida. Cidadãos muitas vezes considerados de segunda categoria, esses nossos compatriotas respondem por 64% da pobreza e 69% da indigência no Brasil.

No contexto dos alarmantes índices da desigualdade, vale ressaltar que no meu Estado do Ceará, conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas, a proporção de indigentes é de 55,73%, a terceira do Brasil. Há que se lembrar, também, que 47% da população parda vive no Nordeste.

Dos 54 milhões de pobres recenseados no Brasil, o que significa 34% da população total, 33,7 milhões são afrodescendentes.

Quanto à renda, os negros correspondem à esmagadora maioria dos mais pobres e à ínfima minoria dos mais ricos. Dos 10% mais ricos, os brancos detêm 41% da renda total e os negros apenas 6%.

Resultados de uma pesquisa realizada no ano passado pelo Ipea demonstram que, em nível nacional, dos 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, mais de 15% são negros. A mesma pesquisa revela que um trabalhador branco ganha, em média, 573 reais por mês, ao passo que um trabalhador negro ganha 54,28% a menos, isto é, 262 reais. A taxa média de desemprego nos últimos anos entre os negros é de 11% , sobressaindo àquela dos brancos que se situa em torno de 7%.

Enquanto um branco passa em média 6,3 anos na escola, o negro passa só 4,4 anos, ou seja, quase um terço a menos. Das pessoas analfabetas de 15 e 25 anos, 8% são negras e 3% brancas. Na faixa etária acima de 15 anos, os negros correspondem a 19,8% dos não alfabetizados e os brancos chegam a apenas 8,3%.

De acordo com a Fundação Seade, de São Paulo, 16% dos brancos possuem diploma universitário, contra apenas 2% dos negros. Dados de 1999 indicam que na idade de 7 a 13 anos, fora da escola, havia 2% dos brancos e 5% dos negros; dentre os jovens entre 18 e 23 anos, com secundário não completo, os brancos correspondiam a 63% e os negros a 84%.

Segundo a revista **Veja**, "A taxa de analfabetismo entre os brancos caiu, na década passada, de 10,6% para 8,3%; e, entre os negros, de 29% para 21%. O analfabetismo funcional entre os brancos é de 22%, alto, e de 41% entre os negros, altíssimo. Nos anos 90, aumentou em 13% o número médio de anos de estudo entre os brancos e em 41% entre os negros. Mas a renda média dos brancos cresceu 1,5 salário mínimo e a dos negros apenas 0,55 salário mínimo". Ao divulgar tais cifras, o referido veículo afirma que "a educação dos negros no Brasil é pior que na África do Sul".

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos esses dados refletem os graves sintomas de uma doença social conhecida como discriminação racial. Porém tais sintomas não param por aí. Seditamentou-se, como efeito do fenômeno discriminatório, uma habitual associação entre a cor e a marginalidade. A idéia que se generalizou, identificando os negros como agentes de violência, chegou a contaminar a instituição policial e, por indução, ameaçou mesmo comprometer a imparcialidade do próprio Judiciário.

Pesquisas realizadas pelo Datafolha e pelo Llanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinquente) investigaram a imagem da polícia entre os moradores do Rio de Janeiro e de São Paulo. As principais críticas dos brancos entrevistados apontaram para a corrupção e a ineficiência. Quanto aos negros, todavia, o maior objeto de críticas concentrou-se na violência da ação policial. Dentre eles, 20% disseram ter medo da polícia, contra 11% dos brancos que emitem declaração semelhante. Foi também maior o número de negros que afirmaram ter mais medo da polícia que dos bandidos. Enquanto pouco mais de um terço dos brancos entrevistados respondeu já ter sido abordado pela polícia, o nível de resposta idêntica dada pelos negros à mesma pergunta chegou quase à metade. Em percentuais mais específicos, 34% e 47%, respectivamente.

Essa realidade discriminatória se confirma ainda mais pelos estudos realizados pelo pesquisador Sergio Adorno, da USP, cujos resultados foram publicados na edição do **Jornal do Brasil** de 21 de outubro passado. O objetivo do pesquisador foi "caracterizar e explicar as causas do acesso diferencial de brancos e negros à Justiça criminal, através da análise

se das sentenças judiciais para crimes da mesma natureza praticados por negros e brancos”.

A pesquisa indica que “brancos e negros cometem crimes violentos em iguais proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à Justiça criminal e revelam maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais”. E conclui: “os negros tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, com maior probabilidade de serem punidos do que os brancos”.

Um sucinto exame da população carcerária, no que concerne à proporção entre brancos e negros, nos leva a constatar que o primeiro grupo está sub-representado, se levada em conta sua participação relativa na população total do país. Já o oposto ocorre com o segundo grupo, no qual se observa um número muito maior de presidiários, bem superior a sua participação proporcional no cômputo geral da população.

O exemplo de São Paulo é bastante ilustrativo. Lá a taxa de encarceramento é de 7,68 brancos para cada dez mil habitantes. Para os negros, essa taxa se eleva a 42,1 para cada dez mil habitantes. Mais que o quádruplo de incidência, portanto.

Então, a probabilidade de um negro estar na prisão é quase cinco vezes e meia maior que a de um branco. Eis o produto do preconceito arraigado em nosso comportamento e em nossas instituições.

Mas o Brasil quer mudar.

E o assumiu, publica e mundialmente, por meio de seus representantes presentes à III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada sob os auspícios das Nações Unidas, em Durban, na África do Sul, há seis meses.

De lá para cá as coisas se vêm intensificando, movidas, sobretudo, pelo amadurecimento do espírito crítico de nossa sociedade.

Decorrido mais de meio século de vigência da Lei Afonso Arinos que criminaliza os atos de preconceito de raça, medidas concretas começam a ser adotadas. Ações afirmativas parecem vir para ficar.

Neste universo de novas posturas, algumas iniciativas pontuais merecem especialmente ser citadas. É o caso do Projeto de Lei do preclaro Senador José Sarney que propõe cotas de vagas nas universi-

dades federais; é o caso do Decreto 3.952 que criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, composto por representantes do governo e da sociedade civil, incluindo lideranças da comunidade negra, indígena, homossexual e de grupos que lutam contra a violência. É o caso, com particular ênfase, da instalação do Conselho Científico da Fundação Palmares-CNPq e da assinatura – ambas na quinta-feira passada, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da discriminação Racial – do Protocolo de Cooperação sobre a Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, por meio da concessão de “Bolsas-Prêmio de vocação para a Diplomacia”.

A maturidade e a sensibilidade da nação brasileira, consubstanciadas nas ações de mobilização de sua cidadania mais atenta, aliadas à determinação política resultante de compromissos internos e internacionais assumidos pelo Governo Federal, vêm a partir de agora viabilizar aquilo que meu ilustre amigo Sérgio Abranches caracterizou como ações capazes de “discriminar positivamente, para eliminar barreiras que impedem o acesso dos negros à educação, à renda, aos melhores empregos”, pois, segundo ele, “sem ação específica para eliminar o racismo não se conseguirá mais do que melhorar a distribuição de renda entre os brancos”.

Só assim resgataremos nossa colossal dívida histórica. Só assim poderemos superar a mera garantia formal de direitos e oportunidades a indivíduos social e economicamente desiguais, rumo ao cultivo próspero e altruísta dos mais elevados valores de nosso pluralismo cultural.

Fruto de uma colonização equivocada e de uma secular omissão do Estado quanto à assunção, ao trato e ao enfrentamento efetivo das questões de discriminação racial, a sociedade brasileira desperta-se hoje ante um novo alvorecer de consciência e esperança, certa de que a ela compete plantar, com desvelo e pertinácia, um amanhã sem segregações. Plantar num Brasil sem medo, onde hão de florescer, harmoniosa e indistintamente para todos, a educação, o trabalho e a justiça social.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 9, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Dia 09.04.2002, terça-feira, às 14h 30min:

Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2001 (nº 3.590/2001, na Casa de origem) Presidente da República	Dispõe sobre a transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e dá outras providências. Pareceres favoráveis, sob nºs: -186/2002-CCJ, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Romero Jucá; e -187/2002-CE, Relator: Senador Francelino Pereira.	Discussão, em turno único. (Em regime de urgência - art. 336, II, do RISF, nos termos do Requerimento nº 122/2002).
2 Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2001 (nº 5.622/2001, na Casa de origem) Presidente da República	Dispõe sobre a transformação da Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei em Fundação Universidade Federal de São João Del Rei, e dá outras providências. Parecer favoráveis, sob nºs: -188/2002-CCJ, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Romero Jucá; e -189/2002-CE, Relator: Senador Arlindo Porto.	Discussão, em turno único. (Em regime de urgência - art. 336, II, do RISF, nos termos do Requerimento nº 123/2002).
3 Projeto de Resolução nº 69, de 2001 Senador Teotonio Vilela Filho	Dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 97, de 1998, do Senado Federal ao refinanciamento da dívida mobiliária do Estado de Alagoas. Parecer nº 196/2002-CAE, Relator: Senador Romero Jucá, favorável, com a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.	Discussão, em turno único. (Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, nos termos do Requerimento nº 128/2002, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão).
4 Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000 Senador Jader Barbalho e outros	Altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária). Parecer nº 1.271/2001-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto. (Tramitando em conjunto com as PEC nºs 12/2000, e 14/2001)	Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno. (Lida emenda na sessão deliberativa ordinária de 03.04. A matéria voltará à CCJ).
5 Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000 Senador Paulo Hartung e outros	Altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. Parecer nº 1.271/2001-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto. (Tramitando em conjunto com as PEC nºs 3/2000, e 14/2001)	Ver item anterior

6 Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001	Altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.	Ver item anterior
Senador Maguito Vilela e outros	Parecer nº 1.271/2001-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.	
	(Tramitando em conjunto com as PEC nºs 3 e 12/2000)	
7 Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001	Altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo.	Quarta sessão de discussão, em primeiro turno.
Senador Sebastião Rocha e outros	Parecer nº 1.179/2001-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.	
8 Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2001	Altera o <i>caput</i> do artigo 27 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas).	Quarta sessão de discussão, em primeiro turno.
Senador Bernardo Cabral e outros	Parecer nº 1.436/2001-CCJ, Relator: Senador Osmar Dias, favorável.	
9 Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2001	Dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias.	Discussão, em turno único.
(nº 2.660/96, na Casa de origem)	Pareceres nºs: - 143/2002-CCJ, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e - 144/2002-CAS, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta, com adendo para adequação do texto do Projeto à Lei Complementar nº 95, de 1998.	
Presidente da República		
10 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998	Autoriza o Poder Executivo a incluir Municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.	Discussão, em turno único.
Senadora Júnia Marise	Parecer nº 100/2002-Cdir, oferecendo a redação do vencido.	
11 Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2000	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 19 de maio de 1999.	Discussão, em turno único.
(nº 366/99, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 78/2002-CRE, Relator: Senador Lúdio Coelho, favorável.	
12 Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001	Aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio.	Discussão, em turno único.
(nº 284/96, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 79/2002-CRE, Relator: Senador Lúdio Coelho, favorável.	
13 Requerimento nº 747, de 2001	Solicita que sejam remetidos à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999 e 271, de 2000, que tramitam em conjunto.	Votação, em turno único.
Senador Eduardo Siqueira Campos		(Em virtude de adiamento, nos termos de requerimento aprovado na sessão deliberativa ordinária de 28.02).

<p>14 Requerimento nº 748, de 2001</p> <p>Senador Eduardo Siqueira Campos</p>	<p>Solicita que sejam remetidos à apreciação da Comissão de Educação, os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999 e 271, de 2000, que tramitam em conjunto.</p>	<p>Votação, em turno único.</p> <p>(Em virtude de adiamento, nos termos de requerimento aprovado na sessão deliberativa ordinária de 28.02).</p>
<p>15 Requerimento nº 749, de 2001</p> <p>Senador Eduardo Siqueira Campos</p>	<p>Solicita que sejam remetidos à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999 e 271, de 2000, que tramitam em conjunto.</p>	<p>Votação, em turno único.</p> <p>(Em virtude de adiamento, nos termos de requerimento aprovado na sessão deliberativa ordinária de 28.02).</p>
<p>16 Requerimento nº 78, de 2002</p> <p>Senador Carlos Patrocínio</p>	<p>Solicita, nos termos regimentais, que tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 138, de 1999 e 24, de 2002, por regularem a mesma matéria (instituinto o Sistema Nacional de Armas – SINARM).</p>	<p>Votação, em turno único.</p>

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 1 minuto.)

(OS 12591/02)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR RAMEZ TEBET

04/04/2002
quinta-feira

11:00 - Excelentíssimo Senhor Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores

11:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

14:00 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

P O R T A R I A
Nº 031, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

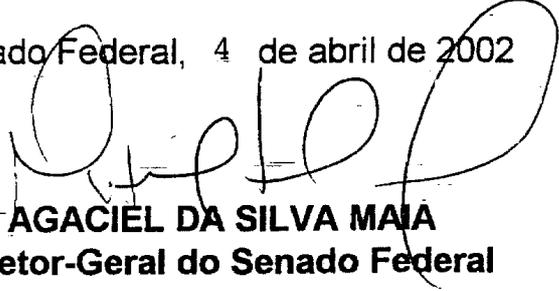
R E S O L V E:

I – Instituir a Comissão Especial, para estudar a expansão da Rede Telefônica, Dado e Voz do Senado Federal, de forma a dar continuidade aos trabalhos iniciados no Anexo I, visando estudar e elaborar Projeto voltado para a instalação de Rede Estruturada, Controle de Acesso as caixas telefônicas existentes e Controle Predial do restante das Áreas do Senado Federal, priorizando as Alas onde estão localizados os Gabinetes Parlamentares

II – Designar para presidir a Comissão Especial o servidor Carlos Roberto dos Santos Moniz, matrícula 2118, com competência para indicar os demais Membros, dentre os servidores pertencentes aos quatos do Senado Federal, SEEP e Prodasen.

II - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de abril do corrente ano, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Senado Federal, 4 de abril de 2002


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 379 , DE 2002

*Altera o Quadro de Detalhamento da
Despesa fixada no Orçamento do Senado
Federal, para o exercício de 2002.*

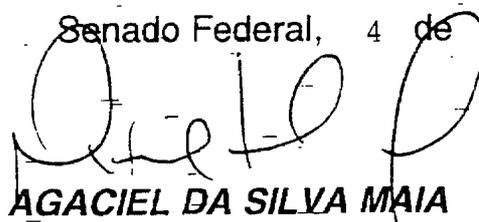
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, com base no artigo 2º do Ato nº 50, de 7 de outubro de 1996, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º – Promover, na forma dos Anexos I e II a este Ato, modificações nas Modalidades de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada pela Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de abril 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

JUSTIFICATIVA

O remanejamento de crédito da Modalidade de Aplicação 99 – A Definir, para 50 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – visa atender as despesas específicas do orçamento de 2002, com o GBPLAM e o GBUINT. O remanejamento das Modalidades 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais e 90 – Aplicações Diretas, para 80 – Transferências ao Exterior, tem como finalidade alocar recursos orçamentários a fim de custear a alíquota correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade devida à “UNION INTERPALEMENTAIRE”, pelo GBUINT; e a alíquota de 50% (cinquenta por cento) da contribuição anual à Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, devida pelo Senado Federal, ambas no exercício financeiro corrente.

ANEXO I

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM REAL

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL					
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	ID. USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.031.0551.4058 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISL., PARL. E POLÍTICO 01.031.0551.4058.0001 - NACIONAL	3.3.99.00	0	100	108.800,00	108.800,00
01.122.0551.2000 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS 01.122.0551.2000.0001 - NACIONAL	3.3.70.00 3.3.90.00	0 0	100 100	55.000,00 130.000,00	185.000,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			TOTAL	
293.800,00	293.800,00			293.800,00	

ANEXO II

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM REAL

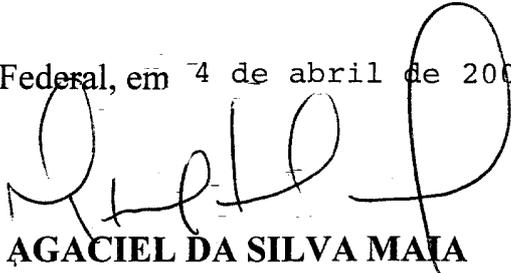
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL					
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	ID. USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.031.0551.4058 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISL., PARL. E POLÍTICO 01.031.0551.4058.0001 - NACIONAL	3.3.50.00	0	100	108.800,00	108.800,00
01.122.0551.2000 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS 01.122.0551.2000.0001 - NACIONAL	3.3.80.00	0	100	185.000,00	185.000,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			TOTAL	
293.800,00	293.800,00			293.800,00	

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 380 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002852/02-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANE FILINCOWSKY RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Serra.

Senado Federal, em 4 de abril de 2002.



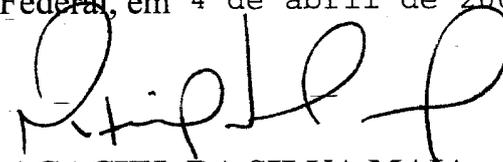
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 381 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que-lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003815/02-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112. de 1990, **MARIA GORETE DE FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Chico Sartori.

Senado Federal, em 4 de abril de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE
PFL - Antonio Carlos Júnior		BLOCO - Geraldo Melo (PSDB)
PFL - Waldeck Ornelas		PFL - José Agripino
PFL - Paulo Souto		PTB - Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA
BLOCO - Artur da Távola (PSDB)		PMDB - Casildo Maldaner
BLOCO - Geraldo Cândido (PT)		PFL - Geraldo Althoff
- Roberto Saturnino		BLOCO - Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS
PFL - Bello Parga		PMDB - Renan Calheiros
PFL - Edison Lobão		BLOCO - Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB - João Alberto Souza		BLOCO - Heloisa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE
PSB - Ademir Andrade		PSB - Antonio Carlos Valadares
PMDB - Fernando Ribeiro		BLOCO - José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO - Luiz Otávio (PPB)		PFL - Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS
PTB - Carlos Wilson		PFL - Bernardo Cabral
BLOCO - Roberto Freire (PPS)		BLOCO - Jefferson Péres (PDT)
PFL - José Jorge		PMDB - Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ
BLOCO - José Serra (PSDB)		BLOCO - Osmar Dias (PDT)
PFL - Romeu Tuma		PMDB - Roberto Requião
BLOCO - Eduardo Suplicy (PT)		BLOCO - Álvaro Dias (PDT)
MINAS GERAIS		ACRE
PFL - Francelino Pereira		BLOCO - Marina Silva (PT)
PTB - Arlindo Porto		PMDB - Nabor Júnior
PL - José Alencar		BLOCO - Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL
PMDB - Mauro Miranda		BLOCO - Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB - Iris Rezende		PMDB - Ramez Tebet
PMDB - Maguito Vilela		PMDB - Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL
PMDB - Carlos Bezerra		PFL - Lindberg Cury
PFL - Jonas Pinheiro		BLOCO - Lauro Campos (PDT)
BLOCO - Antero Paes de Barros (PSDB)		PMDB - Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS
BLOCO - Emilia Fernandes (PT)		PTB - Carlos Patrocínio
BLOCO - José Fogaça (PPS)		PFL - Leomar Quintanilha
PMDB - Pedro Simon		BLOCO - Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ
BLOCO - Lúcio Alcântara (PSDB)		PMDB - Gilvam Borges
PMDB - Sérgio Machado		BLOCO - Sebastião Rocha (PDT)
BLOCO - Luiz Pontes (PSDB)		PMDB - José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA
PTB - Wellington Roberto		BLOCO - CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO - Ronaldo Cunha Lima (PSDB)		PFL - Moreira Mendes
PMDB - Robinson Viana		PMDB - Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA
PMDB - Gerson Camata		PMDB - Marluce Pinto
BLOCO - Ricardo Santos(PSDB)		BLOCO - Romero Jucá (PSDB)
PSB - Paulo Hartung		PFL - Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		
BLOCO - Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO - Benício Sampaio (PPB)		
PMDB - Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p><u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224</p>	<p><u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052</p>
<p><u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172</p>	<p><u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco PT/PDT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862</p>
<p><u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984</p>	<p><u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496</p>

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ²
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB) ⁷					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) ¹¹					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHAO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 07.11.2001

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2001/2007
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

(1) RI OCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em 3/04/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001			
REUNIÕES:		SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	
SECRETÁRIO:		☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255	
☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605		E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br	
FAX: 311-4344		ATUALIZADA EM: 22.02.2002	

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: **ROMEU TUMA**

Vice-Presidente: **MARINA SILVA**

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho (1)	PE	1204/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2161/2167	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

Atualizada em: 3/04/2002

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:**

PMDB

**VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (S) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	BLOCO PSDB/PPB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO	
VAGO	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (S) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@scnado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

	PMDB
VAGO	
VAGO	
VAGO	
	PFL
VAGO	
VAGO	
	BLOCO PSDB/PPB
VAGO	
VAGO	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT, PPS)
VAGO	
VAGO	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

ATUALIZADA EM:

DESIGNADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br
 Atualizada em: 03/04/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTE)**

TITULARES

SUPLENTE

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- gildete@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2161/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2286
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4004/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Curv	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4610	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 3/04/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (S) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES	SUPLENTE		
	PMDB		
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
	PFL		
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
	BLOCO (PSDB/PPB)		
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1-(VAGO)	
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
ALVARO DIAS - PDT	PR-4059/60	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 03/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
		PMDB	
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
		PFL	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
		BLOCO (PSDB/PPB)	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE**Presidente: JEFFERSON PÉRES****Vice-Presidente: VAGO****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes (3)	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Jorge	PE	1204/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tiã Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

Atualizada em 3/04/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: ALBERTO SILVA
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1061/1066	7 – Meguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2301/2307	3 – I. auro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4220/4230

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001
 (2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002
 (3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 03/04/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

**PRESIDENTE:
RELATOR:**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	PMDB
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
	PFL
VAGO	1 VAGO
VAGO	2 – VAGO
	BLOCO PSDB/PPB
VAGO	1- VAGO
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607
FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292
ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO (1)	RJ-4229/4230

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO

Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 14/03/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3264

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNFAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
VAGO (3)					2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	###59	311-2331	323-5994	1. JEFFERSON PERES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	-05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(3) Em virtude do afastamento do Sr. Pedro Piva, em 22/02/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 28/02/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 03002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS